

# Mapeando o Cuidado:

Práticas Inovadoras e Complementares em  
Acolhimento de Crianças e Adolescentes



Relatório qualitativo e recomendações estratégicas  
para políticas públicas de proteção integral.



**Pensi**  
Instituto de  
Pesquisa e Ensino



Fundação  
**José Luiz  
Setúbal**



**santa fé**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

M297 Mapeando o Cuidado: Práticas Inovadoras e Complementares em Acolhimento de Crianças e Adolescentes. [Recurso digital] / Corrdenação de Claudia Cheron Konig, Marina Nascimento Minarelli, Kamila Capozzi de Abreu. – São Paulo: Instituto Pensi, 2026.

Relatório qualitativo e recomendações estratégicas para políticas públicas de proteção integral.  
ISBN 978-65-272-2430-3

1. Acolhimento institucional. 2. Violência infantil - Prevenção. 3. Proteção social. I. Konig, Claudia Cheron (org.). II. Minarelli, Marina Nascimento (org.). III. Abreu, Kamila Capozzi de (org.).

CDD 362.7

# Créditos / Equipe Técnica

## **TÍTULO DA OBRA:**

**Mapeando o Cuidado**

## **SUBTÍTULO:**

Práticas Inovadoras e Complementares em Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

## **COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA**

**Dra. Claudia Cheron König** – Pesquisadora principal  
Laboratório de Estratégia, Governança e Filantropia para Transições Sustentáveis - Instituto Pensi.

## **PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE**

**Claudia Cheron König**  
**Marina Minarelli**  
**Kamila Capozzi de Abreu**

## **COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA FÉ**

**Márcia Ventura Dias** - Diretora institucional  
**Rogério Monaco** – Diretor executivo  
**Karin Kuniyoshi** – Gerente de projeto

## **REDAÇÃO TÉCNICA E REVISÃO EDITORIAL**

**Claudia Cheron König**  
**Kamila Capozzi de Abreu**  
**Marina Nascimento Minarelli**

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

**Marina Sá**

## **PUBLICAÇÃO**

Instituto Pensi, São Paulo-SP, Brasil.  
Julho de 2025

# Carta de apresentação e Agradecimentos

Prezadas e prezados,

É com profundo respeito e admiração que apresentamos o Relatório “Mapeando o Cuidado: Práticas Inovadoras e Complementares em Acolhimento de Crianças e Adolescentes”, desenvolvido pelo Laboratório de Estratégia, Governança e Filantropia para Transições Sustentáveis do Instituto Pensi da Fundação José Luiz Setúbal — em parceria com a Associação Beneficente Santa Fé.

Partimos do entendimento de que cuidar é também resistir. Em um país ainda marcado por negligência, violência doméstica, abuso sexual e abandono infantil, o trabalho das instituições de acolhimento e dos demais serviços de assistência e proteção a crianças e adolescentes constitui uma resposta estruturada, ética e política às rupturas de direitos e vínculos.

Ao longo de vários meses, mergulhamos na investigação e sistematização de metodologias que reconstróem o cuidado onde ele foi negado, transformando histórias de vida. O relatório sintetiza boas práticas, sinergias e complementaridades de organizações que, embora distintas em formato, compartilham uma mesma ética: cuidar de forma responsável, contínua e transformadora.

Também apresenta diretrizes de políticas públicas — incluindo a proposta de uma nova tipificação nacional para o acolhimento de meninas-mães e seus filhos.

Mais do que diagnóstico, este documento é um convite:

- ▶ à troca entre pares, ao reconhecimento mútuo e à construção de caminhos coletivos;
- ▶ à formação de uma comunidade de práticas de cuidado, centrada em vínculos, escuta e corresponsabilidade;
- ▶ à reflexão crítica sobre estruturas que perpetuam a violência e à defesa de políticas públicas fundamentadas na ética do cuidado.

Este trabalho só foi possível graças à colaboração de inúmeras pessoas e instituições. Agradecemos, de modo especial, às 14 organizações parceiras — dirigentes, equipes técnicas e educadoras/es sociais — que generosamente reservaram tempo para entrevistas, compartilharam documentos institucionais e abriram suas práticas. Reconhecemos ainda a participação dedicada das equipes responsáveis pela análise e sistematização dos dados.

Nosso agradecimento se estende à Associação Beneficente Santa Fé, que inspirou o desenho, possibilitou a realização deste benchmark e demonstra, diariamente, o poder da ética do cuidado.

Que este material inspire o cotidiano das instituições, fortaleça redes de proteção e fomenta diálogos capazes de impulsionar políticas públicas mais integradas e efetivas em favor de crianças e adolescentes.

Com estima e reconhecimento,

**Claudia Cheron König**

Pesquisadora responsável – Laboratório de Estratégia, Governança e Filantropia para Transições Sustentáveis



**Declaração de independência editorial e conflito de interesses**

Este relatório foi produzido em parceria com a Associação Beneficente Santa Fé, no contexto de fortalecimento estratégico e aprendizagem institucional. A Santa Fé contribuiu com a definição do problema público e com indicações iniciais para o mapeamento (benchmark), mas não exerceu controle editorial sobre o conteúdo final. As interpretações, análises e recomendações apresentadas são de responsabilidade exclusiva da equipe autora. A metodologia, as fontes utilizadas e as limitações do estudo são descritas neste documento, bem como os cuidados adotados para mitigar vieses e conflitos de interesse.

RESUMO EXECUTIVO

# Relatório de Benchmark

## Mapeando o Cuidado: Práticas Inovadoras e Complementares em Acolhimento de Crianças e Adolescentes

### PROPÓSITO E ESCOPO

Este relatório sistematiza os principais resultados de um estudo de benchmark conduzido pelo Instituto Pensi (Fundação José Luiz Setúbal), em parceria com a Associação Beneficente Santa Fé, com mapeamento de 14 organizações brasileiras (OSC e programas públicos) que atuam na prevenção da violação dos direitos de crianças e adolescentes, no acolhimento institucional em caso de afastamento familiar, no suporte à autonomia de adolescentes e jovens que saem do acolhimento, na proteção à maternidade precoce e no advocacy de combate à violência infantil. O objetivo é identificar boas práticas, sinergias e lacunas e, a partir disso, oferecer diretrizes úteis para a qualificação de políticas públicas e para o fortalecimento do ecossistema de proteção integral de crianças e adolescentes.

O combate à violência infantil possui diversas frentes de enfrentamento. Nesse sentido, a centralidade do relatório no acolhimento como medida de proteção após a identificação da violência e o consequente afastamento do núcleo familiar, ocorre pelo ponto de partida e enfoque dessa atuação da Santa Fé, parceira dessa sistematização. O relatório também dá atenção específica às meninas gestantes e mães e seus bebês em contexto de acolhimento, compreendendo a importância do cuidado do binômio mãe-bebê para a proteção dessas meninas e o rompimento intergeracional de violências; um tema negligenciado na proteção infantil que também é marcado pela desigualdade de gênero.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

O relatório adota como eixo analítico a Ética do Cuidado (Tronto, Gilligan, Held, Boff) e combina:

- ▶ Entrevistas semiestruturadas com dirigentes e técnicos;
- ▶ Análise documental (fontes institucionais disponíveis online e repassadas pelas instituições);
- ▶ Matriz comparativa com dimensões-chave (prevenção, acolhimento, autonomia, incidência para proteção à violência, inovação metodológica).

A seleção das instituições ocorreu por indicações da Santa Fé, a partir da estratégia *bola-de-neve* e reconhecimento público por selos de qualidade. Apesar do enfoque no serviço de acolhimento, são também abordadas outras práticas e iniciativas de resposta e intervenção à violência.

## PRINCIPAIS ACHADOS

Apesar da diversidade de territórios, portes e modalidades, emergem oito achados transversais, que se repetem nas experiências mais consistentes e com maior capacidade de proteção integral:

- 1. Cuidado como prática relacional, política e reparadora**  
(não apenas “serviço”, mas presença responsável e corresponsabilidade).
- 2. Escuta que transforma**  
(planos individualizados e participação real de crianças, adolescentes e famílias, escuta técnica e qualificada que evita revitimização).
- 3. Vínculo como tecnologia social**  
(adulto de referência/tutoria/núcleos familiares como estabilizadores de trajetória).

- 4. Parentalidade positiva e maternagem restaurativa**  
(prevenção de violências e negligência, proteção intergeracional e redução de reincidência de acolhimento).
- 5. Continuidade do cuidado pós-desacolhimento**  
(moradia assistida, mentoria e apoio psicossocial, autonomia como processo).
- 6. Formação e suporte a quem cuida**  
(capacitação, valorização, supervisão e políticas internas de proteção).
- 7. Rede intersetorial**  
(articulação com CRAS/CREAS, sistema de justiça, saúde, educação e setor privado).
- 8. Cultura da proteção e produção de conhecimento**  
(organizações de advocacy e difusão metodológica impulsionam a qualidade e a incidência).

## MAPA DO ECOSSISTEMA

Para tornar a leitura útil a gestores, conselhos, financiadores e organizações, o relatório organiza as instituições em cinco grupos funcionais, evidenciando complementariedades e possibilidades de cooperação:

- [ GRUPO 1 ] **Prevenção familiar e comunitária**
- [ GRUPO 2 ] **Serviços de acolhimento direto**
- [ GRUPO 3 ] **Atenção à autonomia & pós-desacolhimento**
- [ GRUPO 4 ] **Advocacy, metodologia & incidência**
- [ GRUPO 5 ] **Proteção à maternidade precoce**

Esse agrupamento foi desenhado para não hierarquizar, mas deixar explícito “quem faz o quê”, onde há sinergia e onde há falta de cobertura; e para alinhar práticas a marcos legais estruturantes (ECA, LOAS, Lei da Escuta Protegida), produzindo um roteiro aplicável para qualificação do sistema de resposta e prevenção.

### LACUNAS CRÍTICAS QUE DEMANDAM AÇÃO IMEDIATA

O mapeamento aponta déficits recorrentes sobretudo em pós-desacolhimento e em maternagem protegida (apoio estruturado ao binômio mãe–bebê em acolhimento e transições), o que orienta prioridades de investimento público e privado.

### RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- 1. Ampliar o financiamento no SUAS** (e arranjos interfederativos), e expandir metodologias centradas em vínculo, escuta e continuidade do cuidado, incluindo parâmetros mínimos para estabilidade de equipe, supervisão e gestão de caso. O aumento no investimento é primordial para a **qualificação dos fluxos de prevenção, detecção e resposta a violências**.
- 2. Mapear lacunas** de oferta territorial e barreiras de acesso a direitos.
- 3.** Fortalecimento do programa **Família Acolhedora e Guarda Subsidiada** e alternativas familiares para evitar a institucionalização.
- 4.** Estruturar uma linha de política para **pós-desacolhimento/transição à autonomia**.
- 5.** Instituir/fortalecer oferta especializada para **meninas gestantes e mães com seus bebês**.
- 6.** Incorporar indicadores de “ética do cuidado” em instrumentos de **gestão, monitoramento e avaliação**.

## RECOMENDAÇÕES PARA A FILANTROPIA E FINANCIADORES PRIVADOS

- 1. Priorizar financiamento plurianual e flexível (core support)** para serviços e metodologias que demonstram capacidade de cuidado contínuo (incluindo custos indiretos e equipe).
- 2. Financiar “o depois” do acolhimento** (pós-desacolhimento/autonomia) como agenda estruturante.
- 3. Apoiar a expansão da maternagem protegida** e de respostas especializadas para meninas gestantes e mães.
- 4. Investir em infraestrutura de evidências:** indicadores, protocolos, monitoramentos.
- 5. Apoiar redes de aprendizagem e circulação de conhecimento,** com cooperação entre serviços e territórios.
- 6. Fomentar advocacy e produção de evidências** para influenciar a formulação de políticas públicas de proteção contra violência infantil.
- 7. Investir em prevenção na comunidade** e na mudança cultural de compreensão e enfrentamento a violências.

## LIMITAÇÕES E LEITURA ADEQUADA DOS RESULTADOS

Este relatório sistematiza evidências qualitativas e documentais sobre práticas e arranjos institucionais; **não é uma avaliação de impacto** e não pretende esgotar o universo de iniciativas no país. Os achados devem ser lidos como **mapa de soluções e lacunas**, orientando decisões de política, gestão e investimento — especialmente onde há déficit de continuidade do cuidado.

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
— Entre a letra da lei e a vida cotidiana	17
— Reconhecimento da Criança e do Adolescente como Sujeitos de Direitos	17
— A violência contra crianças e adolescentes no Brasil	18
<b>Análises das Instituições</b>	<b>21</b>
— <b>Cuidado Individualizado e Protagonismo na Legislação Brasileira</b>	<b>25</b>
— Associação Beneficente Santa Fé	26
— Semente Viva	33
— Casa da Criança e do Adolescente de Santo Amaro (CCASA)	39
— Childhood Brasil	44
— Instituto C	50
— Instituto Fazendo História	54
— Lar Casa Bela	61
— Lar Santa Mônica	65
— Movimento de Orientação à Criança e ao Adolescente (MOCA)	69
— Ficar de Bem	74
— Aldeias Infantis SOS	81
— Instituto Liberta	88
— Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)	92
— Fundação José Luiz Setúbal	96
— <b>Matriz Comparativa Preliminar</b>	<b>100</b>

<b>Agrupamento Estratégico das Instituições</b>	<b>105</b>
└ Tabela consolidadora dos grupos estratégicos	108
<b>Achados Transversais e Síntese de Boas Práticas</b>	<b>109</b>
└ Escuta, Vínculo e Cuidado	110
└ Primeira Infância e Maternagem	111
└ Pós-desacolhimento e Transição à Autonomia	112
└ Qualificação Profissional e Padronização	113
└ Prevenção e Enfrentamento da Violência	114
└ Advocacy e Incidência	115
└ Sustentabilidade Institucional	117
<b>Recomendações de políticas públicas e atuação filantrópica</b>	<b>118</b>
└ Recomendações de políticas públicas	118
└ Recomendações para filantropia estratégica	120
<b>Conclusão</b>	<b>121</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>122</b>

# Introdução

Este relatório apresenta os principais resultados de um estudo de benchmark realizado com catorze instituições e projetos brasileiros que atuam em diferentes dimensões da proteção integral de crianças e adolescentes, com enfoque no serviço de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e afastados de suas famílias de origem. Conduzido pelo Instituto Pensi da Fundação José Luiz Setúbal, em parceria com a Associação Beneficente Santa Fé, o estudo se baseia na Ética do Cuidado (Tronto, 1993; 2013; Held, 2006; Gilligan, 1982; Boff, 1999) e em literaturas que tratam a problemática da violência contra crianças e adolescentes, do desenvolvimento

infantil e dos contextos de afastamento familiar e institucionalização de crianças e adolescentes para examinar como práticas institucionais podem enfrentar, prevenir e reparar as múltiplas formas de violência e vulnerabilidade que atravessam a infância e a adolescência no Brasil.

A escolha das instituições e projetos participantes desse benchmark ocorreu a partir da indicação e do reconhecimento da qualidade do seu trabalho pela Santa Fé - parceira desse relatório e atuando há mais de 30 anos na defesa de crianças e adolescentes afastados de suas famílias -, da estratégia de bola de neve, por meio da indicação de novas instituições pelos próprios entrevistados, além de pesquisas online de instituições reconhecidas por selos de qualidade que atuam na proteção infantil<sup>1</sup>. Ao total, foram contatadas 22 instituições que trabalham de diferentes maneiras a favor dessa temática - desde práticas de prevenção à violência, a instituições de acolhimento e outras ações de proteção infantil -, de maneira que fosse possível compreender a problemática da vulnerabilidade da infância e adolescência a partir de diversas frentes. As instituições que retornaram ao contato foram entrevistadas e seus documentos disponíveis online foram também analisados.

## Ética do Cuidado

A Ética do Cuidado é uma perspectiva moral e política que enfatiza a importância das relações, da interdependência humana e da vulnerabilidade (Gilligan, 1982; Held, 2006; Tronto, 1993). Ela reconhece que os seres humanos estão intrinsecamente ligados uns aos outros e ao seu ambiente, e que a capacidade de dar e receber cuidado é fundamental para a vida e o bem-estar. Assim, o cuidado não é apenas um ato, mas uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilização e envolvimento afetivo com o outro (Boff, 1999).

<sup>1</sup> Prêmio Melhores ONGs e reconhecimento de atuação pelo poder público.

O objetivo dessa investigação não se limita ao diagnóstico das práticas existentes, mas busca compreender as dinâmicas institucionais que possibilitam a construção de vínculos protetores, o fortalecimento da autonomia e a inserção social de crianças e adolescentes vítimas de violência e afastados de suas famílias de origem. Busca-se também fomentar uma reflexão coletiva sobre a urgência de políticas públicas efetivas comprometidas com a dignidade humana.

O estudo a seguir reconhece que o acolhimento institucional e familiar não é uma política de entrada, mas de resposta. A maioria das crianças e adolescentes atendidos pelas instituições analisadas vivenciou múltiplas formas de violência, incluindo abuso sexual, negligência, abandono, violência doméstica ou omissão do poder público. Esses contextos tornam o cuidado não apenas necessário, mas urgente — e exigem que ele seja exercido com competência técnica, sensibilidade ética e compromisso com a reparação.

## ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

### O QUE É:

Medida excepcional e provisória de proteção aplicada a crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio familiar por situação de violação de direitos, risco pessoal ou social, abandono, negligência, violência ou impossibilidade momentânea de cuidado pela família de origem.

### QUANDO OCORRE:

Quando se esgotam (ou se mostram inviáveis) as medidas de proteção no próprio núcleo familiar ou na família extensa, e há necessidade de proteção imediata.

### LEGISLAÇÃO:

Medida de proteção, não punitiva, aplicada preferencialmente por decisão judicial.

- ▶ **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990):** Define o acolhimento como medida de proteção (art. 101), estabelece direitos, limites temporais e prioridade da reintegração familiar.
- ▶ **Lei nº 12.010/2009 (Lei da Adoção):** Reforça a excepcionalidade do acolhimento e a centralidade da convivência familiar e comunitária.
- ▶ **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993):** Insere o acolhimento como serviço da política de assistência social.

- ▶ **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Res. CNAS nº 109/2009):** Define o acolhimento institucional e familiar como serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
- ▶ **Orientações Técnicas - Serviços de Acolhimento (CONANDA/CNAS):** Detalham parâmetros de funcionamento, equipe, rotina, direitos e acompanhamento das crianças e adolescentes.

## Modalidades de acolhimento:

### ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

#### **SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**

Serviço de acolhimento em unidade institucional, com cuidado coletivo e equipe técnica, que se reveza em turnos. O cuidado é compartilhado entre diferentes educadores, o que garante acompanhamento permanente, mas que exige atenção constante para evitar práticas padronizadas ou impessoais. Pode atender até 20 crianças e adolescentes.

#### **Casa-Lar**

A Casa-Lar mantém o caráter institucional, mas reorganiza o acolhimento a partir de uma dinâmica doméstica, com número reduzido de crianças e adolescentes (até 10) e a presença de cuidador(a) residente. A equipe técnica atua de forma mais estratégica e menos centrada na gestão do dia a dia.

### ACOLHIMENTO FAMILIAR

#### **Família Acolhedora**

Na modalidade de Família Acolhedora, o acolhimento ocorre dentro de um núcleo familiar, sem qualquer caráter institucional visível para a criança ou adolescente. A experiência cotidiana é a de viver em uma família “como outra qualquer”, com cuidados individualizados, atenção exclusiva e inserção plena na vida doméstica e comunitária. O trabalho profissional desloca-se do cuidado direto para o acompanhamento intensivo da família acolhedora, oferecendo suporte técnico, orientação e mediação com a família de origem e a rede.

Nesse sentido, o relatório tem dois objetivos centrais:



1. Compreender como diferentes instituições constroem práticas de cuidado capazes de enfrentar, prevenir e reparar e reparar violências contra crianças e adolescentes;
2. Sistematizar princípios, metodologias e propostas que possam inspirar o debate sobre a urgência de políticas públicas mais integradas, efetivas e comprometidas com a dignidade humana.

A análise comparativa das instituições foi organizada em torno de seis dimensões que as situam na atuação de defesa da criança e do adolescente: Modelo Institucional e Histórico, Metodologias e Práticas de Cuidado, Relação com o Sistema de Justiça e Redes, Pós-Desacolhimento e Autonomia, Proteção contra a Violência e Programas ou Serviços em Destaque.

Como possuem atividades muito distintas, nem todas as dimensões são abordadas na caracterização de todas as instituições. Por exemplo, organizações que não trabalham diretamente com acolhimento não podem ser analisadas por ações voltadas ao desacolhimento e à promoção da autonomia, que foca em projetos voltados a pessoas previamente acolhidas.

A sistematização dessas análises permitiu o agrupamento das instituições em cinco eixos estratégicos de atuação: Prevenção Familiar e Comunitária, Serviços de Acolhimento Direto, Atenção à Autonomia e Pós-Desacolhimento, Advocacy, Metodologia e Incidência e Proteção à Maternidade Precoce.

Assim, por meio dessa sistematização, o estudo busca devolver às organizações participantes uma leitura sensível e estruturada de suas contribuições para o campo. Mais do que um retrato técnico, este é um convite à construção de uma comunidade de práticas entre instituições que acolhem, cuidam e transformam — cada uma à sua maneira, mas todas comprometidas com o direito de crianças e adolescentes a viverem com dignidade, vínculo e presença cuidadora.



## Entre a letra da lei e a vida cotidiana:

### Os desafios práticos da efetivação dos direitos no acolhimento infantojuvenil

A legislação brasileira voltada à infância e adolescência, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece um arcabouço normativo avançado que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento integral. Nesse horizonte, o acolhimento institucional ou familiar é concebido como medida excepcional e transitória, voltada à proteção de sujeitos em risco pessoal e social, com vistas à reintegração familiar ou, quando não é possível, à adoção. A legislação determina, ainda, que tais serviços devem assegurar condições que favoreçam o protagonismo, a autonomia, a individualidade e o bem-estar integral dos acolhidos. No entanto, apesar desse marco jurídico, a realidade cotidiana das instituições revela os limites práticos da implementação desses preceitos, expondo uma série de tensões entre o que é legalmente previsto e aquilo que é efetivamente garantido. Uma das contradições mais evidentes reside na insuficiência crônica de recursos públicos destinados aos serviços de acolhimento, o que compromete desde a infraestrutura física até a constituição e manutenção de equipes técnicas qualificadas.

Dessa forma, nesse relatório, as práticas destacadas das instituições analisadas evidenciam, principalmente, como elas conseguem cumprir o que é previsto por lei de forma criativa e garantindo a qualidade do serviço atendido, a despeito da falta de recursos e da invisibilidade da temática no debate público brasileiro.

## Reconhecimento da Criança e do Adolescente como Sujeitos de Direitos

A legislação brasileira, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Lei nº 8.069/1990), estabelece o paradigma da proteção integral (art. 1º) e determina que, na interpretação e aplicação da lei, deve-se considerar a condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes e os fins sociais a que se destina (art. 6º). No campo das medidas de proteção, o ECA orienta a intervenção pelo princípio do melhor interesse e por diretrizes como a prevalência da família, a proporcionalidade da atuação diante da situação de perigo e a participação da criança e do adolescente (art. 100, parágrafo único).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS; Lei nº 8.742/1993) define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado (art. 1º) e orienta a política pelo respeito à dignidade, à autonomia e à convivência familiar e comunitária (art. 4º, III). No âmbito da proteção social especial, os serviços devem priorizar públicos em situação de vulnerabilidade e risco, inclusive crianças e adolescentes, em articulação com a rede (art. 23 e parágrafo único).

Assim, a atuação das instituições aqui analisadas deve ser lida à luz desse arcabouço: acolhimento como medida excepcional e provisória, orientada à reintegração familiar ou à colocação em família substituta, com garantia de cuidado individualizado, proteção contra violências e participação de crianças e adolescentes nas decisões que lhes dizem respeito.

Essa base legal reforça que práticas orientadas ao cuidado relacional, à proteção contra revitimização e ao fortalecimento de vínculos não são “extras”: são requisitos de qualidade compatíveis com a prioridade absoluta assegurada às crianças e adolescentes (Constituição Federal, art. 227) e com os princípios do ECA e do SUAS.

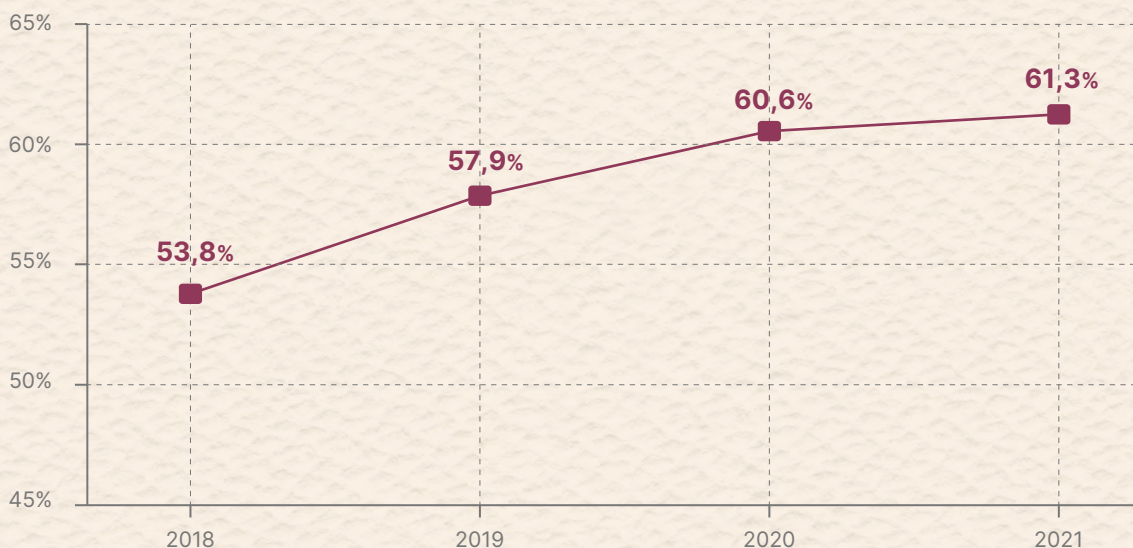
## A violência contra crianças e adolescentes no Brasil

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil constitui um fenômeno persistente e estrutural, marcado por invisibilidade institucional, silenciamento social e desigualdades sociais enraizadas. Os dados do Fórum de Segurança Pública revelam a gravidade e a complexidade desse cenário, demonstrando

como diferentes tipos de violências – letal, negligência, física, psicológica, sexual – também estão articuladas à reprodução de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

No campo da violência sexual a dimensão de invisibilidade e naturalização social é mais explícita. Segundo dados apresentados pelo Instituto Liberta<sup>2</sup>, mais de 60% dos casos de estupro registrados no Brasil envolvem vítimas com menos de 13 anos de idade (Gráfico 1). Essa proporção tem crescido ano a ano, como mostra a série histórica entre 2018 e 2021.

**GRÁFICO 1** Número de registros de estupro de menores de 13 anos (2018-2021)



Fonte: Instituto Liberta, via Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Embora seja possível inferir que parte desse crescimento se relacione ao aumento da visibilidade e da notificação, é consenso entre os especialistas que a subnotificação ainda predomina.

A análise de gênero reforça que a violência sexual infantil recai, majoritariamente, sobre meninas: 85,5% das vítimas são do sexo feminino. Os dados sugerem que as meninas entre 10 e 14 anos constituem o principal

2 Elaborada a partir dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

grupo de risco, tanto para o abuso quanto para suas consequências — como a gravidez precoce e o abandono escolar. Mas também é preciso reconhecer que meninos, especialmente entre 4 e 8 anos, também são afetados por essa forma de violência, frequentemente sem o mesmo grau de reconhecimento ou acolhimento institucional.

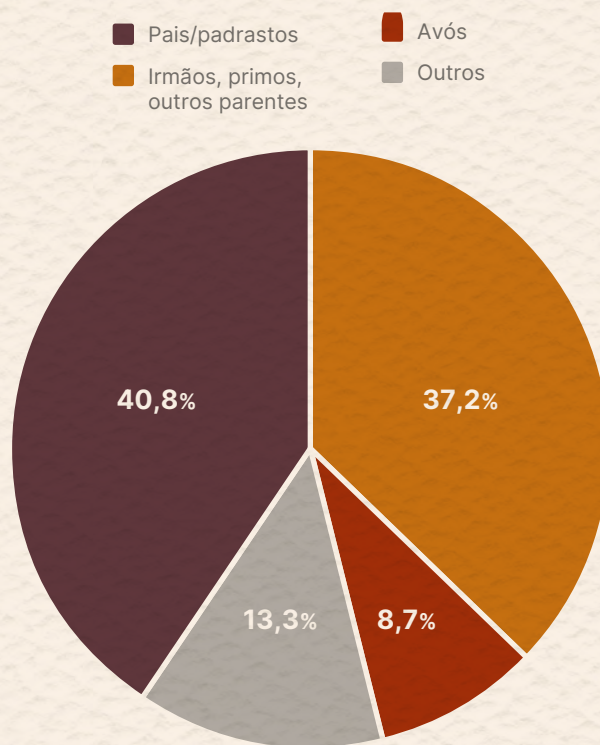
Os dados disponíveis também desmontam o imaginário social que associa o perigo à presença de “estranhos” ou à rua. Na realidade, o abuso sexual infantil ocorre, em sua maioria, dentro das casas das vítimas. Segundo o Instituto Liberta, 76,5% dos abusos acontecem no ambiente doméstico (Gráfico 2), sendo os principais agressores pessoas próximas: pais, padrastos, irmãos, tios e avós. Apenas 17,5% dos agressores são desconhecidos das vítimas. A violência, nesse caso, se inscreve em relações de poder e dependência, e seu enfrentamento demanda estratégias que rompam com o pacto de silêncio que protege os agressores e isola as vítimas.

A sociedade não apenas falha em proteger, como, muitas vezes, se recusa a reconhecer a criança como vítima: uma pesquisa do Datafolha mostra que 71% das pessoas que testemunharam casos de exploração sexual não denunciaram, embora 100% reconhecessem que se trata de um crime<sup>3</sup>.

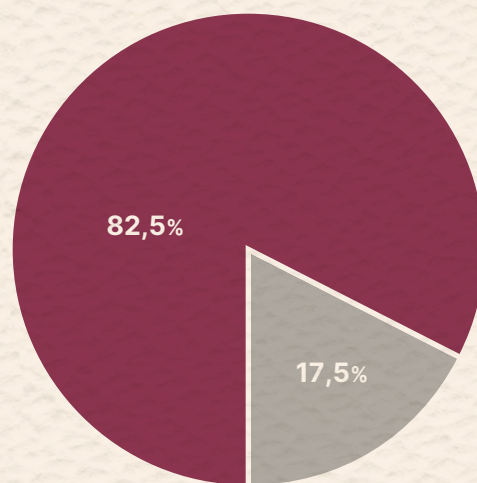
As consequências dessa violência são graves e duradouras. Um de seus desdobramentos mais cruéis é a gravidez infantil. Em 2019<sup>4</sup>,

GRÁFICO 2

**Perfil dos agressores - violência sexual**



■ Pessoas conhecidas das vítimas  
■ Pessoas desconhecidas das vítimas



Fonte: Instituto Liberta, via Fórum Brasileiro de Segurança Pública

3 Dados do Instituto Liberta, a partir do Datafolha 2018.

4 Dados do Instituto Liberta, a partir do Relatório das Nações Unidas - População, de 2020, e da Associação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

foram registrados 19.330 filhos de mães com idades entre 10 e 14 anos, e estima-se que mais de 21 mil meninas com menos de 14 anos engravidem a cada ano. Isso significa que, em média, duas meninas são estupradas e engravidam por hora no Brasil. Além disso, ocorrem aproximadamente seis abortos por dia em meninas dessa faixa etária.

Se os homicídios e os estupros despertam maior atenção mediática e institucional, é justamente no cotidiano da violência silenciosa e relacional — muitas vezes

encoberta por vínculos afetivos ou pela precariedade socioeconômica — que se reproduz, de maneira persistente, a lógica da violação de direitos da infância.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 revelam que os registros de violência física e psicológica contra crianças cresceram nos últimos anos, mas ainda permanecem muito aquém da realidade estimada. Em 2022, foram registrados mais de 40 mil casos de maus-tratos contra menores de 18 anos. As notificações de violência física geralmente estão associadas a lesões visíveis, mas a violência psicológica, caracterizada por insultos, humilhações, ameaças ou abandono emocional, é ainda menos identificada e reconhecida como crime, embora tenha efeitos igualmente devastadores no desenvolvimento infantil.

Assim, a violência contra crianças e adolescentes no Brasil opera como um marcador de desigualdades e omissões. A consequência dessas violências não apenas provoca traumas, mas também pode ser uma porta para outros tipos de violência infantil – em instâncias que deveriam protegê-la após essa primeira violação já ocorrida, como ao longo dos processos judiciais e nos serviços de acolhimento. Nesse sentido, a escuta e o acolhimento de vítimas de violência devem ser realizados com cuidado, técnica e empatia, de maneira a não violar ainda mais os direitos dessas crianças e adolescentes.

O enfrentamento desse cenário exige indignação pública, responsabilização institucional e ação intersetorial coordenada.

## Gravidez na Infância e Adolescência

### Em 2019:

- ▶ Mais de 21 mil meninas com menos de 14 anos engravidaram
- ▶ Média de 6 abortos realizados por dia em meninas com menos de 14 anos
- ▶ 6 entre 10 meninas-mães não estudam nem trabalham

Fonte: Instituto Liberta, via Relatório das Nações Unidas - População de 2020, e da Associação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia



# Análises das Instituições

Esta seção apresenta a análise detalhada de catorze instituições ou projetos que atuam com acolhimento institucional e/ou familiar ou em estratégias preventivas e de reparo à violência relacionadas à proteção de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. A partir de entrevistas e análise de documentos institucionais foram observadas suas metodologias, práticas e posicionamentos estratégicos. O objetivo foi

compreender as especificidades de cada organização, suas formas de atuação, articulações em rede e contribuições para a construção de trajetórias de cuidado, autonomia e superação de vulnerabilidades.

A análise segue uma estrutura comum a todas as instituições, permitindo comparabilidade e sistematização dos achados. As dimensões consideradas são:

## Modelo Institucional e Histórico:

Esta dimensão busca compreender a trajetória da instituição desde sua fundação, o contexto em que surgiu, seu marco jurídico (ONG, OSC, programa público etc.) e seu papel na rede de proteção social. Avalia-se como a missão institucional foi construída ao longo do tempo e como se relaciona com a realidade do público atendido.

É também nesta dimensão que se verifica **a coerência entre os princípios fundantes da organização e sua atuação prática**, bem como seu reconhecimento no território, sua trajetória de incidência e seu posicionamento em relação à defesa de direitos.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

O cuidado que promove o protagonismo e a individualidade de cada indivíduo, respeitando sua trajetória e da sua família é previsto em lei (ECA e LOAS), mas a precariedade do investimento e da articulação em rede da assistência social, muitas vezes, inviabilizam a oferta de um serviço de qualidade. Assim, nessa dimensão são analisadas as estratégias de atuação adotadas na defesa do direito a crianças, adolescentes e suas famílias, com ênfase nos processos cotidianos que materializam o cuidado. Ou seja, são identificadas as formas que as instituições mobilizam recursos e conhecimentos para cumprirem a legislação de maneira criativa, promovendo de fato o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e jovens acolhidos e/ou vítimas de violência.

### Isso inclui:

- ▶ Práticas de escuta e vínculo;
- ▶ Abordagens psicossociais e terapêuticas;
- ▶ Formação das equipes;
- ▶ Execução de planos de atendimento individualizados (PIA, PIF);
- ▶ Métodos de convivência, rotina e resolução de conflitos.

Considera-se aqui a presença de princípios da ética do cuidado, como a interdependência, o reconhecimento da singularidade, a continuidade no cuidado e a corresponsabilidade institucional.

## Relação com o Sistema de Justiça e Redes:

Examina o **nível de articulação da instituição com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)**, incluindo Ministério Público, Defensoria, Varas da Infância, Conselhos Tutelares, CREAS, CRAS e demais instâncias da rede socioassistencial.

Essa dimensão revela se a organização **atua isoladamente ou em rede**, e como se posiciona no campo da incidência e da corresponsabilidade institucional pelo cuidado.

### Inclui:

- ▶ Participação em fóruns e conselhos;
- ▶ Capacidade de dialogar com decisões judiciais;
- ▶ Produção de pareceres técnicos.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

Avalia as estratégias adotadas pelas instituições para preparar crianças e adolescentes para a autonomia e a vida adulta, **após o período de acolhimento**. Envolve ações de transição, suporte educacional, encaminhamentos para o mundo do trabalho, moradia assistida, formação de redes de apoio e acompanhamento emocional.

Essa dimensão é central para verificar se o acolhimento se encerra como protocolo ou se continua como **presença cuidadora após o desligamento**.

### Considera-se também:

- ▶ A existência de planos de vida e metas individualizadas;
- ▶ O vínculo mantido com desacolhidos;
- ▶ A construção de autonomia como processo relacional, e não como ruptura.

## Proteção contra a Violência:

Analisa o papel da instituição frente às múltiplas formas de violência que afetam os públicos atendidos — violência sexual, doméstica, institucional, negligência, abandono e outras formas de violação de direitos.

Essa dimensão reconhece que o acolhimento, para ser ético e efetivo, precisa ser também uma **resposta à violência** e uma **ressignificação da história de vida** — e não apenas um abrigo ou um afastamento físico.

### Inclui:

- ▶ O reconhecimento explícito da violência nas trajetórias atendidas;
- ▶ A atuação preventiva, reparadora ou de denúncia;
- ▶ A presença de escuta qualificada, protocolos de proteção e práticas restaurativas.

## Programas ou Serviços em Destaque:

Foca nas **iniciativas mais relevantes ou inovadoras** implementadas por cada instituição. Podem ser ações de acolhimento institucional ou familiar, programas de fortalecimento familiar, formação de profissionais da rede, produção de tecnologias sociais ou metodologias replicáveis.

Esta descrição permite reconhecer boas práticas e inspirações metodológicas, ao mesmo tempo em que oferece recomendações para a construção de estratégias aplicáveis à atuação das organizações interessadas em aprimorar, qualificar e humanizar suas ações de acolhimento e de proteção à infância e adolescência.

### Avalia-se:

- ▶ O grau de inovação, originalidade ou replicabilidade do programa;
- ▶ Sua capacidade de gerar impacto documentado;
- ▶ Sua contribuição metodológica para o campo da proteção infantojuvenil.

## Cuidado Individualizado e Protagonismo na Legislação Brasileira

A legislação brasileira reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece que serviços e medidas de proteção devem considerar sua condição peculiar de desenvolvimento, garantindo respeito à identidade, participação e cuidado individualizado. Esses princípios são decisivos para orientar práticas de acolhimento que não reproduzam violência institucional e que apoiem trajetórias de autonomia com proteção.

### No ECA, destacam-se:

- ▶ **Art. 6º** – Determina que, na interpretação do ECA, deve-se considerar a condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente, o que sustenta intervenções individualizadas e adequadas à idade e às necessidades específicas.
- ▶ **Art. 17º** – Garante o direito ao respeito e à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, incluindo a preservação da imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças.
- ▶ **Art. 92, III e §7º** – Exige atendimento personalizado e em pequenos grupos e, para crianças de 0 a 3 anos, prevê educadores(as) de referência estáveis e quantitativo de pessoal qualificado, reforçando a centralidade do vínculo no cuidado.
- ▶ **Art. 100, parágrafo único, inciso VIII** – Orienta que a intervenção deve ser proporcional e atual, considerando o contexto e as necessidades específicas do caso.

- ▶ **Art. 100, parágrafo único, inciso XII** – Estabelece a oitiva obrigatória e a participação da criança e do adolescente, em ambiente protegido e com escuta adequada.
- ▶ **Art. 19, §§ 5º e 6º** – Assegura, no acolhimento institucional, a convivência integral da criança com a mãe adolescente e a assistência por equipe multiprofissional especializada.

### Na LOAS, destacam-se:

- ▶ **Art. 4º, III** – Estabelece o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito à convivência familiar e comunitária, orientando intervenções que reconheçam singularidades e evitem práticas tuteladoras.
- ▶ **Art. 2º, I e II** – Define como objetivos a proteção à família, maternidade, infância e adolescência e o amparo às crianças e adolescentes, base da proteção social especial em contextos de acolhimento.

Em conjunto, esses dispositivos reforçam que o cuidado em serviços de acolhimento deve ser individualizado, baseado em vínculo e respeito à identidade, e que crianças e adolescentes devem ser ouvidos e participar das decisões que afetam suas vidas — com especial atenção às situações de maternidade na adolescência, em que o cuidado precisa considerar simultaneamente a adolescente e a criança.

A photograph showing several children sitting around a table, engaged in a painting activity. They are using brushes and paint on a large sheet of paper. The scene is captured from an overhead perspective, showing their hands and the colorful paint on the paper. The image has a semi-transparent red overlay.

Associação Beneficente Santa Fé



## Modelo Institucional e Histórico:

A Associação Beneficente Santa Fé é uma organização da sociedade civil (OSC), de natureza laica, de direito privado e sem fins lucrativos, que atua há mais de 30 anos com acolhimento de crianças e adolescentes, oferecendo proteção integral, dignidade e oportunidades de transformação para os acolhidos e suas famílias. Fundada em 1993, em um contexto de redemocratização e de construção das primeiras políticas voltadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil pós-ECA, a instituição nasce com um compromisso ético e político com a promoção da

justiça social e com o enfrentamento das múltiplas formas de violência que afetam infâncias vulnerabilizadas.

Desde sua origem, a Santa Fé desenvolveu uma trajetória que combina intervenções com crianças e adolescentes em situações de risco com a criação e consolidação de uma metodologia própria de acolhimento, centrada no cuidado, no afeto, no respeito à singularidade e na escuta ativa. A coerência entre os valores fundantes da organização e sua prática cotidiana é uma de suas marcas mais significativas, sendo reconhecida por parceiros públicos (6º

Selo Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo, 2023), organizações da rede de proteção (selecionada como prática inovadora pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2024) e pelos próprios sujeitos acolhidos e suas famílias.

*“Na Santa Fé foi totalmente diferente. Na chegada, eu tive um acolhimento diferenciado, de você sentir que as pessoas que estão ali te acolhendo querem saber de você, estão interessados em você. (...) Eu já senti isso logo de cara. Isso me fez ficar.”*  
— Ex-morador do Minha Casa.

Ao longo de sua história, a missão institucional da Santa Fé foi sendo lapidada pela escuta atenta das demandas concretas dos acolhidos e pela capacidade de leitura crítica dos contextos sociais em que estão inseridos. Seu compromisso não se restringe à proteção emergencial: trata-se de criar as condições para que as crianças e adolescentes atendidos possam desenvolver-se plenamente, com autonomia e dignidade, rompendo ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão e violência. Esse compromisso é operacionalizado por meio dos quatro projetos da instituição: o Minha Casa e a Casa Vovó Ilza — casas de acolhimento voltadas, respectivamente, para crianças e adoles-

centes em geral e para meninas gestantes e mães com seus bebês —; o programa Construindo Pontes, que atua junto às famílias dos acolhidos e oferece apoio no pós-desacolhimento por tempo indeterminado; e o Família Acolhedora, que promove o cuidado temporário de bebês de até 2 anos de idade em ambiente familiar enquanto suas situações jurídicas são regularizadas e sua família de origem ou adotiva é preparada.

A Santa Fé atua, ainda, na incidência política com contribuições de conhecimento técnico e financiamento de estudos, como é o caso da produção de um estudo técnico-participativo de diagnóstico e viabilidade sobre a implementação e aprimoramento da política pública de Guarda Subsidiada no município de São Paulo, medida protetiva prioritária para crianças e adolescentes afastados de seus núcleos familiares de origem, que são encaminhados para os cuidados da família extensa, evitando, assim, o rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Toda essa estrutura, incluindo a abordagem integrada – desde o acolhimento institucional ao familiar, com atenção especial às necessidades das meninas-mães e seus bebês, além do atendimento às famílias por longos períodos, mesmo após o desacolhimento – permite que a Santa Fé realize uma abordagem transversal, que articula políticas públicas e trabalha para o rompimento de ciclos de violência.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A metodologia da Santa Fé configura-se como um modelo singular de acolhimento infantojuvenil no Brasil, por conseguir transformar princípios normativos — como os previstos no ECA e na LOAS — em práticas cotidianas concretas, eficazes e, principalmente, afetivas. Em um contexto de crônico subfinanciamento da assistência social e de fragilidade da articulação intersetorial, a instituição mobiliza saberes técnicos, sensíveis e políticos para garantir não apenas a proteção legal, mas sobretudo o direito ao cuidado como experiência vivida, relacional e reparadora.

Nesse sentido, sua estrutura metodológica é composta por alicerces e pilares, que organizam e orientam as práticas institucionais. Os cinco alicerces que sustentam sua atuação são: o educador-tutor, como figura de referência individual para cada acolhido; a prática de supervisão regular com apoio externo, garantindo qualidade e reflexão contínua dos profissionais; a realização de assembleias com participação ativa de crianças e adolescentes; a atuação coletiva e qualificada de equipes multidisciplinares; e a articulação com uma ampla rede de parcerias. Esses fundamentos sustentam os quatro pilares metodológicos que orientam as práticas cotidianas: o fortalecimento de raízes familiares e comunitárias, o olhar individualizado, o cuidado e o aconchego, e a construção de um ambiente democrático. Com base nessa estrutura institucional, a Santa Fé promove em seus quatro proje-

tos meios para garantir escuta qualificada, linguagem afetiva, educação não punitivista e cuidado contínuo.

Nas casas de acolhimento, Minha Casa e Casa Vovó Ilza, a prática do cuidado é visível no ambiente físico das casas, que é cuidadosamente planejado para transmitir segurança, conforto, beleza e pertencimento, reforçando a ideia de que os acolhidos são sujeitos de direitos, dignos de cuidado e respeito. Em termos técnicos e metodológicos, a figura do educador-tutor se estabelece como um ponto de apoio e de referência, que ocorre a partir da identificação da própria criança ou adolescente com esse adulto que se torna um vínculo estável e contínuo que o acompanha até mesmo após o desacolhimento. O educador-tutor evita a fragmentação das relações e reduz os danos da rotatividade comum nos serviços de acolhimento.

*“Mas eu não estava acostumada a ver casas de acolhimento tão ajeitadas assim. Ela [diretora da Santa Fé] não gostava de nada quebrado na casa, porque ela achava que aquilo abria algumas feridas emocionais na criança. (...) Achei a princípio excessivo, mas depois eu entendi que aquilo fazia diferença para os acolhidos” – Funcionária da Vara da Infância sobre a Santa Fé.*

Também no Minha Casa e na Casa Vovó Ilza, as assembleias institucionais, inspiradas na escola democrática Summerhill, constituem outro dispositivo fundamental para a escuta

ativa e promoção da autonomia e da individualidade. Nelas, educadores e acolhidos compartilham decisões, conflitos, propostas e conquistas sobre o cotidiano em uma relação horizontal, em que adultos e crianças possuem o mesmo direito de fala e respeitam as mesmas regras de convivência. As casas também oferecem atividades culturais, oficinas, passeios e momentos de lazer como práticas estruturantes da convivência e da construção de vínculos; o que só é possível realizar a partir do suporte de parceiros privados, que garantem a diversidade de atividades e possibilidade de atender aos desejos individuais de cada criança e adolescente acolhido.

Especificamente na Casa Vovó Ilza, as diretrizes institucionais ganham forma em ações voltadas às especificidades das meninas-mães e seus bebês. A casa oferece um ambiente protetivo, com apoio emocional, estrutura para o ensino da maternagem e incentivo à construção de um novo projeto de vida para essas jovens. A convivência entre as meninas-mães permite compartilhar os desafios, as dúvidas e as descobertas entre elas, resultando em um valioso aprendizado e desenvolvimento em conjunto. O cuidado com os bebês inclui acompanhamento profissional e o estímulo ao desenvolvimento afetivo, linguístico e motor.

Já o programa Construindo Pontes traduz a metodologia em ações concretas junto às famílias dos acolhidos e aos adolescentes e jovens após sua saída da instituição. A partir de escuta ativa, intervenções individualizadas e apoio

prático — escolar, habitacional e emocional —, o programa articula rede, fortalece laços e previne novas violações de direitos.

Por fim, o programa Família Acolhedora amplia a capacidade da Santa Fé de oferecer respostas mais adequadas às necessidades específicas de bebês e crianças pequenas (de 0 a 2 anos), para os quais o ambiente familiar é ainda mais determinante para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e emocional.

A prática de cuidado também é predominante na relação com os funcionários e profissionais que atuam na Santa Fé. As supervisões semanais com psicanalista externo, em grupos operativos, são espaços institucionais de análise coletiva dos casos, cuidado da equipe e elaboração de estratégias de intervenção mais sensíveis. Essa prática promove a continuidade do cuidado e o aprimoramento constante dos profissionais.

*“O cuidado de quem tá cuidando também é importante; porque você não consegue fazer um trabalho com as crianças se você não tiver uma equipe cuidada.” — Diretor da Santa Fé*

Nesse sentido, ex-moradores também podem ser contratados como educadores — uma estratégia que fortalece vínculos e promove empregabilidade, reposicionando os jovens como sujeitos ativos e potentes. Já o voluntariado não é aceito nas rotinas das casas Santa Fé, evitando vínculos frágeis e experiências reiteradas de abandono, que poderiam ir na contramão da construção de laços duradouros necessários nesse tipo de proteção.

## Relação com o Sistema de Justiça e Redes:

A Santa Fé mantém diálogo constante com o Sistema de Garantias de Direitos contribuindo com a execução das medidas de proteção e na proposição de estratégias integradas de cuidado e reintegração familiar. Essa articulação não se dá de forma burocrática ou protocolar. Pelo contrário, a Santa Fé busca atuar como um sujeito ético e político na rede, posicionando-se com firmeza em defesa dos direitos dos acolhidos e de suas famílias — inclusive nos casos em que isso exige questionar decisões judiciais ou provocar a revisão de encaminhamentos padronizados, como no caso da permanência de jovens maiores de idade nas casas de acolhimento. Essa postura ativa e dialógica demonstra a capacidade da instituição de articular os dispositivos da rede em benefício dos sujeitos, sem submissão cega às decisões judiciais, mas com fundamentação técnica, afetiva e ética.

*“Aqui na Santa Fé a gente ainda tenta segurar, mas pela legislação sai com 18 anos, mas aqui a gente consegue segurar um pouco mais: o pessoal vai no fórum e pede mais um ano, dois anos, quando vê que a pessoa não tá conseguindo”*  
– Profissional da Santa Fé

O reconhecimento da necessidade de articulação intersetorial orienta tanto as ações de cuidado direto quanto às intervenções de caráter político e institucional. Nesse sentido, a Santa Fé promove estudos técnicos que colaboram com a implementação de políticas públicas e é reconhecida na rede pela importância do seu trabalho específico com as meninas-mães e seus bebês e pela busca de tipificação desse serviço, expandindo o direito dessas jovens de viverem tanto a experiência específica da sua faixa etária quando as particularidades da maternidade. A maternidade precoce, consequência de situação de violência, é um tema ainda pouco desenvolvido no sistema de garantia de direitos e, ao assumir essa lacuna como parte de sua missão, a Santa Fé contribui diretamente para a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas nacionais de proteção à infância.

A relação com diversos parceiros privados para a sustentabilidade de recursos e o oferecimento de atividades diversas e de qualidade para os acolhidos e seus familiares também situa a Santa Fé em uma rede mais ampla de defesa da proteção de crianças e adolescentes, que expande sua atuação para além do previsto enquanto política pública.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

A Santa Fé reconhece que a emancipação legal aos 18 anos não corresponde, na maioria dos casos, à emancipação

real. Por isso, propõe estratégias para prolongar o apoio até que o jovem possa, de fato, exercer sua autonomia com segu-

rança e dignidade. Por meio do programa Construindo Pontes, a instituição acompanha jovens que passaram pelo acolhimento e suas famílias na continuidade dos estudos, na busca por inserção no mundo do trabalho, no acesso à moradia digna e na construção de redes de apoio.

*“Eles me deram muito suporte e me dão até hoje! A faculdade que eu faço, eu tenho bolsa (...) e tem um percentual de bolsa da Santa Fé.” – Ex-moradora da Casa Vovó Ilza.*

A instituição desenvolve planos de vida, mentorias e estratégias para a ruptura dos ciclos intergeracionais de violência e pobreza. Além do apoio institucional, as relações afetivas criadas durante o acolhimento seguem ativas, funcionando como redes protetivas que se mantêm mesmo fora do abrigo. A figura do educador-tutor, por exemplo, continua presente na vida de muitos que passaram pelo acolhimento como referência e apoio emocional, mostrando que a vinculação não se dissolve com a burocracia do desligamento. Diferente do acompanhamento previsto em lei de seis meses após o desacolhimento, a Santa Fé não estabelece um limite de tempo para que esse apoio ocorra.

## Proteção contra a Violência:

A Santa Fé compreende que, para além de proteger fisicamente, é preciso garantir um acolhimento que não reproduza violências simbólicas, institucionais ou afetivas. Além das práticas cotidianas de cuidado, a instituição também atua com protocolos de proteção explícitos, estabelecendo barreiras claras contra práticas punitivas ou negligentes, como a política de não utilizar voluntariado rotativo, evitando rompimento de vínculos, e o estabelecimento das assembleias como meio de resolver problemas internos das casas e de evitar práticas punitivistas.

A Casa Vovó Ilza também é um exemplo emblemático na proteção contra a violência: ao garantir um espaço exclusivo para meninas-mães e seus bebês, a instituição protege essas jovens de novas situações de abuso e negligência, oferecendo suporte para que vivenciem a maternidade de forma segura, assistida e digna. O programa Construindo Pontes também atua como ferramenta de prevenção à reinstitucionalização, ao promover a estabilidade familiar e social necessária para o retorno da criança ou adolescente acolhido e ao evitar que outras crianças do mesmo núcleo venham a ser institucionalizadas, além de promover um apoio duradouro que rompe ciclos intergeracionais de violência e vulnerabilidade.

O programa Família Acolhedora é outro exemplo de proteção contra a violência, corroborando com a atuação integral da instituição que compre-

ende que, por melhor que seja o acolhimento institucional, a vivência familiar é fundamental para o desenvolvimento saudável.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ Iniciativa inovadora de oferecer um espaço exclusivo e estruturado para adolescentes gestantes ou com filhos, compreendendo que essas jovens demandam um cuidado diferenciado, tanto por sua idade quanto por sua experiência de maternidade precoce, muitas vezes marcada por violência.
- ✓ Programa Família Acolhedora.
- ✓ Atividades e práticas específicas para os bebês e para a maternagem na casa das meninas-mães.
- ✓ Acompanhamento de pessoas que passaram pelo acolhimento e suas famílias por tempo indeterminado, com ações integradas nas áreas de educação, habitação, trabalho, saúde e assistência.
- ✓ Prática de assembleias como espaço de escuta e acolhimento democrático, em que acolhidos e profissionais são escutados de forma igualitária. Neste momento são elaboradas as regras de convivência, solucionados os conflitos, celebradas as conquistas, apresentados os novos moradores e são tomadas decisões coletivas de forma transparente. Vale ressaltar que qualquer um, de qualquer idade, pode solicitar uma assembleia, a qualquer momento.
- ✓ Existência de um educador-tutor, que assegura que todos tenham uma figura de referência, responsável por um acompanhamento personalizado e contínuo. A escolha desse profissional ocorre pelo próprio acolhido, que também pode encontrar outro adulto de referência ao longo da sua vivência na casa; ou seja, as relações não são fixas e dependem da afinidade e da confiança que as crianças e adolescentes estabelecem com os adultos. É comum que o educador-tutor siga essa relação de apoio após o desacolhimento.
- ✓ Prática de supervisão realizada com todos os profissionais das casas com apoio de um profissional externo, que promove a reflexão da prática laboral, visando a qualidade do atendimento e o bem-estar tanto dos profissionais quanto das crianças e adolescentes atendidos.
- ✓ Estabelecimento de diversas parcerias privadas, que permitem atendimentos médicos, atividades externas de acordo com os desejos e interesses dos acolhidos e apoio à educação e capacitação profissional.



Semente Viva



## Modelo Institucional e Histórico:

A Casa de Acolhimento Semente Viva teve origem em 2011, em Florianópolis, Santa Catarina, impulsionada pelo desejo de um grupo de mulheres de uma comunidade evangélica de ajudar crianças em situação de vulnerabilidade social. Esse movimento resultou na criação da Associação Comunitária Amigos de Jesus (ACAJE), que posteriormente consolidou a Casa de Acolhimento Semente Viva, contando com o apoio financeiro e voluntário dos membros da Igreja Palavra Viva. No início, as atividades eram direcionadas ao contraturno escolar. No entanto, frente à demanda crescente por maior amparo às crianças da região, o projeto evoluiu para uma

casa de acolhimento institucional, atuando com crianças de 2 a 12 anos. A opção por evitar trabalhar com crianças e adolescentes simultaneamente, em uma mesma casa, ocorre da compreensão de que a divisão por faixas etárias não apenas corrobora para o desenvolvimento saudável das crianças, como também é uma forma de proteção contra a violência entre os próprios acolhidos, em que os mais novos ficam vulneráveis diante de adolescentes em conflito com o processo de afastamento familiar e vivenciando casos de agressividade.

Além do acolhimento direto, a Semente Viva desenvolve o Programa de Apadrinhamento Afetivo, sendo uma referência

da modalidade: em 2022 a instituição elaborou um e-book de promoção desse projeto, servindo também como modelo para outras instituições.

O compromisso da instituição com a defesa de direitos é visível tanto em sua prática cotidiana quanto em suas estratégias de incidência pública e de qualificação da rede. A Semente Viva articula-se com escolas, unidades de

saúde, conselhos tutelares e judiciário, posicionando-se de forma crítica quando percebe a reprodução de violências institucionais ou de negligências no cumprimento das normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu trabalho é embasado em metodologias da psicologia e da assistência social, mas também incorpora aprendizados da convivência cotidiana, valorizando a singularidade de cada criança acolhida.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A atuação da Semente Viva está alicerçada no afeto como princípio fundamental, reconhecendo a importância da formação de vínculos seguros e fraternos para o desenvolvimento integral das crianças. Sua metodologia de trabalho é orientada pelos princípios da Sociologia da Infância, reconhecendo a criança como sujeito social ativo, que “participa da sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade”. Isso significa que os processos de trabalho com cada acolhido são baseados na sua realidade emocional e social, evidenciando o protagonismo infantil. Assim, a instituição compreende que o cuidado só pode ser efetivo quando parte do reconhecimento da dor, da história e das potencialidades de cada sujeito.

*“A gente escuta mesmo o que as crianças estão dizendo, e o que não estão dizendo também. Não é só*

*ouvir o que elas falam, mas entender o que está por trás de um comportamento, de um silêncio.” – Profissional da Semente Viva.*

Essa escuta qualificada — que acolhe também o não verbal — é exercida cotidianamente em ambientes organizados com previsibilidade, segurança e afeto, reforçando a centralidade do vínculo na experiência de cuidado. O princípio norteador é a afirmação de que “a atenção equivale a amor” e que todo comportamento tem uma função que precisa ser compreendida, não punida. Ou seja, nos conflitos, a abordagem não é punitiva, mas restaurativa e compreensiva. Toda situação de crise é tratada como oportunidade de escuta, de aprendizado emocional e de fortalecimento do vínculo.

Também no âmbito do cuidado, a instituição promove formações periódicas e atividades específicas voltadas para os funcionários,

compreendendo que para o cuidado e desenvolvimento saudável das crianças é necessário também contar com adultos capacitados e que se sintam valorizados. Um exemplo dessa abordagem é a promoção de atividades anuais específicas para cuidar de quem cuida, como promover um fim de semana em um hotel para todos os profissionais da casa para que eles tenham momentos de descanso e de reflexão da prática de trabalho. Durante esse período, voluntários que trabalham com frequência na casa ou ex-funcionários que possuem familiaridade com o cotidiano assumem as responsabilidades.

*“Por um momento, nós vamos focar nos adultos, que os adultos estando bem na instituição, as crianças vão refletir” – Profissional da Semente Viva.*

Há também o investimento constante em formações sobre saúde mental, com materiais internos de capacitação sobre o cuidado com crianças com TDAH, TEPT, TAG<sup>5</sup> e outros diagnósticos complexos, que marcam a prática do cuidado para além da violência. A equipe discute de forma coletiva os casos, buscando estratégias que ofereçam suporte emocional, rotinas seguras, validação de sentimentos e práticas restaurativas.

Assim, o cuidado e a capacitação constante dos profissionais têm um papel estruturante na consolidação da cultura institucional e na capacidade da equipe em lidar com a complexidade das trajetórias acolhidas, reconhecendo os limites da técnica e a necessidade do afeto como instrumento profissional legítimo.

*“Trazemos temas que estão aparecendo na casa ou que a equipe sente necessidade. Isso é pra garantir que todo mundo esteja olhando junto pro mesmo lugar” – Profissional da Semente Viva.*

Uma atenção especial também é dada aos processos de adoção que ocorrem na casa, em que, mais uma vez, a escuta e atenção aos desejos das crianças é o norteador de toda a atuação: desde o preparo cuidadoso para os encontros com pretendentes até o acompanhamento posterior à adoção. A equipe busca criar ambientes favoráveis ao vínculo e atua como mediadora sensível entre as crianças e os futuros pais ou mães, garantindo que os primeiros contatos sejam acompanhados, lúdicos e significativos, com a presença de jogos e atividades mediadas que facilitam a aproximação.

---

5 TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

TAG – Transtorno de Ansiedade Generalizada.

## Relação com o Sistema de Justiça e Redes:

A Semente Viva atua em estreita colaboração com o sistema de justiça, tanto no recebimento das crianças para o processo de institucionalização quanto no processo de adoção. Essa atuação em rede não se dá de maneira protocolar ou reativa, mas sim como parte estruturante do trabalho institucional, demonstrando uma postura de corresponsabilidade ética e política no cuidado às crianças e adolescentes acolhidos.

A Semente Viva também demonstra capacidade de dialogar criticamente com decisões judiciais, sem se submeter automaticamente a encaminhamentos que contrariem o bem-estar da criança. Isso se concretiza no atendimento específico para crianças até 12 anos de idade, compreendendo que a convivência institucional com diversas faixas etárias pode reproduzir violências.

*“A legislação exige que os abrigos atendam de 0 a 18 e nós, aqui, fizemos todo o movimento com o Ministério Público dizendo que isso é impossível, porque se não se reproduz violências. Nós tivemos essa experiência de crianças maiores com crianças menores, e não foi saudável. E nós comprovamos que não dá certo; por quê? Porque o programa de TV é diferente, o programa social é diferente, a comida é diferente, o ambiente diferente...”*  
– Profissional da Semente Viva.

Essa capacidade de argumentação técnica, respaldada pela confiança conquistada junto aos órgãos do judiciário, demonstra um posicionamento ativo da instituição na defesa dos direitos das crianças, especialmente quando há riscos de revitimização por decisões precipitadas ou desarticuladas da realidade concreta.

*“Teve vez que a gente pediu pra adiar o retorno familiar porque a gente via que não tinha condições ainda. E explicamos com calma, mostramos o que a criança estava vivendo, o que precisava. E fomos ouvidos.”* – Profissional da Semente Viva.

Porém, nem sempre a argumentação técnica é suficiente e as limitações de diálogo além dos entraves burocráticos com o poder público impedem ou dificultam a realização do trabalho. Nesse sentido, a Semente Viva chegou a ficar quatro anos sem o apoio financeiro do Estado, dependendo exclusivamente de doações e arrecadação via eventos. Ao longo de sua trajetória de atuação, a maior ou menor aproximação e diálogo com o poder público, segundo contou uma profissional da instituição, “depende de pessoas” que estão atuando nos espaços de decisão; ou seja, varia conforme a sensibilidade de juízes, promotores, assistentes sociais etc. que lidam com os casos. Além da atuação cotidiana com o sistema de justiça, a Semente Viva também participa de espaços coletivos de articulação política e de troca de saberes, como o

Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF) e o Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF). Por seu reconhecimento e inserção na

rede, a Semente Viva lançou em 2022, com o apoio do município de Florianópolis e o Itaú Social, um livro virtual sobre o Apadrinhamento Afetivo.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

Embora a instituição não possua um programa formal de acompanhamento pós-desacolhimento – já que raramente atende crianças na adolescência e que permanecem até a maioridade – ela mantém vínculos afetivos com as crianças e suas famílias após sua saída. Assim, a Semente Viva compreende que tanto as crianças fazem parte da história institucional, como também a própria casa faz parte da vida das crianças; ou seja, o período de acolhimento não é apenas um lugar de passagem e espera, marcado por um processo conturbado de afastamento familiar, mas é compreendido como um lugar onde coisas boas também foram construídas e que não deve ser apagado da memória.

*“Não é só cuidar enquanto tá aqui. A gente continua sendo referência mesmo depois. Quando dá, a gente*

*visita, manda mensagem, acompanha. (...) Então, a gente criou essa metodologia própria, a gente tem vínculo sim. E sem força! Eles mandam [mensagem] quando a criança vai pra escola, eles mandam quando eles aprontam, quando estão cantando... É vínculo de família mesmo; como que nós vamos ignorar a passagem dessa criança numa instituição que foi a família dela?” – Profissional da Semente Viva.*

Durante o processo de acolhimento, a Semente Viva promove a construção do entendimento de autonomia a partir da oferta de diversas atividades fora da instituição, oferecendo uma educação e socialização para além da rotina da casa. Atuação que só é possível, principalmente, devido a parcerias privadas por meio do Apadrinhamento de Serviços e de contatos com instituições sensibilizadas com a causa.

## Proteção contra a Violência:

A Semente Viva compreende que o acolhimento institucional, para ser ético e efetivo, não pode se limitar a um afastamento físico do ambiente violento, mas deve funcionar como um espaço de reconstrução subjetiva, reparação afetiva e ressignifi-

cação da trajetória de vida. Isso exige uma atuação atenta, sensível e qualificada diante de violências como o abuso sexual, a violência doméstica, a negligência, o abandono e até a reprodução de práticas institucionais que podem revitimizar os sujeitos.

*“Nenhuma criança chega aqui por acaso. Todas elas viveram alguma violência. Algumas contam, outras mostram nos comportamentos, no corpo, no medo, na raiva. Nosso papel é reconhecer isso e não passar por cima.” – Profissional da Semente Viva*

Por isso, a rotina da casa é estabelecida de forma a proporcionar um cotidiano seguro, afetivo, participativo, com regras claras e previsibilidade. A equipe é treinada para identificar sinais de trau-

mas, dissociação, ansiedade e medo, buscando criar um ambiente protetivo em que a criança possa, aos poucos, narrar sua dor ou reconstituir sua confiança no vínculo. A atuação da Semente Viva frente à violência inclui também uma dimensão de incidência junto à rede de proteção. A equipe realiza registros técnicos detalhados, relatórios com base na escuta e observação cotidiana, e mantém diálogo com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente em situações em que há risco do retorno familiar instável ou ausência de suporte da rede.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✔ Material da história de vida da criança durante o período na casa como forma de registro de importantes acontecimentos e de entrega de carinho e vínculo construído.
- ✔ Atividades específicas de cuidado a quem cuida, como a oferta de um fim de semana em um hotel para todos os profissionais da casa, para descanso e reflexão da prática laboral.
- ✔ Promoção do programa de Apadrinhamento Afetivo com o lançamento de uma publicação e um curso virtual sobre a temática.
- ✔ Rotina previsível, afetiva e participativa. Casa ampla, espaço verde, árvores frutíferas e casa na árvore. Ambiente muito explorado para brincadeiras e para promover o desenvolvimento das crianças.
- ✔ Formações internas na área da neurociência, utilizando materiais clínicos e pedagógicos para identificação de casos de transtornos e distúrbios e para suporte emocional às crianças da casa.
- ✔ Atividades pontuais de assistência e apoio a mulheres imigrantes, que corroboram com a superação da desigualdade social e a prevenção à institucionalização.

## Casa da Criança e do Adolescente de Santo Amaro (CCASA)



### Modelo Institucional e Histórico:

A Casa da Criança e do Adolescente de Santo Amaro é uma organização da sociedade civil (OCS), que atua em São Paulo há mais de 40 anos no campo da proteção à infância e adolescência. Sua história teve início com a criação de uma Casa Abrigo e um Núcleo Socioeducacional diante de um visível contexto de crescente necessidade de amparo e de proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou em risco pessoal na região. Com o passar dos anos, programas profissionalizantes foram sendo ofertados e a organização consolidou-se como referência no território, adotando o atual nome. A articulação entre políticas públicas e iniciativas do terceiro setor foi fundamental para ampliar a oferta de serviços socioassistenciais e promover a defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

A CCASA opera três SAICAs (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), que proporcionam acolhimento total e desenvolvimento dos indivíduos atendidos, e mantém dois Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), que funcionam no contraturno escolar. A oferta de CCAs constitui uma importante estratégia de prevenção à institucionalização, ao oferecer um ambiente de proteção, aprendizado e fortalecimento de vínculos comunitários. Nos CCAs, as crianças e adolescentes participam de atividades diversificadas, como aulas de tecnologia, teatro, dança, culinária e nutrição, entre outras propostas, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades específicas, ampliação da autonomia e formação cidadã.

Esse cuidado com a autonomia também é central na rotina das unidades de acolhimento

institucional. Nos SAICAs, a promoção da independência é estimulada por meio de acordos que envolvem responsabilidades cotidianas, olhar individualizado, valorizando os interesses de cada criança e adolescente, e da preparação para o futuro por meio de iniciativas voltadas à empregabilidade. Para isso, a CCASA estabelece parcerias com empresas pri-

vadas que favorecem o voluntariado corporativo, como oficinas, treinamentos, visitas de campo, criando oportunidades concretas de formação e inserção profissional para o primeiro emprego. Essas ações articuladas evidenciam um modelo de acolhimento que alia cuidado individualizado, inserção comunitária e preparação para uma vida autônoma após o desligamento da instituição.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A CCASA adota metodologias baseadas na ética do cuidado, priorizando a escuta qualificada, o vínculo afetivo, o respeito à singularidade de cada indivíduo e o estímulo à autonomia progressiva. A casa de acolhimento é cuidadosamente preservada e organizada. As roupas e brinquedos das crianças são sempre oferecidos em bom estado. A alimentação saudável reforça o cuidado e o zelo com as crianças. Na entrada de um novo morador, um kit de higiene de boas-vindas é ofertado e muitas vezes representa o primeiro gesto de cuidado individual que essa criança recebe em sua trajetória de vida. Já no dia de seu desacolhimento, uma celebração é feita de acordo com o desejo da criança ou adolescente, por exemplo um almoço especial ou uma noite de pizza, onde ela recebe atenção e carinho de todos os outros moradores. No cotidiano, as crianças e adolescentes dos SAICAs frequentam o CCA do bairro, de forma a criar uma rotina de atividades para além da casa de acolhimento,

proporcionando convivência comunitária e oportunidades de aprendizado e recreação.

A organização realiza um forte trabalho de desenvolvimento de parcerias e voluntariado corporativo para priorizar os interesses de suas crianças e adolescentes, viabilizando atividades alinhadas aos seus desejos, promovendo visitas a empresas e colocação profissional para adolescentes que se encontram em fase de profissionalização.

*“Levamos um grupo de adolescentes para visitar o espaço de uma empresa. Ele vai pensar assim, poxa, eu quero trabalhar um dia num lugar assim, isso muda, isso vai fazer com que as coisas que eles queiram sejam outras. E a gente não mede esforços para buscar alçar o que esse jovem ou o que essa criança almeja.” – Profissional da CCASA.*

Além disso, a excelência na gestão e captação de recursos, seja por meio de emendas,

seja por doações, possibilita alocar verba para atender necessidades primordiais das crianças, indo além do que é previsto em lei, como por exemplo, financiando psicoterapeutas para lidar com questões específicas, oferecendo reforço pedagógico individual para diminuir a defasagem escolar, uma vez que os recursos públicos não são suficientes para cobrir necessidades particulares.

*“Porque a gente não pode ter projeto de educação. Mas aí a gente capta fora com doadores para pagar Kumon, para pagar professores de reforço (...). Outro ponto que a gente trabalha muito é ir atrás de psicólogos, terapeutas, para dar um apoio, porque essa criança precisa de alguma coisa um pouco mais diferenciada, um pouco mais individualizada.” - Profissional da CCASA.*

O cuidado com as equipes é outro elemento essencial da metodologia. Por isso, temas relevantes para o conhecimento e desenvolvimento pessoal dos funcionários são trazidos em forma de workshops, por meio de parcerias institucionais. Capacitações periódicas são realizadas com o objetivo de ampliar a coesão da equipe e disseminar a cultura organizacional, promovendo práticas de feedback e ampliando a consciência sobre a importância da atuação de cada profissional envolvido no processo de acolhimento. Reuniões mensais entre os colaboradores também integram a estratégia de fortalecimento da rede de proteção social, uma vez que possibilitam a troca de aprendizados, experiências, desafios e construção coletiva de soluções. Essa atenção com a equipe de profissionais, baseada na capacitação e no suporte, se reflete na qualidade do cuidado cotidiano com as crianças e adolescentes acolhidos.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

Ao oferecer o serviço de acolhimento institucional, a CCASA mantém forte articulação com a rede socioassistencial. Seu trabalho é fiscalizado com visitas mensais, oportunidade em que a instituição aproveita para reforçar o diálogo e entregar pareceres técnicos. A instituição participa de grupos sobre acolhimento, infância e proteção, mostrando-se ativa na relação com a rede de proteção infantil.

*“Eu participo de todas as reuniões que a gente faz com o CREAS, com o CRAS, e também de grupos fortes de assistência social, onde se discutem muitos assuntos que são levados à frente (...). Mesmo em Brasília, nas emendas parlamentares, em contato com os deputados, com os senadores, com os vereadores, a gente sempre leva informação.” - Profissional da CCASA.*

A instituição aprimora práticas de cuidado com suas crianças a partir de parcerias com empresas privadas, especialmente para atividades complementares nas áreas

de educação, cultura e saúde mental, o que amplia sua capacidade de cuidado e ressignificação de trajetórias.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

A CCASA promove iniciativas de desenvolvimento gradual da autonomia, visando a transição para a vida adulta. Um dos principais eixos dessa atuação é o projeto “Construtores do Amanhã”, voltado ao fortalecimento da cidadania, da empregabilidade e da organização financeira pessoal dos adolescentes. O projeto oferece conversas individuais com psicólogo, visitas culturais, ferramentas de capacitação para a gestão das próprias finanças, além de visitas a empresas parceiras, diálogos sobre o mercado de trabalho e auxílio na busca pelo primeiro emprego formal. Esse acompanhamento resulta na elaboração conjunta do plano de desacolhimento, valorizando as necessidades e interesses de cada jovem e promovendo maior segurança na transição para a vida adulta.

Outra ação importante é o voluntariado corporativo, realizado por meio de parcerias com empresas que oportunizam experiências concretas no mundo do trabalho, como visitas, mentorias e conversas sobre possibilidades de carreira. Essas vivências ampliam o repertório dos adolescentes, impulsionando a empregabilidade e despertando novos

interesses profissionais. Além de promover a inserção no mundo do trabalho, a CCASA atua para garantir a continuidade educacional dos adolescentes. Quando o jovem completa 18 anos sem ter concluído os estudos, a permanência na instituição tende a ser estendida, evitando rupturas no processo educativo.

Mesmo após o desacolhimento, a instituição mantém vínculos de apoio com os jovens que saem e enfrentam dificuldades, oferecendo, por exemplo, cestas básicas ou suporte emocional em momentos de vulnerabilidade.

Além disso, a CCASA promove o Apadrinhamento Afetivo, que busca garantir que cada adolescente tenha ao menos uma pessoa de referência com quem possa contar após a saída da instituição.

*“Esse é um objetivo nosso também, que todo jovem que sair daqui com 18 anos tenha um padrinho ou uma madrinha afetiva, que é aquela pessoa que ele vai poder contar. Na dúvida, no desespero, na tristeza ou até nos momentos bons. Ter alguém para compartilhar.”*  
- Profissional da CCASA.

## Proteção contra a Violência:

A proteção contra a violência na CCASA é realizada por meio de uma atuação multidisciplinar, com foco no acompanhamento individualizado, no fortalecimento de vínculos e na forte articulação com a rede de apoio. A capacitação da equipe também é foco das estratégias de captação de verba. A primeira emenda parlamentar que a CCASA conseguiu foi para trabalhar a comunicação não violenta entre seus colaboradores, garantindo uma unidade coesa e com respaldo teórico em sua atuação.

O trabalho de proteção também envolve a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, a mobilização de recursos materiais e o suporte às necessidades das famílias que recebem novamente as crianças, evitando, assim, a perpetuação

de ciclos de violência e garantindo condições reais de um retorno seguro.

*“A gente teve um caso em que uma avó tinha interesse em ficar com essas crianças, mas ela não tinha condições. Então, o que é que ela precisa? O que é que falta? E a gente chega a ponto de olhar: puxa, precisa mobiliar uma casa. A gente vai atrás disso.” - Profissional da CCASA.*

Complementando esse trabalho, a instituição mantém um blog informativo, frequentemente atualizado, que dissemina conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, sobre proteção contra a violência e de projetos e eventos institucionais, reforçando seu papel educativo para além do acolhimento.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✔ Projeto “Construtores do Amanhã”, voltado ao desenvolvimento de autonomia, de cidadania e à empregabilidade.
- ✔ Grande potencial de captação e gestão de recursos que possibilitam atender as necessidades específicas de cada criança.
- ✔ Produção e disseminação de conhecimento.
- ✔ Investimento na qualificação dos colaboradores e reuniões psicossociais mensais entre a equipe, para evitar a reprodução de práticas punitivas e sustentar uma atuação inspirada na ética do cuidado.
- ✔ Oferta de CCAs como estratégia de prevenção à institucionalização e fortalecimento de vínculos comunitários.
- ✔ Monitoramento e avaliação contínua dos resultados do acolhimento: quantas crianças retornam à família, são adotadas ou seguem para outros encaminhamentos.



Childhood Brasil

CHILDHOOD  
PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

### Modelo Institucional e Histórico:

A Childhood Brasil é uma organização da sociedade civil com atuação nacional e alinhamento internacional com a World Childhood Foundation, fundada com o apoio da Rainha Silvia da Suécia, em 1999, em resposta à invisibilidade e ao silêncio que cercavam a violência sexual contra crianças e adolescentes. Desde sua origem, tem como missão proteger a infância contra a exploração sexual e outras formas de violência. Sua atuação estratégica possui dois eixos principais,

prevenção e resposta, que combinam articulação política, desenvolvimento de programas próprios, assessoria técnica e campanhas de sensibilização, envolvendo todos os setores da sociedade: poder público, setor privado e sociedade civil organizada.

No eixo da prevenção, a organização desenvolve ações educativas e de sensibilização social para evitar que situações de abuso e exploração ocorram. Isso se

concretiza em ações como o Programa Na Mão Certa, que articula o setor de transporte rodoviário no combate à exploração sexual em rodovias; o Programa de Turismo Sustentável e Infância, que atua junto a agências de viagens, hospedagens e outros atores do setor do turismo; e o Programa Grandes Empreendimentos, que oferece diagnósticos e protocolos para empresas que atuam em obras de grande porte, em articulação com os serviços públicos locais. Também promove campanhas nacionais de comunicação e educação em parceria com veículos de comunicação.

*“A gente passou a atuar com grandes empreendimentos, no setor de transporte, de turismo, de obras. E a partir disso, começamos a construir uma política que não fosse só um projeto, mas que tivesse impacto sistêmico e duradouro.” – Profissional da Childhood Brasil.*

Já o eixo da resposta estrutura-se a partir do reconhecimento da urgência e da complexidade do atendimento a crianças vítimas de violência sexual, com foco na não revitimização e na celeridade da justiça. Nesse sentido, a Childhood atua na implementação da Lei

nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida), oferecendo assessoria técnica a estados e municípios para formação de profissionais, estruturação de protocolos e criação de Centros de Atendimento Integrado a vítimas de violência.

Além disso, a Childhood investe na produção de conhecimento e na construção de modelos replicáveis de política pública, a partir de pesquisa aplicada, sistematização de boas práticas e formação permanente de profissionais.

*“Um diferencial foi sempre trazer uma solução. (...) Construimos o protocolo brasileiro de entrevista forense e fizemos também a formação dos profissionais e entregamos para o Conselho Nacional de Justiça. (...) A gente chamou quatro universidades, mais o CNPQ para ancorar essa pesquisa. (...) Isso dá força para a nossa incidência.” – Profissional da Childhood Brasil.*

Reconhecida pela seriedade de sua atuação, a Childhood Brasil foi eleita, por quatro vezes consecutivas, uma das 100 melhores ONGs do país<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O Prêmio Melhores ONGs é organizado pelo O Mundo que Queremos e pelo Instituto Doar, em parceria com o Ambev VOA.

## Lei nº 13.431/2017 – A Lei da Escuta Protegida

A Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Seu objetivo principal é evitar a revitimização — ou seja, impedir que a criança ou adolescente sofra novas violências institucionais ao ter que relatar diversas vezes o que viveu, em diferentes etapas do atendimento.

### A lei define dois procedimentos centrais:

- ▶ **Escuta especializada:** realizada por profissionais da rede de proteção (assistência social, saúde, educação), em ambiente acolhedor, com linguagem apropriada à idade e ao nível de compreensão da criança/adolescente. Tem caráter protetivo, não investigativo.
- ▶ **Depoimento especial:** colhido exclusivamente pelo sistema de justiça (geralmente em Varas da Infância), em ambiente adaptado, com gravação audiovisual, e intermediado por profissional capacitado. Serve como meio de prova judicial.

### Outros conceitos importantes incluem:

- ▶ **Revitimização:** sofrimento emocional causado pela repetição desnecessária e institucionalizada do relato da violência sofrida.

A Lei também determina que todos os municípios e estados devem construir protocolos intersetoriais para garantir a aplicação efetiva da escuta protegida. Isso inclui a formação de profissionais, a criação de espaços adequados, o respeito à autonomia da criança e a integração entre os setores envolvidos.

### Importância estratégica:

A Lei nº 13.431/2017 não trata apenas da escuta em si, mas propõe uma **mudança de paradigma no acolhimento institucional de vítimas de violência**, ao reconhecer o direito da criança à proteção emocional e à dignidade em todas as etapas do atendimento. Seu alinhamento com o ECA e com os princípios da proteção integral torna sua implementação fundamental para qualquer instituição que lide com vítimas ou testemunhas de violência.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A atuação da Childhood Brasil não é no acolhimento direto, mas na construção de condições institucionais para que violências sejam evitadas. Além dos projetos de prevenção que buscam sensibilizar a sociedade para a problemática, o trabalho de implementação da Lei da Escuta Protegida, promove o cuidado como parte do eixo de resposta, oferecendo um ambiente de confiança que rompe com a lógica revitimizadora dos sistemas de justiça, saúde e assistência.

*“A nossa tese é que a criança vai sendo revitimizada em cada atendimento: primeiro na saúde, depois na delegacia, depois na perícia, depois na Justiça. A escuta protegida vem para que ela fale uma única vez, e os adultos que se organizem para ouvi-la. (...) Não basta uma boa delegacia ou um bom CREAS. É preciso que todos os atores estejam comprometidos com o cuidado integral, com um mesmo protocolo, falando a mesma linguagem” -- Profissional da Childhood Brasil.*

Essa perspectiva traduz uma concepção do cuidado ancorada na ética da interdependência dos setores e da escuta qualificada, reconhecendo que não há a garantia do direito infantil e da reparação da violência sem o reconhecimento da narrativa da criança.

Também no eixo de resposta à violência infantil, a Childhood Brasil apoia a criação de Centros de Atendimentos Integrados (CAIs) que,

inspirado em modelos internacionais, é um espaço que oferece todos os serviços envolvidos no atendimento à vítima - assistência social, saúde, educação, segurança pública e sistema de justiça - de maneira coordenada, evitando a fragmentação de respostas.

*“A maioria das vítimas de violência sexual ainda é retirada do convívio familiar. Infelizmente, é a criança que precisa sair de casa. Nossa resposta precisa ser o contrário disso: oferecer cuidado, reconstrução de vínculo e estrutura para a família, quando possível.” – Profissional da Childhood Brasil.*

Para que essas metodologias do cuidado sejam aplicadas e funcionem como políticas públicas, a Childhood Brasil atua diretamente na assessoria de estados e municípios, oferecendo formação técnica aos profissionais da rede pública, consultoria para a construção de fluxos intersetoriais e protocolos de atendimento. A organização oferece formações presenciais e a distância e desenvolve também material de referência técnico-pedagógico, como o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, produzido com apoio de universidades federais e validado nacionalmente.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

A Childhood Brasil é uma organização que compreende a proteção da infância como

responsabilidade coletiva e aposta na qualificação técnica e ética do Sistema de Garantia

de Direitos como estratégia central de cuidado. Sua atuação em rede, sua influência normativa e sua capacidade de produção de conhecimento a colocam como referência no campo da incidência intersetorial. A instituição está presente na Coalizão Brasileira pelo Fim das Violências Contra Crianças e Adolescentes, no Pacto Nacional pela Primeira Infância e na Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, espaços que reúnem representantes do sistema de justiça, executivo e sociedade civil. Essas instâncias garantem à organização papel ativo na formulação e monitoramento de políticas públicas, além de permitir que suas experiências locais retroalimentem a construção de diretrizes nacionais.

*“Nós construímos a Lei [da Escuta Protegida] junto com o sistema de justiça. Começamos a trabalhar isso em 2008, mas a lei só foi aprovada em 2017. Levou quase 10 anos. Hoje, nosso desafio é garantir que todos os municípios a implementem.” – Profissional da Childhood Brasil.*

Como parte fundamental para a qualificação dessa incidência política, a

Childhood desenvolve pareceres técnicos, estudos de caso, mapeamentos territoriais e notas metodológicas que são utilizados por promotores, juízes, defensores e gestores públicos como subsídios na tomada de decisões. A pesquisa MAPEAR, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, gerou uma base de dados georreferenciada com pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias, utilizada para subsidiar a implementação de políticas públicas e corroborar para ações organizadas pela sociedade civil.

*“Porque a pesquisa, na verdade, ela fica imbatível. Porque quando você mostra algo que não é hipotético – que eu tenho números ali, eu tenho dados da realidade – eu tenho a causa. (...) A gente sempre busca embasar a prática cotidiana, para sustentar o que você está fazendo como incidência política” – Profissional da Childhood Brasil.*

Assim, a Childhood Brasil possui forte incidência e atuação em rede, promovendo articulação e inovação metodológica baseada em evidências, que legitimam o seu papel na construção de mudanças estruturais da defesa da criança e do adolescente.

## Proteção contra a Violência:

A Childhood tem como missão fundante o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e atua diretamente na construção de políticas públicas de prevenção e escuta protegida. No campo da prevenção, a organização

desenvolve programas como o Na Mão Certa, que atua junto ao setor de transporte rodoviário para enfrentar a exploração sexual nas estradas; o Programa de Turismo Sustentável e Infância, voltado ao setor hoteleiro e turístico; e o Programa Grandes Empreendimen-

tos, que atua em territórios impactados por grandes obras e investimentos. No campo da resposta à violência, a instituição trabalha para a implementação da escuta protegida e na criação de Centro de Atendimento Integrados, que centraliza o atendimento e evita que a criança seja submetida a múltiplas entrevistas.

Todos esses programas articulam educação, sensibilização, construção de protocolos institucionais e mobilização comunitária para evitar que a violência aconteça — especialmente em contextos de risco acentuado. A Childhood

oferece apoio para construção desses protocolos, além de fomentar espaços de pactuação coletiva que trabalham em conjunto para promover e acompanhar o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, produzem materiais de prevenção e conscientização da sociedade por meio de campanhas, pesquisas e parcerias com os setores públicos e privados.

Dessa forma, tanto no eixo de prevenção quanto no de resposta, a Childhood atua no combate sistêmico da violência infantil, mudando a cultura de exploração sexual e por meio de mudanças de políticas públicas.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✔ Participação da construção e implementação da Lei da Escuta Protegida (13.431/2017) por estados e municípios.
- ✔ Implementação de Centros de Atendimento Integrados, com escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência por meio de espaços acolhedores e entrevistas forenses conduzidas por equipe multidisciplinar.
- ✔ Produção de formações e conteúdos técnico-pedagógicos, sempre pautados em pesquisas realizadas previamente com parcerias com universidades e/ou baseados em experiências prévias, que subsidiam políticas públicas.
- ✔ Acompanhamento de 2 anos após a implementação da política pública em cada estado ou município.
- ✔ Produção de campanhas públicas de enfrentamento à exploração sexual, tais como:
  - ✔ Campanha Olhe Mais de Perto, que sensibiliza a sociedade para sinais e indícios de violência sexual contra crianças, e foi veiculada em meios de transporte, redes sociais e mídias de rádio e TV;
  - ✔ Marchinha Unidos da Proteção, criado no período de carnaval alertando para a problemática da exploração infantil durante grandes eventos;
  - ✔ Série Crescer sem Violência, um material audiovisual educativo utilizados em escolas e programas de formação, realizado em parceria com o Canal Futura e a Unicef.

## Modelo Institucional e Histórico:

O Instituto C é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que tem sua origem vinculada à área da saúde, no Centro de São Paulo, visando atender famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas com crianças diagnosticadas com doenças crônicas ou raras, reconhecendo que o contexto social pode não apenas gerar, mas intensificar os desafios relacionados à promoção da saúde e ao acesso a intervenções médicas. A partir dessa compreensão, o Instituto C desenvolve estratégias de cuidado que considerem o sujeito em sua integralidade, oferecendo suporte multidisciplinar e ações preventivas e proativas, com foco na defesa e garantia dos direitos sociais das famílias e de suas crianças.

Nesse sentido, seu objetivo é o fortalecimento familiar e a consequente prevenção da institucionalização, garantindo que as

famílias exerçam a cidadania e conquistem autonomia, assegurando a proteção e o desenvolvimento pleno de suas crianças e adolescentes. O trabalho do instituto inclui acolhida familiar, orientações, formações, encaminhamentos e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, assegurando que as famílias recebam o suporte necessário para superar situações de vulnerabilidade e acessar políticas públicas de forma qualificada. Assim, o Instituto trabalha aspectos de contexto socioeconômico, emocional e estrutural da família.

A instituição conta com três polos de atendimento: Centro, Zona Norte e Guarujá - SP. Os polos Centro e Zona Norte atuam de forma complementar, com focos distintos de atendimento. No Centro, o atendimento é voltado às

famílias, especialmente aos responsáveis — como mães, avós e outros cuidadores -, cujas questões de saúde comprometem a situação familiar. Na Zona Norte, os atendimentos são coletivos com crianças e adolescentes, conduzidos por uma psicóloga e uma pedagoga, com foco no fortalecimento socioemocional, no desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas e na orientação profissional.

Já o Guarujá é um polo parceiro autônomo, onde o Instituto C replica sua metodologia, desenvolvendo um trabalho de base que permite o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tanto o polo Zona Norte quanto o Guarujá atendem famílias que chegam por indicação de quem já passou pelo Instituto C ou pela rede socioassistencial, mesmo que não haja questões relacionadas à saúde.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

As práticas de cuidado no Instituto C se iniciam pela área de triagem e monitoramento, que é a porta de entrada para conhecer a família. Esse processo é liderado por psicólogas ou assistentes sociais, que realizam os estudos sociais e apoiam a equipe técnica na definição dos temas a serem trabalhados com os grupos familiares. Os atendimentos, então, acontecem de forma individual e coletiva, conforme a necessidade identificada, nas áreas de renda, cidadania, educação, psicologia e nutrição. Nos Planos de Acompanhamento Familiar (PAF) são incorporados serviços específicos, resultando em um planejamento completo e particularizado de desenvolvimento e fortalecimento da família ao longo de 12 a 18 meses. Uma profissional técnica de referência acompanha cada grupo familiar durante toda sua jornada com o Instituto C e é a responsável por identificar as necessidades

individuais e realizar os encaminhamentos para os serviços da rede, como CRAS, CREAS, UBSs, escolas.

*A família também vai entendendo as coisas... Ela não sabe muito bem nem porquê, nem que aquilo é um direito violado, nem que aquilo é uma violência. (...) Então a gente vai tecendo junto com cada família estratégias diferentes, mas com essa equipe muito bem-preparada” – Profissional do Instituto C.*

Os registros dos atendimentos são inseridos no sistema da organização a fim de monitorar a evolução de cada família e o alcance de metas estabelecidas no início de cada atendimento, como participação dos pais no desenvolvimento de suas crianças, no fortalecimento da autoestima - reconhecendo-se como sujeitos de direitos -, e no acesso aos serviços socioassistenciais, por exemplo.

O potencial de transformação do Instituto C vai além do âmbito individual, uma vez que é capaz de construir um panorama do território onde atua, por meio

da avaliação dos dados sociais obtidos nos atendimentos, colaborando para o entendimento da realidade local e para o enfrentamento das vulnerabilidades comunitárias.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O Instituto C reconhece que a garantia de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias exige uma atuação articulada com o sistema de justiça, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as redes públicas e privadas de proteção social. Por não se configurar como um serviço tipificado do SUAS, a instituição compreende sua atuação como complementar e indissociável da rede socioassistencial, buscando integrar suas ações aos serviços públicos existentes, especialmente aqueles vinculados à proteção social básica e especial. A proteção oferecida pelo Instituto C não substitui as políticas públicas, mas amplia sua capacidade de resposta ao promover um cuidado qualificado, contínuo e centrado nas necessidades singulares das famílias atendidas.

No cotidiano do trabalho, essa articulação se concretiza por meio do diálogo permanente com equipamentos públicos como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades de saúde, escolas e outros serviços territoriais.

O Instituto C realiza encaminhamentos sistemáticos para esses equipamentos, acompanhando os processos sempre que necessário, de modo a garantir que as famílias tenham acesso efetivo a benefícios, serviços e políticas públicas. Esse trabalho em rede permite que as intervenções ocorram de forma integrada, evitando sobreposição de atendimentos e fortalecendo estratégias conjuntas de proteção social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

*“A gente se referencia dentro da proteção social básica. Então todos esses atendimentos multidisciplinares têm como principal objetivo o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários entre as famílias, a reflexão e a consciência de seus direitos e o acesso [aos serviços]”*  
 – Profissional do Instituto C.

Além disso, a parceria com redes privadas, terceiro setor e a sociedade civil fornece condições para garantir o acesso aos direitos sociais, como por exemplo serviços voluntários de nutrição, psicologia, advocacia, entre outros.

## Proteção contra a Violência:

A atuação do Instituto C na proteção contra a violência parte de uma abordagem preventiva, que reconhece a família como elemento central no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

*“A gente fala sobre outras estratégias de educação e de criação que não a partir da violência (...) desde falar de co-divisão de tarefas, falar sobre comunicação não violenta, falar sobre traumas transgeracionais. (...) A ideia é que a gente possa promover e prevenir riscos: promover saúde e prevenir riscos”*  
– Profissional do Instituto C.

Por meio do acompanhamento individual e coletivo, o Instituto C busca fortalecer os responsáveis pelo núcleo familiar, promo-

vendo a conscientização sobre seus direitos e os direitos das crianças, o acesso aos serviços da rede socioassistencial e a construção de vínculos comunitários. Isso contribui para que as famílias desenvolvam uma compreensão mais ampla de seu papel na proteção e no cuidado das crianças e adolescentes. Famílias informadas e fortalecidas tendem a exercer sua cidadania com mais autonomia e responsabilidade, criando um ambiente mais seguro e estável para seus filhos. Nesse sentido, o trabalho do Instituto vai além do apoio pontual, promovendo processos de transformação que atuam na raiz das situações de vulnerabilidade, prevenindo a ocorrência de diferentes formas de violência.

## Programas ou Serviços em Destaque:

O Instituto C se destaca por uma abordagem integral no atendimento a famílias vulneráveis. A jornada completa do atendimento familiar é composta pela triagem, diagnóstico, metas e apoio individual e coletivo em cinco núcleos de atendimento:

- ✓ Saúde emocional e nutricional – com atendimentos em grupos e encaminhamentos para serviços voluntários especializados, quando necessário;
- ✓ Desenvolvimento infantil - através de orientações sobre parentalidade e suporte pedagógico para os pais;
- ✓ Atendimentos individuais e acompanhamento das demandas no serviço social;
- ✓ Reforço escolar e terapia em grupo para crianças;
- ✓ Educação financeira e encaminhamento profissional para inserção no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos ao longo de todo o acompanhamento são dimensionados dentro das metas atingidas e dos níveis de autonomia familiar pré-estabelecidos no PAF.

## Instituto Fazendo História



### Modelo Institucional e Histórico:

O Instituto Fazendo História (IFH) é uma organização da sociedade civil de alcance nacional, que ao longo de duas décadas construiu um modelo de atuação baseado em metodologias próprias voltadas ao fortalecimento dos vínculos, da identidade e da autonomia de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O Instituto possui dois eixos de atuação: a execução direta de serviços e programas com foco no indivíduo e a formação e disseminação de conhecimento. No primeiro, o atendimento é concentrado na cidade de São Paulo, como o Serviço de Família Acolhedora, atendendo crianças de zero até seis anos de idade; o programa psicoterapêutico Com Tato, que oferece

atendimento clínico gratuito aos acolhidos a partir de voluntários; e o Grupo Nós, que acompanha jovens de 15 a 19 anos de idade em transição para a vida adulta, trabalhando com temas como educação, trabalho, moradia, uso do dinheiro e identidade.

No eixo de formação e disseminação de conhecimento, o IFH replica sua metodologia a partir de programas e formações de redes, voluntários e demais profissionais dos serviços de acolhimento. No Projeto Fazendo Minha História, além da construção de álbuns de memória junto aos acolhidos, o Instituto dissemina a metodologia criada internamente, capacitando e acompanhando os atores locais, voluntários e equipes, para

que a proposta seja executada com qualidade e mantendo a fidelidade metodológica. O programa de Apadrinhamento Afetivo – que promove vínculos duradouros entre crianças e adolescentes com baixa perspectiva de adoção com adultos voluntários que os acompanham afetivamente – é também uma atividade do eixo de formação e disseminação de conhecimento da instituição, que capacita redes e serviços para a replicação da metodologia. Além disso, o IFH também desenvolve estudos e publica metodologias e relatórios, e promove eventos, cursos e publicações acessíveis para qualificar o debate sobre acolhimento.

*“A nossa missão é colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhi-*

*mento. Então assim, a nossa missão, ela é focada na medida protetiva. (...) Nosso guarda-chuva maior é a convivência familiar e comunitária” - Profissional do Instituto Fazendo História.*

O Instituto também possui incidência política na defesa do direito à convivência familiar e comunitária das crianças em acolhimento, focando na ampliação da política de acolhimento familiar e garantindo políticas públicas para jovens que já passaram pelo sistema.

Com essa ampla atuação, o IFH já teve o seu trabalho reconhecido em alguns prêmios nacionais, como a Salva de Prata da Câmara Municipal de São Paulo, o Prêmio Prioridade Absoluta (CNJ) e o selo de Melhores ONGs do Brasil.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

O Instituto Fazendo História compreende o cuidado não apenas como proteção física, mas como prática promotora de protagonismo, individualidade e elaboração subjetiva das vivências. Seu modelo de atuação está articulado diretamente com o que é previsto no ECA e no LOAS, mas também responde criticamente às limitações estruturais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente no que se refere à descontinuidade de vínculos, rotatividade de profissionais e precariedade das articulações em rede. Nesse sentido, a partir de metodologias

replicáveis, o instituto qualifica a rede e promove o debate do cuidado para áreas ainda invisibilizadas dentro da temática do acolhimento de maneira mais ampla, como o direito à convivência familiar, pelo programa de Família Acolhedora, e a necessidade de maior apoio e acompanhamento aos jovens que saíram do acolhimento devido a maioridade.

Na defesa do direito das crianças ao convívio familiar, o programa Família Acolhedora é priorizado em detrimento do acolhimento institucional como uma forma de garantir um cuidado mais individualizado a cada

criança. Diferente de práticas institucionais marcadas por rupturas abruptas, o IFH trabalha com transições cuidadosas, em que todos os envolvidos são preparados para esse momento.

*“No acolhimento em família acolhedora, a gente vai garantir que [a despedida] aconteça de forma muito bem trabalhada e bem cuidada. O problema não é a gente se despedir — a despedida faz parte da vida — mas é como a gente faz essas despedidas” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

Também no cuidado da atuação direta de serviços e programas, o projeto Com Tato promove psicoterapia individual e grupal voltado para crianças e adolescentes acolhidos em clínicas de voluntários, garantindo um atendimento continuado e consistente que a rede pública não consegue garantir. Os profissionais voluntários desse programa, assim como nos de outros projetos do IFH, passam por um longo processo de formação e seleção para que possam atuar diretamente com os acolhidos. Isso é importante para manter a consistência metodológica e evitar a rotatividade de profissionais e o consequente rompimento de vínculos com as crianças e os adolescentes.

*“O formato do acolhimento institucional impede que a gente tenha uma equipe estável [...] e com o sucateamento da assistência social, a gente não vai ter um acolhimento institucional que dê conta do desenvolvimento integral das crianças” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

Além do cuidado direto, o Instituto se compromete com a construção de redes de apoio e incidência política. O programa Grupo Nós, voltado para adolescentes prestes a sair do acolhimento, é um exemplo de abordagem psicossocial com impacto estrutural, promovendo acompanhamento individualizado e formações contínuas para jovens entre 15 e 19 anos.

Também na qualificação dos serviços de acolhimento, o IFH desenvolve o Programa Fazendo Minha História, disseminando sua metodologia de cuidado a partir da construção de um álbum de memórias por meio da literatura e formando profissionais e voluntários. O projeto também implanta bibliotecas nos serviços de acolhimento e promove mediações de leitura, fortalecendo a identidade e a autoestima.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O Instituto Fazendo História possui como lógica de atuação o trabalho em rede e a corresponsabilidade institucional. A instituição aposta em alianças técnicas e políticas com o Ministério Público, Defensorias Públicas, Varas da Infância, Conselhos Tutelares, equipamentos da assistência social como CREAS e CRAS, e instâncias deliberativas e consultivas como fóruns e conselhos de direitos. A articulação com esses atores se dá tanto no plano da execução cotidiana de seus programas quanto no campo da incidência e da produção de conhecimento. No caso do serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, realizado por convênio com a Prefeitura de São Paulo, o IFH atua diretamente com o Judiciário e o Ministério Público, realizando pareceres técnicos, audiências e visitas institucionais que acompanham o processo da criança desde o afastamento até sua reintegração ou adoção.

*“Na política do serviço de acolhimento, o setor de acolhimento nunca faz nada sozinho, mas sempre trabalha em rede. Porque ele não teria, como um serviço de acolhimento, condições de dar conta de todas as demandas e necessidades das crianças e das famílias.” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

No plano das políticas públicas, o IFH participa ativamente de fóruns de discussão e conselhos temáticos, como o Fórum Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o Fórum Paulista da Primeira Infância, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora e a participação na Rede Nacional da Primeira Infância. Também integra comissões de assessoramento de políticas públicas e contribui com proposições normativas, incluindo a elaboração de notas técnicas e diagnósticos sobre o acolhimento institucional e familiar no país.

*“Em nossos programas, a gente tem como objetivo qualificar esse atendimento [da rede] através das nossas metodologias. Porque a gente construiu e criou metodologias que são complementares aos serviços de acolhimento de alguma forma. São metodologias que a gente entende que facilitam o trabalho que um serviço já deveria fazer.” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

O Instituto também fortalece a rede de proteção infantil por meio da sistematização de experiências e da produção de conhecimento aplicado. Seu repositório de publicações disponibiliza metodologias, relatórios, pareceres e avaliações de impacto, que têm sido utilizados como referência por diversos atores que atuam na proteção de crianças e adolescentes acolhidos.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

O Instituto Fazendo História tem como um dos seus eixos de advocacy fortalecer as políticas públicas de apoio aos jovens que saíram das casas pela maioria e, como atuação prática, promove o programa do Grupo Nós, destinado a adolescentes de 15 a 19 anos em processo de desligamento do acolhimento institucional. O programa atua em cinco eixos estruturantes: educação, trabalho, moradia, uso consciente do dinheiro e identidade. Mais do que oferecer oficinas pontuais ou treinamentos isolados, o IFH aposta em planos de vida individualizados, acompanhamentos psicossociais e ações formativas que dialogam com a realidade de cada jovem.

*“A gente pensa a autonomia como um processo. Então a gente parte da ideia de que ninguém se torna autônomo sozinho. E ninguém vira adulto aos 18 anos. A gente precisa construir caminhos possíveis.” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

Nesse sentido, o Grupo Nós também oferece bolsas-auxílio mensais que funcionam como simulações de renda, permitindo que os adolescentes aprendam a administrar seu próprio dinheiro sob orientação técnica, ao mesmo tempo em

que se responsabilizam por metas individuais e coletivas, que são feitas com supervisão e escuta constante. O desligamento institucional é trabalhado como um processo, em que a abordagem prevê o acompanhamento por um ano após o desacolhimento, de maneira individualizada por um técnico de referência ao longo de todo o processo, o que garante a continuidade do cuidado e da rede de apoio mesmo após a saída do serviço institucional.

O IFH reconhece as barreiras enfrentadas por jovens que passaram pelo acolhimento na inserção do mundo do trabalho — falta de experiência, estigma, ausência de redes familiares — e por isso aposta em oficinas de preparação e em articulação com empresas parceiras, ONGs e iniciativas públicas.

Toda a abordagem do programa do Grupo Nós está sistematizada em publicações disponíveis no site do instituto, que detalham os eixos de atuação, os instrumentos utilizados e os aprendizados acumulados ao longo dos seus anos de experiência, servindo de subsídio para outras instituições de acolhimento e demais atores que atuam na defesa da proteção de crianças e adolescentes em acolhimento, além de embasar o trabalho de advocacy no IFH na temática de apoio aos jovens desacolhidos após a maioria legal.

## Proteção contra a Violência:

Ao compreender que o afastamento familiar não é um ponto de partida, mas consequência de processos crônicos de negligência, abandono, abuso e ausência de políticas públicas, o IFH estrutura seus programas a partir de práticas que acolham as feridas e ofereçam ferramentas para sua reconstrução. Um exemplo disso é o programa Fazendo Minha História, no qual crianças e adolescentes constroem, com apoio de um voluntário capacitado, um álbum de memórias com fotos, desenhos, cartas e histórias.

Outro programa que também atua na proteção individual e que permite o aprofundamento e compreensão das experiências traumáticas vividas é o Com Tato, que oferece psicoterapia gratuita e contínua para crianças e adolescentes acolhidos, inclusive após a adoção ou a reintegração familiar.

A atuação de proteção contra a violência do IFH também é preventiva, na medida em que promove formações e publicações voltadas à rede de proteção, a fim de qualificar o olhar para as violências que muitas vezes estão invisibilizadas dentro da prática institucional. Essa perspectiva se conecta à crítica contundente do Instituto à institucionalização prolongada e à forma como o próprio sistema de acolhimento pode se tornar reprodutor de novas violências.

*“Mesmo que a gente faça todas essas melhorias nos serviços de acolhimento, eles nunca vão dar conta, de fato, da rotatividade que um serviço de acolhimento institucional vai ter – pela complexidade do trabalho que é. Você estar cuidando de 15 crianças, que sejam 10, né? É muito desafiador você cuidar da rotina de 10 crianças com a qualidade necessária. Então, se a gente tem o acolhimento em família acolhedora, que tem um, no máximo dois, numa mesma família, a gente vai garantir um cuidado muito mais individualizado e de qualidade.” – Profissional do Instituto Fazendo História.*

Assim, o IFH adota protocolos e princípios que se alinham à ética do cuidado: escuta qualificada, continuidade no vínculo, responsabilidade institucional e reconhecimento da singularidade. A formação dos voluntários, por exemplo, é rígida: todos passam por processo seletivo, capacitação e acompanhamento técnico contínuo, o que garante que o vínculo com a criança seja consistente, ético e protetivo, evitando novos rompimentos.

Por fim, a formulação e divulgação de conhecimento, bem como a disseminação da sua metodologia por meio de formações e participação de espaços de articulação e incidência política, fortalece a rede de proteção de violência, ampliando e qualificando o debate e a atuação em prol dos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ O IFH é reconhecido por formular diretrizes, metodologias e ferramentas que qualificam os serviços de acolhimento e pós-desacolhimento e contribuem para a consolidação de políticas públicas.
- ✓ Grupo Nós: acompanhamento do processo de desacolhimento e ao longo de um ano após a saída institucional. A metodologia também é replicável e disponibilizada para que outras instituições possam utilizá-la.
- ✓ Programa Família Acolhedora: trabalha as despedidas e rompimento de vínculos de todos os envolvidos, compreendendo que despedidas fazem parte da vida, mas que elas devem ser trabalhadas para evitar sentimentos de abandono.
- ✓ Programa Fazendo Minha História: a partir da literatura e da implementação de bibliotecas em serviços de acolhimento, fortalece a autoestima, o cuidado e a formação de vínculos das crianças e jovens.
- ✓ Trabalham com voluntários por longos períodos, que se comprometem a estabelecer vínculos duradouros com os acolhidos. Isso é possível a partir do programa de Apadrinhamento de serviços e por um longo e rigoroso processo de seleção e capacitação dos voluntários que, ao longo da prática, também são acompanhados em suas funções (psicólogos passam por supervisão e demais profissionais por outras formas de acompanhamento e avaliação).



Lar Casa Bela



## Modelo Institucional e Histórico:

O Lar Casa Bela foi fundado em 2012 em Sorocaba como uma organização da sociedade civil (OSC) e iniciou seus atendimentos em 2014 como um serviço de acolhimento institucional para crianças na modalidade Casa-Lar. Até então, Sorocaba tinha somente a oferta desse serviço na modalidade abrigo e a Casa Bela surge com o propósito de dispor maior atenção e cuidado individualizado às crianças. Assim, desde a sua origem, a instituição demonstrou o desejo de atuar no âmbito do programa Família Acolhedora e, nesse sentido, começou a pesquisar e trabalhar em parceria com o município para a instituição da lei. O Instituto Fazendo História e o serviço de Família Acolhedora da cidade de Campinas foram grandes referências para o aprendizado.

Em 2019, veio a aprovação dessa modalidade em Sorocaba. A partir daí, a instituição começou o intenso trabalho de preparação para capacitação dos colaboradores e das famílias para se organizarem quanto ao fluxo de acolhimento. Em 2022, o Lar Casa Bela inicia os serviços de Família Acolhedora, tornando-se a primeira instituição da cidade a atuar nesse modelo. A execução dos serviços ocorre por meio de acordo de coope-

ração com o poder público municipal e posiciona a instituição como referência na proteção integral na primeira infância.

*“As crianças chegam, inclusive de outros serviços, sem saber o que é um supermercado. E aí eu sempre falo: como você vai com 20 crianças no supermercado? Não vai, né? Então, hoje, o Lar Casa Bela entende que não é possível manter os dois serviços [institucional e familiar] e por isso que a gente tomou a decisão de encerrar o serviço de acolhimento institucional”*  
– Profissional do Lar Casa Bela.

Os esforços são também destinados à família biológica, já que paralelamente ao serviço de acolhimento da criança em domicílio, a instituição trabalha com o atendimento e fortalecimento da família nuclear ou extensa, visando criar condições seguras e adequadas para a reintegração da criança ao seu ambiente primário.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

Conforme previsto em lei, a instituição trabalha com um processo seletivo criterioso para habilitar as famílias acolhedoras, assegurando que elas tenham entendimento e disponibilidade necessários para atuarem plenamente no cuidado e na proteção dos acolhidos. As famílias interessadas passam, no primeiro momento, por uma palestra informativa, para conhecerem mais detalhes do serviço. Em seguida, enviam a documentação, que passa por aprovação, e então seguem para entrevista, visita familiar e processo de formação, que são 6 encontros com um total de 18 horas. Ao final, a equipe seleciona as famílias que consideram aptas e encaminham a documentação para o judiciário habilitá-las no acolhimento infantil. As famílias habilitadas seguem com capacitações mensais sobre temas pertinentes ao acolhimento, estando ou não com as crianças em seus lares.

Como prática de cuidado, a confiança permeia a relação entre as famílias e a instituição, para que o trabalho seja pautado na estabilidade e na segurança para o desenvolvimento infantil integral.

*“A gente faz muito esse trabalho para que essa família realmente seja nossa parceira. (...) A grande maioria das famílias que chegam, ficam” – Profissional do Lar Casa Bela.*

Para as crianças, há um forte empenho da equipe em proporcionar atividades e oportunidades lúdicas. O ato de brincar transcende sua dimensão recreativa, constituindo-se como ferramenta essencial para

a construção de identidade e desenvolvimento cognitivo, emocional e social. No contexto do acolhimento familiar, o orientador social se encarrega do suporte às crianças, mediando brincadeiras e atividades tanto na sede da instituição como no ambiente familiar. Esse profissional também fica responsável pela escuta qualificada, monitoramento do bem-estar e pela construção do álbum de vida da criança, transformando o brincar em tecnologia social.

Paralelamente às atividades com as famílias acolhedoras, o mesmo cuidado é estabelecido no trabalho de reestruturação para fortalecer a família de origem, garantindo suporte e capacitações, avaliando suas potencialidades e vulnerabilidades, e criando metas para medir o progresso do plano de acompanhamento familiar (PAF). Tudo isso para criar condições seguras e adequadas para a reintegração da criança ao seu ambiente primário.

O momento do desacolhimento junto à família acolhedora é gradual, respeitando cada fase de entendimento e desenvolvimento relativo à primeira infância. O processo ocorre por meio de diversas conversas com todos os envolvidos - famílias de origem e acolhedora e as crianças - esclarecendo os próximos passos, com foco na escuta e no preparo emocional. A noção de afastamento é priorizada em detrimento da ideia de ruptura, frequentemente associada ao período de acolhimento. Isso significa que o desacolhimento da família acolhedora é trabalhado de forma planejada e estruturada, como um ritual de passagem, que tem seu valor e aprendizado, semelhante a outros que podem ser experienciados ao longo da vida. Os esforços são

direcionados para que a criança se sinta segura, esclarecida e acolhida em todos os momentos e mantenha confiança na rede de apoio, que permanece por tempo adicional quando necessário.

*“A gente trabalha muito isso durante os processos de formação das famílias acolhedoras, para que elas entendam*

*que não é abandono. O desacolhimento é uma separação, não uma ruptura” – Profissional do Lar Casa Bela.*

Para manter a equipe qualificada, a Casa Bela investe no cuidado com os profissionais envolvidos através de capacitações, seminários, reuniões periódicas e supervisão técnica mensal, feita pelo Instituto Fazendo História.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O Serviço de Família Acolhedora da Casa Bela mantém articulação constante com o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e a Secretaria Municipal responsável pela gestão das vagas nos serviços de acolhimento. Essa integração garante o encaminhamento adequado das crianças, respeitando critérios técnicos e legais. O serviço recebe crianças diretamente encaminhadas pelo Conselho Tutelar, além de acolhimentos emergenciais provenientes de transferências de outros serviços da rede, assegurando

respostas ágeis e qualificadas às demandas de proteção infantil.

A relação próxima e colaborativa entre a Casa Bela e os órgãos do sistema de justiça e da rede de proteção foi fundamental para a aprovação da lei municipal que instituiu o serviço de Família Acolhedora, consolidando-o como política pública na cidade. O Lar Casa Bela ainda busca fortalecer a relação com políticas públicas municipais, participando de instâncias de controle social e conselhos locais de direitos.

## Proteção contra a Violência:

Ao optar por se dedicar exclusivamente ao serviço de Família Acolhedora, o Lar Casa Bela defende o direito das crianças ao convívio familiar, previsto no ECA e preconizado em detrimento do acolhimento institucional na Lei da Adoção (Lei nº 12.010/2009). A decisão de mudar o foco de atuação se baseia

em experiências acumuladas que revelam as limitações do acolhimento institucional, ainda que bem executado, no desenvolvimento integral das crianças. Assim, a instituição compreende que o acolhimento familiar não é um “meio-termo”, mas sim a forma mais próxima de garantir esse direito à convivência familiar e comunitária.

*“Estar em família está previsto na legislação. Não é caridade. Não é adoção. É um direito” – Profissional do Lar Casa Bela.*

O rigoroso processo seletivo e a sólida capacitação feita com as famílias acolhedoras contribuem para minimizar o risco de insucesso e garantir um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. Ao mesmo tempo, são trabalhadas com as famílias de origem suas necessidades e potencialidades, a fim de conscientizá-la sobre os fatores que levaram ao afastamento e apoiá-las na sua reestruturação de maneira sustentável.

Além disso, ao buscar novas famílias para o programa por meio de campanhas em redes sociais e outras mídias, a instituição também realiza um trabalho sistemático de educação da população sobre o que é o serviço de família acolhedora — combatendo visões de caridade ou confusões com adoção — e promove o debate de proteção e garantia de direitos infantis.

Dessa forma, a priorização do convívio familiar é entendido pelo Lar Casa Bela não apenas como um direito que deve ser respeitado, mas também uma forma de proteger contra violências institucionais e garantir um cuidado individualizado que favorece o desenvolvimento infantil.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ Rigoroso e longo processo formativo e seletivo das famílias cadastradas para acolherem crianças, de maneira que possam ser avaliadas no comprometimento e capacidade de participarem desse serviço.
- ✓ Elaboração e disseminação de materiais informativos para a sensibilização do público acerca do acolhimento infantil, visando captar famílias. As divulgações ocorrem por meio de campanhas em outdoors, busdoors, panfletos, participações na mídia tradicional, como televisão e rádio, e redes sociais, que são hoje o principal canal de entrada de famílias interessadas em participar do programa.
- ✓ As transições (entre famílias acolhedoras, ou retorno à família de origem) são feitas com preparação prévia, escuta qualificada e empática e envolvimento das partes, evitando rupturas traumáticas.
- ✓ Realização de monitoramento através de dados coletados ao longo do serviço de acolhimento: tempo médio do acolhimento, resultados de reintegração ou adoção, evolução da criança em aspectos emocionais e sociais. Esses dados colaboram para um entendimento cada vez mais profundo das necessidades das crianças e dos efeitos do acolhimento.

## Lar Santa Mônica



### Modelo Institucional e Histórico:

O Lar Santa Mônica é uma Associação Beneficente de acolhimento institucional com tipificação na proteção integral de meninas de 7 a 18 anos vítimas de violência sexual. A instituição surgiu em 2007 por iniciativa da Ordem Religiosa dos Agostinianos Recoletos - organização católica internacional voltada a projetos sociais -, como enfrentamento à exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes na Barra do Ceará. No início, a iniciativa promovia atividades no contraturno escolar, com o intuito de afastar as crianças do ambiente doméstico violador. No entanto, a permanência nos lares familiares não garantia sua proteção, sendo necessário articulações com o Conselho Tutelar que culminavam

em institucionalização. Dessa forma, inspirados na experiência da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, em Nova Iguaçu (RJ), que acolhia meninos em situação de rua e dependência química, os fundadores estudaram o tema e o território, e se empenharam em abrir a primeira Casa-Lar em 2009, com recursos da própria Ordem. Em menos de um mês, a casa já estava com sua capacidade máxima de 12 meninas.

Seu modelo é exclusivo no estado do Ceará, configurando-se como referência para o acolhimento com enfoque na reparação emocional e no resgate da dignidade das meninas acolhidas. Atualmente, o Lar Santa Mônica possui 3 Casas-Lares, com 10 meninas em cada, atendendo toda a cidade de Fortaleza.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A associação oferece um ambiente familiar e protetivo, com uma abordagem integral e sensível às vivências de meninas, marcado pela figura das Mães Sociais, que revezam em turnos de 24h, assegurando atenção contínua e a formação de laços de confiança. Como prática de cautela em relação aos traumas vivenciados pelas meninas antes do período de acolhimento, o cuidado diário é oferecido por uma equipe multidisciplinar exclusivamente feminina.

*“A figura masculina como psicólogo ou assistente social é muito arriscada (...). Hoje temos uma equipe técnica feminina (...). Todos os profissionais que têm atendimento com as meninas são de figura feminina” – Profissional do Lar Santa Mônica.*

O processo de acolhimento é iniciado pela equipe técnica, que apresenta a nova acolhida à dinâmica da casa e às mães sociais. A rotina do Lar Santa Mônica busca garantir bem-estar e evitar gatilhos emocionais, por isso é repleta de atividades educativas, trabalhadas de forma coletiva no contraturno escolar, via Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) e de forma individual no PIA (Programa Individual de Atendimento). Uma série de projetos integram essas atividades, unindo práticas educativas, terapêuticas e socioassistenciais, como: manutenção da segurança alimentar e nutricional das crianças por meio de oficinas sobre reaproveitamento dos alimentos, nutrição e saúde e do cultivo de hortas; reforço escolar; capacitação profissional a partir dos 14 anos, fortalecimento do exercício da cidadania e,

ainda, manutenção da saúde mental e física, através de atendimento psicológico e acompanhamento médico (pediatria, ginecologia, odontologia) por meio de parcerias privadas.

*“Nosso princípio maior é a educação. As meninas aqui, quando chegam no acolhimento, a maior parte do tempo delas é com atividades pedagógicas” – Profissional do Lar Santa Mônica.*

A espiritualidade é trabalhada na casa conforme os princípios católicos da instituição, mas com respeito e liberdade religiosa interna para as meninas que professam outras crenças frequentarem os espaços específicos de sua fé.

As normas da casa prezam pela proteção: as saídas são supervisionadas e em casos de relacionamentos afetivos com pessoas externas, o juizado é consultado para orientar sobre a conduta adequada.

Ainda como parte do cuidado cotidiano com as acolhidas, os profissionais são estimulados a capacitações frequentes, tanto oferecidas internamente como promovidas pelo juizado e demais equipamentos públicos. Voluntários são aceitos para atividades específicas (educação e esporte) e passam por um rigoroso processo de seleção e reavaliação anual, com compromisso contratual com o juizado, que exige comprovação de formação, definição de horários, dias e atividades a serem desenvolvidas. Isso evita que vínculos entre profissionais e acolhidas sejam rompidos de maneira abrupta, como também previne a entrada de pessoas despreparadas ou que possam oferecer riscos, preservando a integridade emocional e física das acolhidas.

Compreendendo que a maternidade exige cuidados específicos, o que também envolve custos financeiros e estrutura específica para atender as

demandas de saúde física e também emocional dessas meninas que sofreram abuso sexual, o Lar Santa Mônica não atende meninas gestantes ou mães.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

Ao promover o serviço de acolhimento, o Lar Santa Mônica estabelece parcerias consistentes com os órgãos de assistência social. Seus colaboradores participam regularmente de formações promovidas pela rede socioassistencial, assegurando práticas qualificadas e alinhadas às normativas de proteção integral.

Apesar dessa estreita articulação com a rede e do elevado nível de exigência para atuação no acolhimento mediado pelo sistema judiciário, a instituição não recebe repasses de verbas públicas, o que implica em grande desafio para manutenção dos serviços, pois conta principalmente com o apoio de doações e do financiamento da Ordem dos Agostinianos Recoletos, sua mantenedora.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

A etapa de pós-desacolhimento e conquista de autonomia no Lar Santa Mônica é estruturada a partir de um acompanhamento socioassistencial cuidadoso e individualizado, que visa garantir a transição segura das adolescentes para a vida autônoma. Essa fase contempla ações voltadas ao exercício da cidadania, a profissionalização e ao fortalecimento de competências socioemocionais, que é trabalhado durante todo o processo de acolhimento.

O Projeto Ir ao Encontro se destaca nesse âmbito, uma vez que trabalha a capacitação profissional das adolescentes a partir dos 14 anos, promo-

vendo a empregabilidade, e se responsabiliza pela regularização documental, garantindo acesso a direitos.

*“Já tivemos meninas [do pós-desacolhimento] (...) que vêm visitar a gente. A gente faz questão de elas conviverem com as meninas (...). Elas sabem que aqui as portas sempre estão abertas e a gente incentiva que elas venham quando quiserem” – Profissional do Lar Santa Mônica.*

Após a saída, as ex-moradoras, muitas vezes, mantêm o vínculo que foi construído ao longo do período de acolhimento e são sempre bem-vindas para visitas, o que sustenta a rede de apoio necessária nesse processo de transição para a vida adulta.

## Proteção contra a Violência:

O Lar Santa Mônica atua diretamente na reparação dos traumas causados por abuso e exploração, através de ações e projetos que visam ressignificar as histórias de vida, restaurar a dignidade e recuperar o sentimento de confiança abalado das meninas acolhidas. A instituição oferece um ambiente acolhedor e protetor, garantindo que não haja contato com o abusador ou com quem esteve conivente com o crime, enquanto oferece forte suporte psicossocial e trabalha a escuta atenta e a criação de vínculos.

*“A gente não mantém vínculo com os agressores e nem com aqueles que*

*estavam coniventes com agressão (...). E apresentamos isso ao Juizado que se responsabiliza criminalmente por isso e aí nós buscamos ver se existe algum parente que não tenha nenhum tipo de vinculação com esse agressor para estabelecer algum tipo de manutenção ou fortalecimento de vínculo” - Profissional do Lar Santa Mônica.*

A casa de acolhimento se aproxima de um lar afetivo com cuidado integral. A prestação de um serviço de alta complexidade e atenção a um público específico demonstra o compromisso da instituição em romper ciclos de violência e evitar a revitimização das meninas.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✔ Referência no estado do Ceará como modelo exclusivo de acolhimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual com enfoque na reparação emocional.
- ✔ Equipe exclusivamente feminina.
- ✔ Projeto Aprendendo e Ensinando, que oferece reforço educativo durante o contraturno escolar.
- ✔ Projeto Ir ao Encontro, que trabalha as condições para reinserção familiar e para a autonomia das adolescentes, com capacitação profissional e empregabilidade.
- ✔ Projeto Viva Melhor, com atendimento médico para o cuidado da saúde física e mental.
- ✔ Projeto Comendo Certo, que assegura a segurança alimentar e a prática ecológica com o cultivo de hortas.
- ✔ Produção do Livro da Vida com cada acolhida, entregue ao fim do acolhimento em uma cerimônia coletiva.
- ✔ Rigoroso processo de seleção de voluntários, com reavaliação anual e compromisso contratual com o juizado, evitando práticas invasivas, que gerem gatilhos ou sejam descontinuadas abruptamente.

## Movimento de Orientação à Criança e ao Adolescente (MOCA)



### Modelo Institucional e Histórico:

O Movimento de Orientação à Criança e ao Adolescente (MOCA) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), fundada em 1990 na Zona Leste da cidade de São Paulo, como uma resposta às carências sociais locais e à necessidade urgente de atendimento à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade. Ao longo dos seus anos de atuação, o movimento expandiu sua presença para outras regiões da cidade e hoje possui um modelo descentralizado e territorializado, que permite capilaridade de ação e continuidade no atendimento às famílias, crianças e adolescentes, por meio de múltiplas frentes interligadas de cuidado. Nesse sentido, o MOCA oferece 39 serviços de média e alta complexidade, incluindo 9 SAICAs. Entre os demais serviços de assistência social, que fortalecem a comunidade ao serem trabalhados de forma integrada,

há o Centro da Criança e do Adolescente (CCA); Centro Dia do Idoso (CDI); Centro para Juventude (CJ); Centros de Acolhida para População em Situação de Rua (CA); Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF); Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP); Centro de Acolhida Especial para Família (CAE Família); República para adultos em processo de saídas das ruas; Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ).

A partir da gestão de múltiplos serviços em territórios específicos, o MOCA consegue promover coerência metodológica entre suas frentes de atuação e capacidade de articulação com a rede pública local. A atuação territorializada também permite que a equipe compreenda melhor o contexto das famílias com quem atuam, evitando preconceitos e possibilitando um olhar mais atento.

*“Essas famílias buscam mais vínculos e estar num lugar seguro e ter o acesso a um lanche minimamente que seja, do que necessariamente gerar renda” – Profissional do MOCA.*

Nos nove SAICAs sob gestão do MOCA, o atendimento é misto e abrange crian-

ças de 0 a 17 anos, contemplando também crianças com deficiência. Sua atuação em outros serviços comunitários, como o CCA ou o CJ, complementam a atuação do SAICA, promovendo um melhor diálogo entre os serviços e, conseqüentemente, corrobora para um olhar mais individualizado de cada criança ou adolescente.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

Como prática de cuidado, o MOCA adota uma abordagem crítica sobre o conceito de negligência, buscando compreender os contextos estruturais de vulnerabilidade antes de caracterizar famílias como inaptas. Seus serviços são pautados pela escuta ativa, acolhimento humanizado e com respeito à singularidade de cada indivíduo, pela construção de planos de atendimento realistas, pela priorização da autonomia dos sujeitos atendidos e pela vinculação comunitária.

Nos SAICAs sob sua gestão, a chegada de uma criança ao acolhimento é reconhecida como momento de ruptura e desorientação, o que exige uma abordagem de escuta, suporte emocional e explicação gradual do processo de afastamento familiar.

*“É respeitado muito o tempo dessa criança e desse adolescente. (...) Vai sendo feito uma sensibilização do que aconteceu, né? E construindo com a criança. Então o técnico psicólogo, junto com um*

*assistente social e mais orientador fazem uma conversa para que ela vá construindo o que é que ela lembra e o que é que ela acredita, o porquê ela foi para lá. (...) até porque precisa se entender o que é que essa criança entende em relação à família dela, em relação ao acolhimento, em relação à própria vida” – Profissional do MOCA.*

No campo pedagógico e psicossocial, o MOCA promove ações que estimulam o acesso à educação, cultura, lazer e saúde, articulando recursos institucionais e comunitários para a integralidade do cuidado. Nesse sentido, crianças e adolescentes acolhidos participam do CCA e do CCJ da região, que muitas vezes também é um serviço MOCA, o que permite um diálogo institucional e um olhar mais cuidadoso e integral de cada acolhido. Também é desenvolvido com cada criança ou adolescente um álbum de fotos personalizado ao longo da sua estadia na casa.

O MOCA reconhece que o cuidado institucional exige equipes preparadas, sensíveis

e comprometidas. Nesse sentido, a instituição realiza capacitações internas, promove reuniões semanais de avaliação técnica e incentiva trocas com a rede, embora enfrente desafios como a alta rotatividade de educadores:

*“Nossa seleção é quase que uma mini capacitação para entender que o trabalho é esse. (...) Não é fácil trabalhar com criança (...).”*

*A criança não quer estar em SAICA, então ela vai xingar esse orientador, vai quebrar as coisas (...). Esse é o jeito dela verbalizar que está infeliz”*  
– Profissional do MOCA.

A crítica à idealização do papel do educador – “acham que é só dar carinho” – revela a consciência da instituição de que o cuidado é uma prática técnica, afetiva e política, que exige preparo, escuta e empatia.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

Ao gerir atualmente 39 serviços públicos conveniados – entre SAICAs, SASFs, CCAs e CEDESPs – sua atuação o insere diretamente na engrenagem do Sistema de Garantia de Direitos. Ao atuarem de forma territorializada com diversos serviços de assistência social, o MOCA conseguem promover uma atuação metodologicamente integrada e mais eficiente, compreendendo as especificidades locais e atuando de maneira mais próxima junto as famílias e a comunidade.

O trabalho do MOCA, embora restrito ao campo da execução de serviços públicos conveniados, também impacta o debate sobre políticas públicas. A instituição participa ativamente da Conferência Municipal de Assistência Social, inclusive na versão lúdica voltada a crianças e adolescentes, contribuindo para a formulação de propostas e avaliação das políticas implementadas. Historicamente, foi em conferências desse tipo que se consoli-

daram avanços como a obrigatoriedade de quatro horas de atendimento diário nos CCAs e a ampliação da alimentação oferecida, que fortalecem a proteção infantil.

*“A conferência ela vem ao encontro disso, de melhorar os serviços da assistência (...). Foi a partir dela que começou a se pensar o café da manhã, o almoço, a permanência mínima de quatro horas nos serviços [de CCA]”* – Profissional do MOCA.

A equipe dos SAICAS também elabora pareceres fundamentados em observação psicossocial, escuta de crianças e adolescentes, visitas domiciliares e diálogo com outros serviços, como SASF e CRAS. O diálogo com o sistema de justiça e demais serviços depende do contexto local e das pessoas que trabalham ali, em que a equipe identifica diferenças significativas de relações entre os serviços oferecidos e o poder público, por exemplo, entre bairros da Zona Leste e da Zona Sul.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

O MOCA não mantém um programa formal de acompanhamento pós-desacolhimento. Os adolescentes institucionalizados, porém, participam de atividades voltadas para a autonomia, como projetos de vida e inserção no mercado de trabalho, que são realizados a partir de parcerias com empresas, órgãos públicos e programas como o Jovem Aprendiz.

*“O desacolhimento começa a ser trabalhado quando esse adolescente já não tem mais nenhuma chance em relação a voltar para a família. Então, a partir dos 16 anos já é desenvolvido uma questão de mercado de trabalho, projeto de vida” – Profissional do MOCA.*

Mesmo iniciando esse processo de autonomia que já prepara para o pós-desacolhimento, ainda são mantidas as tentativas para que os adolescentes consigam ser adotados ou a manterem contato com alguma família. Um caso particularmente marcante é o de um adolescente acolhido por cerca de oito anos, que resistia à escola, mas foi inserido como aprendiz

em uma empresa, e chegou a ser adotado meses antes de completar 18 anos.

No caso dos adolescentes PCDs, o MOCA trabalha em conjunto com a rede para que eles sejam encaminhados para moradias inclusivas, respeitando os tempos e as subjetividades de cada um.

Apesar de não possuírem acompanhamento sistemático após o desacolhimento, há muitos casos de acolhidos que mantêm contato e vínculos espontâneos com a instituição — o que sugere a existência de relações duradouras que, embora informais, podem funcionar como rede de apoio afetiva e institucional.

De maneira mais ampla e em relação a outros serviços que não as casas de acolhimento, o MOCA agrega em seu quadro de funcionários indivíduos das comunidades em que atuam que já foram atendidos previamente pela instituição. Essa integração de pessoas do território fortalece a autoestima individual desses sujeitos e da própria comunidade, que a partir desses exemplos podem vislumbrar um futuro melhor.

## Proteção contra a Violência:

Com uma rede de serviços conveniados de assistência social, atuando em territórios marcados por desigualdades sociais, o MOCA trabalha cotidianamente na prevenção e na reparação

de violências que atravessam o público que atendem: violências domésticas e institucionais, negligência, abuso sexual e abandono. Como parte dessa proteção, a escuta sensível é uma das primeiras formas

de reconhecer e validar as experiências de violência sofridas.

*“Eles vão parar no SAICA e não é conversado porque simplesmente eles saem da casa deles no momento e no outro estão numa casa que não conhecem ninguém, nem sabem por que estão lá. (...) Vai sendo feito uma sensibilidade do que aconteceu, né? E construindo com a criança” – Profissional do MOCA.*

Ao atuar em territórios específicos, o MOCA atua diretamente na prevenção de vulnerabilidades e no enfrentamento de violações de direitos específicos de cada localidade. No caso de Cidade Tiradentes, por exemplo, é relatado o uso do acolhimento como ferramenta de retaliação social, o que

exige da equipe sensibilidade para atuar junto ao poder público da melhor maneira para preservar o bem-estar das crianças.

*“O acolhimento das crianças lá se dá muito por denúncia de vizinho para prejudicar o vizinho. (...) A criança é acolhida por situações que não têm gravidade suficiente, e isso mostra como o acolhimento pode ser usado como instrumento de violência institucional” – Profissional do MOCA.*

Também no intuito de prevenir violências institucionais, o MOCA prepara os profissionais desde o período de contratação a lidarem com a agressividade das crianças e adolescentes, compreendendo que essa reação é uma expressão das violências internalizadas e que não devem ser encaradas com outros processos punitivos e violentos.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✔ Confeção de álbum de memórias com as atividades e lembranças do período em que a criança/adolescente ficou institucionalizada.
- ✔ Contratam pessoas do território para trabalharem nos serviços de assistência como forma de fortalecer o território em si e a autoestima das pessoas que hoje trabalham em um local que antes foram atendidas em situação de vulnerabilidade.
- ✔ Comemoração de aniversário individualizada, em que o aniversariante escolhe o tema da festa.
- ✔ Realizam uma feira com exposição cultural nos territórios, envolvendo os serviços de assistência.
- ✔ Mantém e integram os acolhidos no próprio território de origem como forma de manter o vínculo comunitário.
- ✔ Participação propositiva em conferências municipais, com destaque a Conferência Lúdica, que conta com o protagonismo das crianças e adolescentes.



Ficar de Bem



## Modelo Institucional e Histórico:

Em 1988, voluntários liderados por um médico pediatra se reuniram para estudar casos de violência doméstica, física, psicológica e, principalmente, sexual na Região Metropolitana de São Paulo e constataram a necessidade de intervenção junto a crianças e adolescentes, já que 90% dos casos não eram notificados. A atuação desse grupo incentivou o aumento das denúncias, resultando em parcerias com órgãos públicos para atuar diretamente no

atendimento às crianças e suas famílias. Esse centro regional evoluiu para a Ficar de Bem, uma organização não governamental que incide em serviços de alta e média complexidade, com foco na manutenção do convívio familiar e comunitário saudável e à promoção de uma sociedade mais justa. O instituto oferta o serviço de duas casas de acolhimento, uma casa de passagem para adultos em vulnerabilidade social e duas Repúblicas Jovem, além de outros serviços de assistência social.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A metodologia de cuidado da Ficar de Bem se destaca por uma abordagem integral e humanizada, que reconhece a diversidade das situações de vulnerabilidade e atua em numerosos âmbitos da proteção e garantia de direitos, desde a criança até o idoso, abrangendo todas as complexidades da proteção social por meio de uma rede diversificada de serviços. Em suas unidades de SAICA, as relações são orientadas pela metodologia da Educação Positiva, que valoriza o diálogo, o estabelecimento de acordos e a explicação de regras - sem imposições arbitrárias ou práticas punitivas -, respeitando o protagonismo de crianças e adolescentes e construindo vínculos saudáveis e seguros.

*“A filosofia da Educação Positiva (...) é uma educação dialógica, que respeita aquele sujeito (...) de não imposição, de diálogo, de ser firme, mas afetivo”  
– Profissional da Ficar de Bem.*

A Instituição entende que o acolhimento institucional é uma medida de proteção, não de restrição de liberdade. Dessa forma, os adolescentes têm a liberdade de saírem sozinhos, desde que cumpram com os horários e combinados. O estímulo à inclusão social e aos vínculos familiares e comunitários também ocorre por meio das visitas, que não possuem dia fixo, para se adequar às possibilidades das famílias, e das festas de aniversário, data em que amigos de fora podem ser recebidos.

As crianças acolhidas frequentam a escola e são estimuladas a participarem de cursos e atividades extras, de acordo com os próprios interesses. Dessa forma, há um olhar individualizado para que elas desenvolvam suas potencialidades, enquanto a instituição se responsabiliza por viabilizar essas demandas, seja buscando parcerias no território ou angariando recursos, como ocorre junto ao Ministério Público de São Bernardo, que direciona verbas de acordos criminais para instituições sociais.

Outro cuidado fundamental é a Política de Proteção Interna (PPI), que estabelece um manual de conduta para a prevenção de violências institucionais e fornece canais de denúncia. Se a criança se sentir ameaçada por qualquer funcionário, a situação é apurada com o rigor necessário, reafirmando o compromisso ético e a transparência.

*“A gente tem a PPI, que é a Política de Proteção Interna (...), para prevenção da violência institucional. (...) Existem canais de denúncia, apuração e comissão responsável. Isso é para todos os serviços da Ficar de Bem” – Profissional da Ficar de Bem.*

A Ficar de Bem também conta com uma plataforma online de integração inicial para os novos colabores, com capacitação sobre prevenção à violência, garantia de direitos e outras formações continuadas, além do acompanhamento da PPI. Tudo isso para garantir que a cultura organizacional baseada no cuidado e na segurança afetiva seja priorizada.

Um diferencial da Ficar de Bem é a compreensão da importância do atendimento ao agressor para interrupção dos ciclos de violência, prática ainda pouco comum entre instituições do setor. O agressor é atendido em um espaço diferente do local onde ficam as crianças e adolescentes, sempre preservando o bem-estar delas. Com essa ação, busca-se promover a responsabilização, a reflexão e o possível rompimento do ciclo de violência.

Além dos SAICAS, a instituição se destaca por diversos outros serviços, como a Casa de Passagem, que acolhe a família em situação emergencial e faz o estudo de sua capacidade protetiva a fim de evitar a institucionalização da criança; o PAF (Programa de Atenção à Família), com atendimento junto a núcleos familiares em que crianças e adolescentes encontram-se em situação de violação de direitos; o acompanhamento psicossocial e jurídico a mulheres na Casa da Mulher Paulista; os serviços voltados à população idosa, tanto no Centro Dia quanto em atendimento domiciliar; o ser-

viço de proteção e prevenção de risco de crianças, adolescentes e adultos por meio do SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social), realizando suporte imediato e viabilizando encaminhamentos à rede de serviços socio assistenciais; a República Jovem, que oferece moradia subsidiada e apoio a adolescentes em processo de transição para a vida adulta, quando não possuem vínculos familiares e estão em situação de vulnerabilidade social; e o Geração do Bem, que atua no fortalecimento de vínculos, oferecendo espaço de convivência e socialização familiar e comunitária.

*“A Casa de Passagem é responsável por fazer avaliação diagnóstica (...) e identificar se há figuras protetivas. O objetivo é evitar o acolhimento institucional ou qualificá-lo. (...) Se não houver, aí sim vai para o acolhimento” – Profissional da Ficar de Bem.*

A Ficar de Bem ainda atua no campo da segurança alimentar, sendo responsável pela gestão de cinco unidades do programa Bom Prato na região do ABC paulista.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

Por oferecer serviços em múltiplas dimensões, a Ficar de Bem tem um relacionamento intensivo com o Sistema de Justiça e os órgãos competentes pela garantia dos direitos sociais.

O olhar atento às oportunidades que os órgãos públicos oferecem tem levado a

instituição a implementar importantes projetos de transformação social.

O Ministério Público do Trabalho foi um parceiro imprescindível no projeto “Equipando o Futuro” ao viabilizar a aquisição de equipamentos educativos, culturais e pedagógicos para a casa de acolhimento

da Ficar de Bem, proporcionando um espaço que estimula o aprendizado, a criatividade e o desenvolvimento pessoal das crianças e adolescentes.

*“O que a gente faz é buscar parcerias no território (...) e nós fomos contemplados por uma verba do Ministério Público (...) para que a gente pudesse desenvolver com as crianças e adolescentes atividades extracurriculares como curso profissionalizante, esporte, lazer, cultura (...) conforme a escolha da criança ou adolescente” – Profissional da Ficar de Bem.*

A instituição também foi contemplada pelo projeto “Acolhendo o Futuro” do

Ministério Público de São Bernardo, que ocorre desde o segundo semestre de 2024, por meio do qual recebe uma verba extra para investir em atividades extracurriculares para suas crianças e adolescentes institucionalizados. O projeto prevê o direcionamento de recursos financeiros provenientes de acordos criminais a instituições sociais, com o objetivo de possibilitar o acesso de crianças e adolescentes a cursos, esportes, cultura e lazer, fortalecendo o convívio social e o exercício da cidadania. Para ser contemplado, a instituição precisa apresentar um projeto alinhado aos objetivos do programa, que vão além de custear despesas básicas, visando promover o desenvolvimento e a autonomia dos jovens, preparando-os para o futuro.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

O processo de desacolhimento da Ficar de Bem caracteriza-se por um acompanhamento gradual e individualizado, que visa assegurar a autonomia e o bem-estar dos jovens acolhidos. A instituição reconhece a importância da construção de uma rede de apoio no processo de desacolhimento e transição para a vida adulta. Assim, a convivência familiar e comunitária é estimulada constantemente durante o acolhimento, através de espaços de socialização, visitas, passeios culturais, atividades extracurriculares e oficinas coletivas proporcionadas, principalmente, pelo Projeto Fênix, que é uma ação da Ficar de Bem em parceria com a agência alemã Kindernotheilfe.

Nesse preparo para a autonomia, a Ficar de Bem também busca fortalecer os interesses profissionais dos adolescentes, incentivando a capacitação e a independência. Para isso, estabelece parcerias com empresas para ofertar cursos e possibilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, além de submeter projetos a órgãos públicos e emendas parlamentares a fim de ampliar os recursos destinados ao fortalecimento das habilidades dos jovens.

Para aqueles que retornam ao convívio familiar, são promovidos momentos de integração progressiva, incluindo passeios, pernoites e solicitada a presença familiar em reuniões escolares, visando fortalecer

os vínculos e avaliar as condições para o retorno definitivo. O desacolhimento é realizado, preferencialmente, após o período de férias, uma vez que a convivência se intensifica naturalmente.

*“Quando chega nos 18 anos (...) é muito difícil. (...) A gente amplia essa discussão com a rede de serviços, com o judiciário, o que podemos fazer para auxiliar e ajudar esse adolescente” – Profissional da Ficar de Bem.*

Para jovens que atingem a maioridade sem vínculos familiares, são priorizadas

estratégias de inserção profissional ou encaminhamento para moradias assistidas, como repúblicas financiadas pelo município. Os jovens encaminhados para essas residências devem demonstrar certa autonomia e organização, de forma que o acompanhamento seja reduzido a uma equipe mínima (coordenação, psicólogo e assistente social) para incentivar o desenvolvimento de independência. A instituição se compromete a proporcionar uma transição segura e digna aos seus acolhidos.

No caso de mães com bebês, além do suporte emocional, direcionam-se esforços para ajudar a compor o novo lar, coletando doações de mobília e itens essenciais à família.

## Proteção contra a Violência:

A atuação do Instituto Ficar de Bem na dimensão da proteção contra a violência se estrutura a partir de diversas estratégias que abrangem ações de prevenção, de acolhimento, de proteção emergencial, de conscientização e fortalecimento comunitário. No âmbito preventivo, a instituição desenvolve ações voltadas ao reconhecimento precoce de situações de risco e ao fortalecimento de vínculos sociais. Um exemplo expressivo é o serviço de abordagem social em espaços públicos, que permite identificar crianças, adolescentes e adultos em contextos de vulnerabilidade antes que se consolidem ou se agravem situações de violação de direitos. Além disso, a instituição desempenha um papel significativo na cons-

cientização da sociedade por meio da oferta de cursos e formações em escolas, instituições e empresas, com foco na prevenção da violência doméstica. Essas atividades são voltadas tanto à comunidade quanto a profissionais da educação, saúde e assistência, promovendo uma cultura de enfrentamento e não naturalização da violência.

*“Hoje, a instituição atua em todas as complexidades. Temos serviço de convivência, serviço de abordagem social de criança e adulto, atendimento a mulheres vítimas de violência, atendimento ao idoso — tanto centro de convivência quanto atendimento domiciliar — e mantemos esse atendimento complementar ao PAEFI*

*[Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos], que é o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias vítimas de violência” – Profissional da Ficar de Bem.*

Outras atividades que se destacam na sua atuação preventiva são a oferta do Programa Bom Prato – que garante acesso à alimentação saudável e a preço simbólico para pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a dignidade e a segurança alimentar de populações em risco – e a oferta de diversos serviços e atividades comunitárias territorializadas, que oferecem espaços de socialização no intuito de fortalecer laços familiares e sentimento de pertencimento no território.

No campo protetivo, a Ficar de Bem atua diretamente na defesa e garantia de direitos de crianças, adolescentes, mulheres e famílias em situação de violência. A Casa de Passagem, sob responsabilidade da instituição, realiza acolhimento emergencial e desenvolve avaliações diagnósticas das condições protetivas das famílias, buscando evitar institucionalizações desnecessárias e identificar alternativas seguras no seio familiar ou comunitário.

No âmbito do acolhimento, no intuito de evitar e de proteger as crianças de situações de violência institucional, a Ficar de Bem implementou a Política de Proteção Interna (PPI), que estabelece regras claras de conduta, prevenção de violências institucionais e disponibiliza canais acessíveis de denúncia.

A instituição também realiza atendimento especializado a mulheres em situação de violência, oferecendo suporte psicossocial e articulando medidas de proteção com apoio jurídico.

Por fim, a Ficar de Bem se destaca por reconhecer a importância de incluir os agressores no processo de enfrentamento à violência, realizando atendimentos individuais, separadamente da vítima. A instituição aposta em uma abordagem restaurativa, entendendo que a escuta, o acompanhamento e a conscientização do agressor são essenciais para romper o ciclo e a cultura da violência. Além disso, ter o entendimento do contexto em que esse tipo de situação ocorre pode ajudar a elaborar estratégias de prevenção.

*“Então a gente traça também o perfil da criança atendida, do adolescente atendido, e do agressor.”*  
- Profissional da Ficar de Bem.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ Diversos serviços de assistência social e proteção contra violências de maneira integrada e territorializada: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS); atendimento ao idoso; Programa Bom Prato; Casa da Mulher; Residência inclusiva para acolhimento de crianças, jovens e adultos, com atenção específica a pessoas com questões de saúde e/ou deficiência.
- ✓ Manual de conduta institucional (PPI) com canais de denúncia e apuração, visando prevenir violências institucionais e garantir a segurança afetiva das crianças e adolescentes institucionalizados.
- ✓ Integração da equipe com base na metodologia da instituição, formação contínua com trilhas formativas próprias e incentivo à qualificação
- ✓ Conscientização social a partir de cursos voltados a profissionais da saúde, educação e assistência, além da população geral, sobre prevenção da violência doméstica e sexual.
- ✓ Atendimento ao autor da violência, inclusive sexual, visando o rompimento efetivo do ciclo de violência.
- ✓ Sistema estruturado de monitoramento por serviço, com banco de dados robusto que inclui perfil atendido, reincidência de violência, indicadores de reintegração e efetividade dos atendimentos.
- ✓ Sistema integrado em rede e organização administrativa eficiente.

A blue-tinted photograph of children playing with bubbles. One child in the foreground is blowing a bubble, while others are visible in the background, also engaged in the activity. The image is used as a background for the top section of the page.

# Aldeias Infantis SOS



## Modelo Institucional e Histórico:

A Aldeias Infantis SOS (SOS) é uma organização da sociedade civil internacional, fundada logo após a Segunda Guerra Mundial, na Áustria, de onde se expandiu para mais de 130 países. Seu modelo original se baseava na criação de casas lares que buscavam reproduzir um ambiente familiar para crianças e adolescentes órfãs, vítimas da II Guerra Mundial. Ao longo do tempo, outras necessidades foram sendo atendidas e sua atuação foi ampliada para famílias, comunidades e defesa de direitos. No Brasil, a instituição está presente desde a década de 1960, atuando de forma descentralizada, com presença territorial ampla, adaptando-se ao contexto de cada município ou região. Além dos serviços de acolhimento em formato de casa-lar, atendendo crianças e adolescentes em diferentes regiões do

país, a Aldeias Infantis SOS também possui uma casa específica voltada para meninas gestantes e/ou mães com seus filhos, em Campinas, como resposta a uma demanda local de combater o acolhimento de bebês direto da maternidade, que apresentava dados preocupantes.

O modelo de casas lares é caracterizado pela convivência de até nove crianças sob os cuidados de uma cuidadora residente, conhecida como mãe-social. A Aldeias Infantis SOS reconhece os limites desse modelo, sobretudo pela dificuldade de encontrar mulheres dispostas a assumir essa função em tempo integral. Em contrapartida, tem investido em Repúblicas de Jovens, promovendo o acompanhamento individualizado de jovens após os 18 anos.

Além dos serviços de acolhimento, hoje a Aldeias Infantis SOS atua também com uma casa em ações de prevenção da perda do cuidado parental. Essa expansão se traduz em programas de fortalecimento familiar, juventudes, e advocacy, além da atuação humanitária em emergências, como o acolhimento a famílias refugiadas venezuelanas.

*“A SOS quer deixar de ser vista só como instituição de acolhimento. Ela está fazendo o movimento de evitar o rompimento de vínculos, e não ser reconhecida apenas como quem acolhe”*

*– Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

Nesse sentido, a instituição possui o Núcleo SOS de Apoio às Famílias que atua em projetos de fortalecimento familiar e comunitário que previnem a separação familiar, como o acolhimento de famílias inteiras, permitindo que casais, mães solas e filhos permaneçam juntos enquanto recebem suporte habitacional, de saúde e empregabilidade. Além desses eixos, a organização atua também como referência no programa Família Acolhedora, sendo responsável pela execução do serviço e pela assessoria técnica a municípios interessados em sua implementação.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A Aldeias Infantis SOS se define como uma organização de cuidado, centrada em uma ética relacional e de corresponsabilidade. Suas práticas não se limitam ao acolhimento institucional: ainda que mantenha casas-lares em várias localidades, a ênfase atual está na prevenção do rompimento de vínculos familiares.

Nas Casas Lares, o trabalho dos planos de desenvolvimento familiar (PDFs) e individual (PIAs) são construídos de acordo com as necessidades, desejos e contextos de cada um, mas sempre organizados em torno de oito dimensões do cuidado: moradia, parentalidade, saúde, educação, documentação, geração de renda e trabalho, vínculos comunitários,

e proteção. As crianças e adolescentes participam da construção das regras de convivência e são incluídos nos momentos de decisão:

*“Temos regras muito claras de escuta. A criança é convocada a participar, não só do plano individual de atendimento, mas da construção coletiva de regras na casa e na república” – Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

A escuta ativa e a construção de vínculo são princípios fundamentais no trabalho com os acolhidos e seus familiares. A Aldeias Infantis SOS combate a lógica da “adesão ao serviço” como critério de sucesso, rejeitando abordagens prescritivas, compre-

endendo que as famílias precisam ter condições objetivas e subjetivas para reconquistarem a guarda dos filhos, bem como para se integrarem na rede de proteção social – o que exige diversos tipos de apoio institucionais. Assim, práticas como visitas domiciliares, acompanhamento em deslocamentos pela cidade e escuta subjetiva fazem parte da rotina dos profissionais.

*“A gente não trabalha com lógica de adesão. É fazer junto. Não é convencer, não é convencer do caminho certo. É construir com a pessoa. E respeitar que ela tem uma história, tem uma trajetória” – Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

Também como política de cuidado que visa minimizar violências institucionais, a partir de uma demanda do município de Campinas, a Aldeias Infantis SOS mantém desde 2016 uma casa especializada para o acolhimento de meninas-mães com seus bebês e/ou gestantes, de maneira que, caso seja o desejo da gestante, ela possa ficar com seus filhos – caso essa não seja sua vontade, a equipe especializada também promove o suporte emocional e legal para a decisão, de maneira a preservar a sua intimidade, sua saúde e suas escolhas.

*“O grande objetivo da casa [de meninas-mães e gestantes] foi garantir esse direito das adolescentes à maternagem, porque antes só pelo fato de ela ser uma adolescente e engravidou, independente da situação, já se entendia – como ela não tem condição de criar, né?*

*(...) principalmente em situações de vulnerabilidade, que a gente sabe, né? Porque a adolescente com um poder aquisitivo maior não vai passar por essa situação – [que o] caminho mais fácil é a separação [da mãe do bebê]” – Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

A casa de meninas-mães e gestantes opera com a premissa de que o vínculo materno deve ser protegido e fortalecido, mesmo em contextos de alta vulnerabilidade. Nesse sentido, tanto as meninas são cuidadas e apoiadas em sua maternidade e individualidade, como os bebês possuem um acompanhamento intensivo em prol do seu desenvolvimento. Quando possível, também é feito um trabalho com os pais dos bebês.

*“A gente observou que existe uma melhora nessa condição delas [meninas mães e/ou gestantes] de estar dentro de uma casa específica, porque ali, querendo não, ela cria uma rede de apoio. Elas fazem amizades entre si, elas trocam experiências” – Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

O cuidado também transparece ao se atentarem as demandas dos próprios cuidadores das casas de acolhimento, a partir da figura da Assistente de Desenvolvimento Familiar (ADF). A ADF é a profissional que participa do processo seletivo de novos funcionários, é responsável pela organização do plano de formação da equipe, além de realizar acompanhamento do trabalho cotidiano, oferecendo escuta e orientação, buscando também, quando necessário, parceiros externos que possam complementar o apoio.

Outro projeto da organização com caráter preventivo ao acolhimento e de intervenção direta com as famílias é o Núcleo SOS de Apoio às Famílias. Esse projeto oferece acompanhamento intensivo a famílias em risco de perda do cuidado parental, onde também desenvolve as oito dimensões do cuidado dos planos de desenvolvimento familiar. As equipes do núcleo possuem um Assistente de Desenvolvimento Familiar e Comunitário (ADFC), profissional que, no âmbito de projetos de fortalecimento familiar, tem como objetivo evitar a ruptura de víncu-

los familiares, a partir da promoção de cuidados adequados a crianças e adolescentes, autonomia das famílias em vulnerabilidade, com atuação direta junto aos grupos familiares nos territórios. A proposta é reduzir acolhimentos desnecessários, evitar judicializações compulsórias e oferecer alternativas reais à institucionalização de crianças e adolescentes. Também nesse sentido, atua com famílias imigrantes, especialmente de origem venezuelana, articulando acolhimento, apoio jurídico, mediação com o sistema de justiça, garantia de acesso a direitos e fortalecimento familiar.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

A SOS possui forte inserção nas redes do Sistema de Garantia de Direitos, tanto em âmbito local quanto nacional. Essa articulação se dá não apenas por meio da operação de serviços conveniados com prefeituras em casas lares, mas também por meio de ações de advocacy, produção de pareceres técnicos e participação ativa na formulação e avaliação de políticas públicas. No Programa Família Acolhedora, por exemplo, a Aldeias Infantis SOS oferece formação, apoio técnico e assessoria a municípios que desejam implementar a modalidade. Além disso, produz pareceres técnicos e diagnósticos que orientam o desenho de políticas públicas.

*“A gente alertou o pessoal dessa prefeitura e a gente sempre fez isso de forma tranquila, honesta, dialo-*

*gada, enfim... Que era um município no estado com maior índice de acolhimento proporcional à população, né? Trouxemos os dados do sistema para mostrar isso. (...) A gente precisa tratar disso, não só abrindo mais casas de acolhimento, seja casa lar ou qualquer outra, mas fazendo outra coisa” – Profissional da Aldeias Infantis SOS.*

Assim, a relação com a rede e o poder público não é apenas reativa, mas propositiva. A organização produz conhecimento técnico e científico e participa de fóruns locais e nacionais, como o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, o Congresso do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), como forma de subsidiar e fortalecer suas ações de

intervenção ao combate de violências e influenciar políticas públicas.

Para garantir a qualidade do serviço das casas-lares diante da escassez de recursos públicos, a Aldeias Infantis SOS também conta com parceiros privados para atender as demandas dos acolhidos, principalmente com suporte técnico que atenda às necessidades de atendimento psicológico, médico e de demais atividades. Porém, sabendo da origem social das acolhidas que tem pouco acesso a serviços privados, a instituição sempre

privilegia o atendimento público, de maneira a ter uma continuidade do atendimento após o desacolhimento, mantendo uma estreita relação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Assim, a Aldeias Infantis SOS se destaca como uma organização que articula sua ação cotidiana à incidência técnica e política, fortalecendo o sistema de garantias de direitos com práticas fundamentadas, parcerias institucionais consistentes e compromisso ético com a transformação das realidades de vulnerabilidade em que atua.

## Pós-Desacolhimento e Autonomia:

A Aldeias Infantis SOS compreende o desligamento do acolhimento não como uma ruptura, mas como uma transição que exige continuidade de cuidado, vínculos e suporte concreto. Nesse sentido, a instituição desenvolve estratégias próprias de apoio a jovens que já saíram do acolhimento, combinando metodologias educativas, profissionalização e acompanhamento psicossocial que ultrapassam os seis meses previstos por lei pós desligamento. É comum as mães-sociais manterem contatos com pessoas que passaram pelas casas, assim como os próprios jovens retornam o contato quando precisam de algum apoio de ordem emocional e material.

*“A gente funciona também como aquela organização que eles compre-*

*endem que podem dar uma mão. Porque volta e meia, o que essa gurizada faz? Vem aqui nos nossos serviços passar o dia, visitar, almoçar... Mas às vezes também trazem ‘Olha, eu estou desempregado, tô precisando, vou ser expulso lá do lugar onde eu estou porque eu não pago aluguel’. (...) E a gente diz, não, nós precisamos nesse momento de uma ação profissional. É para isso que a gente conta com a rede” – Profissional da Aldeias Infantis SOS.*

Uma importante iniciativa para o processo de autonomia é o projeto Casa de Oportunidades, que oferece atividades de autonomia a adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento institucional. Para as meninas-mães, a Casa de Oportu-

nidades da Aldeias Infantis SOS também conta com suporte para cuidado das crianças e dos bebês enquanto suas mães desenvolvem as atividades. Complementarmente, a organização implementa o programa internacional Youth-Can!, presente em diversos países da rede SOS. No Brasil, a partir do apoio de empresas parceiras, o projeto conecta adolescentes e jovens acolhidos ou que passaram por acolhimento a oportunidades de capacitação profissional, oficinas de habilidades para a vida, mentorias com profissionais voluntários e experiências no mundo do trabalho.

Outro destaque é o apoio à formação e fortalecimento do Instituto Vida Adiante (IVA), criado por jovens que passaram por acolhimento na SOS com o objetivo

de defender seus direitos, promover participação cidadã e atuar em rede com outras juventudes em situação de vulnerabilidade. A SOS fomenta e acompanha o instituto como um gesto de reconhecimento da potência dos desacolhidos e da importância de manter laços afetivos e institucionais duradouros, mesmo após o desligamento formal dos serviços.

Além dessas ações estruturadas, a SOS realiza acompanhamentos individuais com jovens desacolhidos, oferece bolsas e auxílios em situações emergenciais, e promove encontros regulares, escutas e articulações com outras políticas públicas. Essa abordagem reafirma o entendimento de que autonomia não é sinônimo de isolamento, e sim um processo construído em rede, com suporte, dignidade e continuidade no cuidado.

## Proteção contra a Violência:

A abordagem transversal da Aldeias Infantis SOS articula prevenção, resposta imediata a situações de risco, escuta qualificada e cuidado continuado. Nesse sentido, atua na proteção contra a violência em projetos de impacto individual, comunitário e sistêmico. Em âmbito individual, promove serviços que atuam diretamente com as crianças, adolescentes e suas famílias que sofreram algum tipo de violência ou se encontram em situação de vulnerabilidade, como as casas lares, o projeto de Família Acolhedora e demais serviços que atendem famílias inteiras. Já nos projetos de

impacto comunitário e sistêmico, atua em parcerias com governos municipais, estaduais e federal e com outras organizações e movimentos da sociedade civil.

*“Mas nós trabalhamos numa lógica do fortalecimento familiar de que isso não é uma obrigação da família, somente. Ela é nossa também. Então nós nos colocamos na tarefa de auxiliar na conquista e não aquela coisa de prescrever e ver se o outro entendeu, se o outro aderiu, se deu conta...” – Profissional da Aldeias Infantis SOS .*

Em posse de metodologias de trabalho que possuem sua qualidade reconhecida e constantemente avaliada a partir de pesquisas que sistematizam suas experiências, a Aldeias Infantis SOS corrobora com a qualificação dos serviços de atendimento infantil e familiar ao

disseminá-los abertamente para o público. Além disso, ao estabelecer parcerias com governos municipais e estaduais, a instituição contribui para processos de transição na gestão de serviços, com protocolos de desligamento ético, apoio às novas equipes e fornecendo capacitações.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ Núcleo SOS de Apoio à Família: serviços preventivos e intensivos de fortalecimento familiar, atendendo famílias em risco de perder o cuidado parental ou que precisam de suporte para a reintegração de crianças acolhidas.
- ✓ Casa de Oportunidades: destinadas a jovens em processo de desligamento do acolhimento institucional, que funcionam como ambientes de transição supervisionada, onde os jovens podem desenvolver autonomia com acompanhamento técnico, organização de rotinas, acesso a estudos, trabalho e apoio emocional.
- ✓ YouthCan!: oferece aos jovens e as famílias oportunidades de formação, empregabilidade, mentorias com profissionais e vivência no mundo do trabalho.
- ✓ Casa específica para meninas-mães: a partir de uma demanda municipal de Campinas, oferecem o serviço de acolhimento especial para esse público, evitando a separação compulsória dessas mães de seus filhos.
- ✓ Apoiar iniciativa de jovens que já saíram das casas-lares, como a contratação do Instituto Vidas Adiantes para serem consultores de projetos da instituição.
- ✓ Assistente de Desenvolvimento Familiar: oferece apoio contínuo aos profissionais das casas-lares em suas demandas, com espaços de escuta e buscando formações e parceiros externos que possam qualificar o atendimento.
- ✓ Com múltiplas frentes de projetos, a Aldeias Infantis SOS possui planos de formações específicos para seus profissionais atuarem de acordo com a metodologia institucional.
- ✓ Produção de conhecimento que avaliam o impacto das suas ações e dissemina o resultado dos seus achados e de outras pesquisas realizadas no âmbito da defesa infantojuvenil e da convivência familiar.
- ✓ Atuação técnica e propositiva de políticas públicas de prevenção à institucionalização e de combate à violência aos acolhidos, seus familiares e no pós-desacolhimento.

## Modelo Institucional e Histórico:

O Instituto Liberta é uma organização da sociedade civil fundada em 2017, pela iniciativa do empresário Elie Horn, como forma de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do Brasil, compreendendo que essa temática é amplamente ignorada no debate público e nas políticas públicas. Assim, a instituição opera por meio de campanhas, produção de conhecimento, advocacy e ações formativas, buscando gerar consciência coletiva sobre a gravidade e a dimensão desse crime no país. Nesse sentido, a estratégia do Liberta está baseada em três pilares principais: **(1)** campanhas de grande alcance para “furar a bolha” e sensibilizar públicos pouco familiarizados com o tema, como empresários, gestores públicos e cidadãos comuns; **(2)** produção e sistematização de dados com foco em impacto comunicacional, e não acadêmico, para orientar políticas públicas, a opinião pública e formar educadores; **(3)** atua-

ção política junto ao Congresso Nacional e outros espaços de formulação de políticas.

*“A primeira missão do Liberta é fazer o Brasil falar sobre violência sexual infantil” – Profissional do Instituto Liberta.*

Nesse contexto, o Instituto teve papel relevante, por exemplo, na proposição de projeto de lei que exige que boletins de ocorrência indiquem se a denúncia partiu da escola — uma forma de reforçar o papel das instituições educacionais como espaço de proteção. Também tem se posicionado fortemente contra projetos como o home-schooling, de educação familiar, que enfraquecem o papel da escola na identificação de situações de violência.

*“A gente propôs uma lei (...), que é a obrigatoriedade de os boletins de ocorrência constarem quando a denúncia vem por parte da escola. (...) Porque a escola no Brasil não é só um espaço de conteúdo,*

*mas de proteção superimportante” – Profissional do Instituto Liberta.*

A pressão social também é baseada em evidências, em que além de divulgar os dados, o Instituto Liberta também realiza análises anuais dos dados de violência sexual a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, contribuindo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Entre projetos que desenvolveu há o Papo Liberta, com rodas de conversa com professores da rede pública, e o programa Está na Hora, voltado para a escuta de adolescentes sobre experiências e percepções da violência sexual. Desenvolveu também materiais didáticos, como a coleção de fascículos de prevenção à violência sexual voltados para crianças de 0 a 10 anos e seus educadores, em parceria com o Google.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

Diferentemente de organizações que operam na ponta do atendimento, o Instituto Liberta estrutura sua atuação a partir da comunicação estratégica, da produção e análise de dados e da incidência política, contribuindo para uma mudança cultural e institucional no modo como a sociedade brasileira reconhece, debate e responde a essa forma de violência. Sua prática de cuidado é, portanto, sistêmica e indireta, inserindo-se em uma lógica de corresponsabilidade institucional e promovendo os direitos previstos no ECA e na LOAS.

*“A gente faz isso não atendendo vítimas, mas por meio de produção de dados, análise de dados, campanhas de conscientização” – Profissional do Instituto Liberta.*

Apesar de terem sido programas pontuais, o Papo Liberta e o Está na Hora, com conversas sobre violência sexual com professores da rede pública e com ado-

lescentes, respectivamente, são exemplos de programas do instituto que promovem a escuta ativa e respeitosa das vivências cotidianas. Ao atuar no ambiente escolar e com adolescentes, o Liberta também consegue compreender melhor como essas temáticas aparecem nesse espaço, fortalecendo ainda a escola como um espaço de proteção.

*“Muito do que a gente aprendeu sobre violência sexual no começo do Liberta veio a partir do Papo Liberta, com coisas que os professores traziam pra gente. (...) A gente aprendeu muito a partir da fala dos jovens” – Profissional do Instituto Liberta.*

Nesse sentido, o Instituto Liberta também atua na formação de educadores, com foco em prevenção e identificação da violência sexual. A produção de materiais didáticos para educadores de crianças de até 10 anos de idade representa uma forma criativa e qualificada de multiplicar saberes e sensibilizar agentes da rede de proteção.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O Instituto mantém uma atuação estratégica na articulação com redes de proteção, sistema de garantia de direitos e instâncias de advocacy. Integra a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, ao lado de instituições como a Fundação José Luiz Egydio Setúbal, o Instituto Alana e a Childhood Brasil. Também compõe um Comitê do Ministério da Justiça sobre verificação etária no ambiente digital, evidenciando sua atuação em questões emergentes, como a influência da pornografia e do ambiente online na violência sexual contra crianças.

O Instituto Liberta também atua como referência técnica e comunicacional para o SGD. Ainda que não produza pareceres técnicos no sentido tradicional

(como laudos periciais ou pareceres jurídicos), suas análises de dados e campanhas orientam decisões públicas e influenciam agendas institucionais. Nesse sentido, a produção de propostas legislativas e a formulação de demandas junto ao Congresso Nacional compõem um dos eixos centrais da atuação da instituição.

*“Com diagnóstico errado, você cria política pública errada. Então, é preciso ajudar a construir o diagnóstico certo” – Profissional do Instituto Liberta.*

Assim, o Instituto Liberta atua como articulador, sensibilizador e formador de opinião, construindo pontes entre a sociedade civil, o poder público e a mídia, reforçando a importância da prevenção e do reconhecimento da violência sexual como uma questão coletiva.

## Proteção contra a Violência:

O Instituto Liberta parte do pressuposto de que a violência sexual contra crianças e adolescentes é sistematicamente invisibilizada, tanto no discurso público quanto nas estatísticas oficiais, e que essa invisibilidade impede o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Assim, a principal estratégia do Liberta é a prevenção da violência sexual por meio da comunicação e da mobilização social, com foco na criação de “desconforto coletivo” e na geração de demanda por políticas públicas.






*“A gente não faz atendimento direto, mas atua com campanhas amplas, tentando furar a bolha. (...) É preciso criar desconforto social para que haja pressão por políticas públicas” – Profissional do Instituto Liberta.*

A atuação do Liberta inclui campanhas de grande alcance – como marchinhas de carnaval sobre a temática entre outras campanhas de divulgação midiática –, produção de materiais educativos e parcerias com governos para difusão de materiais em escolas

Assim, ao fomentar o debate público e oferecer ferramentas educativas, o Instituto busca fortalecer tanto a prevenção quanto o enfrentamento, contri-

buindo para que a sociedade e os órgãos competentes atuem de maneira mais efetiva na proteção da infância.

## Programas ou Serviços em Destaque:

-  Papo Liberta: Rodas de conversa formativas voltadas para profissionais da educação, assistência social e demais agentes da rede de proteção, com foco na conscientização e no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.
-  #TáNaHora: Programa de oficinas direcionadas a estudantes do ensino fundamental e médio, que participam de uma imersão sobre o tema da violência sexual e, ao final, desenvolvem campanhas de conscientização voltadas para suas próprias comunidades.
-  Produção e disseminação de conhecimento, como a condução de pesquisas de grande escala — como os levantamentos realizados em parceria com o Datafolha —, a utilização de dados oficiais para construir o diagnóstico sobre a temática da violência sexual, além da produção de artigos científicos, podcasts, publicações em jornais e participação em seminários e cursos.
-  A organização investe fortemente em campanhas de comunicação de grande alcance, com foco na sensibilização da sociedade e na incidência para a formulação e efetivação de políticas públicas.
-  Advocacy: Participando da rede de proteção infantil e com forte base técnica, influencia a formulação de leis e políticas públicas a partir de dados e da pressão social.

# Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)



## Modelo Institucional e Histórico:

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)<sup>7</sup> é uma política pública estruturante vinculada à Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) do Ceará. Criado em 2014, no âmbito do programa Mais Infância Ceará, o PADIN atua com foco na primeira infância, especialmente entre crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, que estão fora da rede escolar e em situação de vulnerabilidade social. Seu objetivo é fortalecer vínculos familiares, prevenir situações de negligência e promover o desenvolvimento integral infantil por meio de ações educativas domiciliares. Nesse sentido, busca formar as competências familiares necessárias para garantir o bem-estar físico, emocional, social e cultural, a linguagem, o desenvolvimento cognitivo e as habilidades de comunicação das crianças da

casa. O programa está presente em mais de 48 municípios cearenses.

Sua institucionalidade se ancora na estrutura do Estado, integrando a política educacional e se articulando com a rede de proteção social. Não se trata, portanto, de um programa executado por organizações da sociedade civil ou por organizações não governamentais (ONGs), mas de um programa público diretamente gerido pelo governo estadual, com metodologias, formação continuada e supervisão pedagógica sistematizadas pela SEDUC e suas coordenadorias regionais.

O PADIN teve origem em um contexto de mobilização pela valorização da primeira infância, em especial a partir dos avanços legislativos e normativos que reconhecem os primeiros anos de vida como decisivos

---

<sup>7</sup> O PADIN, único programa público desse relatório, também foi o único em que não houve a etapa da entrevista. Sua análise é exclusiva dos documentos disponíveis pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

para o desenvolvimento humano. Alinha-se ao ECA, ao LOAS, ao Marco Legal da Primeira Infância, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, mais recentemente, à Lei nº 14.826/2024, que institui a parentalidade positiva como dever do Estado e destaca o direito ao brincar como estratégia de prevenção à violência contra crianças.

O modelo de atuação do PADIN baseia-se em três pilares fundamentais: as visitas domiciliares, os encontros comunitários e a formação continuada das supervisoras e agentes de desenvolvimento infantil (ADIs). Os ADIs são os responsáveis pela

execução cotidiana das atividades do programa, realizando visitas semanais às famílias. Já os supervisores são profissionais da educação que exercem papel estratégico de coordenação pedagógica e técnica do trabalho das ADIs, acompanhando e garantindo a qualidade e a coerência metodológica das ações. Também são esses profissionais que facilitam a formação continuada das ADIs, fazem a articulação intersetorial com a saúde, a educação e a assistência social, principalmente em casos de risco ou negligência identificados, e fazem o monitoramento de indicadores que promove uma análise crítica e a devolutiva do atendimento.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

As visitas domiciliares, eixo estruturante do PADIN, representam uma estratégia singular de cuidado centrado na família. Nelas, os ADIs estabelecem vínculos com os cuidadores, oferecendo orientação sobre práticas de cuidado, brincadeiras e estímulos ao desenvolvimento, sempre de forma respeitosa e adaptada à realidade de cada família. Como mostram os materiais de apoio desenvolvidos pela equipe da Coordenadoria de Educação e Promoção Social (COEPS), o brincar na natureza, por exemplo, é trabalhado como prática pedagógica e estratégia de conexão familiar.

A metodologia do PADIN parte do reconhecimento de que o cuidado, mais do que um ato técnico ou instrumental, é uma prática relacional, promotora de

vínculo, de autonomia progressiva e de protagonismo infantil e familiar. Nesse sentido, o protagonismo das famílias é ativado por meio do reconhecimento das capacidades e do incentivo a autonomia, que são estimulados pelas ADIs em atividades que propõe reflexões sobre as próprias experiências dos familiares. O atendimento também é feito de maneira individualizada, com acompanhamento contínuo da criança e de sua família, com definição de metas, avaliação de marcos do desenvolvimento e registro de avanços e dificuldades. A presença regular das ADIs nas casas permite uma leitura atenta dos conflitos familiares, oferecendo suporte emocional, encaminhamentos à rede de proteção (quando necessário) e estratégias educativas baseadas na não violência. A rotina das visitas — semanais, com obje-

tivos definidos e temáticas formativas — promove estabilidade, previsibilidade e vínculos duradouros.

Para atender as famílias com a sensibilidade e técnica necessária, as supervisoras e as ADIs participam regularmente de formações temáticas que articulam conteúdo da Agenda 2030, marcos legais da infância e estudos do desenvolvimento infantil à prática cotidiana. As formações são voltadas para os temas de Cuidados e Proteção, Sentimentos e Emoções, Comunicação Assertiva, Bem-estar Social

e Emocional, Direitos e Deveres da criança, Arte e Expressão e Afetividade, compondo um repertório teórico-prático que sustenta o cuidado em suas múltiplas dimensões. Ainda que não adote abordagens terapêuticas clínicas, em sentido estrito, o programa articula ações psicossociais em suas práticas educativas, orientadas por temáticas como vínculo afetivo, parentalidade positiva, direito ao brincar, sustentabilidade e desenvolvimento infantil, promovendo uma escuta sensível às experiências de violência, negligência e desigualdade que marcam a trajetória de muitas das famílias atendidas.

### Agenda 2030

A Agenda 2030 é um compromisso global adotado por todos os países membros da ONU em 2015, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover paz e prosperidade até 2030.

A Agenda reconhece que nenhum progresso será sustentável se os direitos das crianças não forem plenamente garantidos. Muitos dos ODS tratam de questões diretamente ligadas ao bem-estar, à proteção e ao desenvolvimento infantil.

### Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O PADIN é uma política pública executada em articulação direta com as Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, contando ainda com apoio das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) e com o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Educação Infantil.

No plano cotidiano, a atuação direta junto às famílias permite que as ADIs e supervisoras identifiquem situações de negligência, violência ou vulnerabilidade, sendo orientadas a acionar as instâncias competentes. O material instrucional recomenda que os profissionais do PADIN estabeleçam contato com os Conselhos Tutelares, CRAS e CREAS em casos de identificação de violações de direitos.

## Proteção contra a Violência:

O PADIN atua no âmbito preventivo por meio de visitas domiciliares e apoio à parentalidade de forma educativa, especialmente nos temas de escuta, cuidado, afeto e segurança emocional. Nessa abordagem, o programa assume um papel central na identificação precoce de situações de risco e na ativação de dispositivos da rede de proteção.

A presença regular das ADIs nos lares das famílias atendidas constitui o principal canal de escuta qualificada do programa. Formadas para atuar com sensibilidade, escuta ativa e respeito à cultura familiar, as ADIs estabelecem relações de confiança que possibilitam o compartilhamento de experiências, dificuldades e, por vezes, relatos de violência ou omissão. Ainda que não se configurem como agentes de

denúncia formal, sua atuação cotidiana permite mapear fragilidades e acionar, quando necessário, os Conselhos Tutelares, CRAS ou CREAS. Também compreendendo as famílias como parte formativa do cuidado, a orientação sobre o direito ao brincar, a escuta da criança, a construção de rotinas seguras e a valorização da afetividade são práticas cotidianas que enfrentam, de forma estrutural, os efeitos da negligência, da violência simbólica e do abandono institucional.

O recorte de atuação do programa - famílias em extrema pobreza, ou em comunidades indígenas, quilombolas e zonas rurais desassistidas - também reconhece o cuidado como uma prática política, em que considera que proteger uma criança implica necessariamente atentar-se aos contextos de opressão, pobreza e exclusão em que sua família vive.

## Programas ou Serviços em Destaque:

- ✓ Visitas domiciliares e encontros coletivos com famílias, promovendo oficinas temáticas e mobilizações comunitárias voltadas à valorização da primeira infância.
- ✓ Sistema Informatizado: monitoramento contínuo das metas de cada família, com rastreamento de fatores de riscos para violência, garantindo uma resposta institucional estruturada.
- ✓ Atuação municipalizada, adaptada ao contexto local, o que favorece ações territorializadas e integração com os serviços locais de proteção infantil.
- ✓ A formação estruturada dos supervisores e ADIs confere ao programa capacidade técnica, com padronização metodológica e escalabilidade sustentável.
- ✓ Publicação periódica de cadernos para supervisores e ADIs, que fornece base técnica e pedagógica contínua para atuação em campo.
- ✓ Publicação online e gratuita dos cadernos formativos, dos supervisores e ADIs, para que possam servir de inspiração e referência para outras iniciativas.



Fundação José Luiz Setúbal



## Modelo Institucional e Histórico:

A Fundação José Luiz Setúbal (FJLS) é um grupo composto por três Instituições próprias, o Sabará Hospital Infantil, especializado no atendimento pediátrico; o Instituto Pensi, centro de pesquisa e ensino; e o Infinis, frente de filantropia e advocacy. Essas Instituições têm um objetivo em comum: transformar o cenário da saúde infantojuvenil no Brasil.

Por meio da experiência acumulada nos atendimentos do Sabará, verificou-se a recorrência de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes e identificou-se a possibilidade de atuação, tanto para o entendimento do fenômeno, que

apresenta grandes desafios para obtenção de dados qualificados, quanto para o enfrentamento às variadas formas de violências.

Assim, uma das estratégias adotadas foi atuar em advocacy para colaborar com o fortalecimento e efetividade das políticas públicas e promover influência e mobilização da sociedade em relação ao cuidado com as suas crianças e adolescentes. Como consequência, em 2021, realizou-se o 1º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância. Uma trajetória de importantes parcerias se iniciava. A Fundação José Luiz Setúbal aderiu ao Global Partnership to End Violence Against Children por meio da Coalizão

Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, onde participa da coordenação colegiada e da liderança na frente de Incidência; firmou parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que resultou na elaboração de um recorte inédito sobre violência contra crianças em 12 estados brasileiros, com tipificações detalhadas que ampliaram a compreensão do fenômeno, e começou a investir na produção de conhecimento e materiais que ajudam a identificar violações de direitos.

Atualmente, o Instituto Infnis trabalha com a frente de advocacy da Fundação, além de fomentar estudos e incidir em territórios de alta vulnerabilidade social para criar condições que favoreçam o pleno desenvolvimento infantil.

O Instituto Pensi, por meio do departamento de pesquisa, produz e dissemina conhecimento científico com foco na infância, contribuindo com a tomada de decisão da Fundação e de outras instituições que buscam promover uma infância saudável. O Pensi participa do projeto EI-3 (Impactos de Intervenções sobre a Institucionalização Precoce), em parceria com a ONG LALEC e a Associação Beneficente Santa Fé, que realiza um estudo internacional, coordenado por três universidades americanas, para documentar e comparar os impactos no desenvolvimento de crianças de zero a dois anos que se encontram em acolhimento institucional e em acolhimento familiar aprimorados (Família Acolhedora). O projeto visa fornecer diretrizes

baseadas em evidências em nível global para atuação de governos, instituições privadas e da sociedade.

Já no Sabará Hospital Infantil, uma estratégia inovadora de prevenção e enfrentamento à violência foi a criação do NACRI (Núcleo de Atendimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco). O Núcleo é composto por Médica coordenadora, Assistente Social, Psicóloga e define um protocolo institucional protetivo, de forma que toda criança que é atendida no hospital ou no centro de excelência e que apresente algum critério de vulnerabilidade, pode ser inserida no núcleo. Caso haja suspeita de maus-tratos, abuso, negligência, quadros psiquiátricos como depressão grave e transtornos alimentares, traumatismos graves, entre outras formas de violência ou de privação dos direitos da criança ou adolescente, um formulário próprio é preenchido, gerando o alerta NACRI.

Com as informações detalhadas e avaliações da equipe multidisciplinar, a equipe NACRI discute o caso e define a necessidade ou não de intervenção. No caso de transtornos psicológicos, a equipe de psicologia é acionada para uma avaliação da criança ou adolescente, bem como uma conversa com o responsável para a melhor compreensão do contexto e para a definição da estratégia de atuação. Em alguns casos é necessário algum tipo de notificação, como registro do SINAN, acionamento do Conselho Tutelar, CREAS ou notificação a instâncias maiores para garantir a proteção e os direitos básicos da criança.

## Metodologias e Práticas de Cuidado:

A Fundação José Luiz Setúbal visa proteger a infância e garantir um futuro saudável às crianças e adolescentes.

Cada instituição segue uma metodologia de cuidado. O Infnis trabalha com advocacy, financiamento de pesquisas para gerar evidências que sustentem tomadas de decisão e com interven-

ções territoriais, seja por iniciativa própria ou por meio de parceiros, fortalecendo organizações sociais para que elas ampliem e qualifiquem suas ações de enfrentamento às diversas formas de violência infantojuvenil. O NACRI trabalha com a identificação de casos de violência e a notificação aos órgãos competentes. Já o Instituto Pensi atua na prevenção, através de pesquisas no campo da saúde e da proteção infantil.

## Relação com Sistema de Justiça e Redes:

O Infnis promove o Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância, atua com incidência em políticas públicas e fomenta a produção de diagnósticos, indicadores e análises técnicas que podem orientar a tomada de decisão de gestores públicos, privados e do terceiro setor. O NACRI articula-se com o Conselho Tutelar, o CREAS e à Vara da Infân-

cia e Juventude. O Instituto Pensi, por sua vez, trabalha em estreita colaboração com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e com as equipes da Vara da Infância e da Juventude no projeto EI-3.

Dessa forma, a FJLS se posiciona como um elo entre pesquisa, sociedade civil e poder público, contribuindo para fortalecer decisões com base em evidências.

## Proteção contra a Violência:

A Fundação José Luiz Setúbal atua na proteção contra a violência infantil a partir de uma estratégia que combina ações de prevenção e de resposta.

No campo da prevenção, investe em estudos, pesquisas e produção de evidências, em sensibilização e mobilização da sociedade, e em intervenções

de territórios para transformar contextos de alta vulnerabilidade social em ambientes mais seguros e saudáveis. Investe-se ainda em protocolos institucionais para avaliar a vulnerabilidade e risco de violência em crianças atendidas pelo Sabará Hospital Infantil. No âmbito da resposta, identifica e direciona casos de possíveis violações dos direitos das crianças e adolescentes para intervenções junto à rede socioassistencial.

## Programas ou Serviços de destaque

- ✓ Atuação em advocacy e mobilização social.
- ✓ Investimento em pesquisa, diagnósticos, indicadores e materiais.
- ✓ Apoio estratégico a organizações que atuam na prevenção e combate a violências, como Serenas, Vital Strategies e D3Z.
- ✓ Participação no projeto EI-3: estudo que compara o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional e em acolhimento familiar.
- ✓ Identificação, no contexto hospitalar, de crianças em situação de risco através do NACRI e encaminhamento de casos para o SGD.

## Matriz Comparativa Preliminar

Instituição	Modelo Institucional e Histórico	Metodologias e Práticas de Cuidado	Relação com o Sistema de Justiça e Redes	Pós-Desacolhimento e Autonomia	Proteção contra a Violência	Programas ou Serviços em Destaque
<b>Santa Fé</b>	OSC com serviço de acolhimento institucional, prevenção e pós-desacolhimento	Assembleias, educador-tutor, escuta qualificada, olhar individualizado, trabalho multidisciplinar, práticas não punitivistas, ambiente democrático, plano de maternagem, supervisão interna, parcerias privadas	Presença ativa no SGD, com influência em decisões e busca por tipificação da casa de meninas- mães	Acompanhamento educativo, emocional, habitacional e de renda	Práticas não punitivistas, proteção da maternagem, apoio pós-desacolhimento	Casa Vovó Ilza, com trabalho específico da maternagem e para os bebês, Família Acolhedora, Construindo Pontes, com pós-Desacolhimento, reintegração de desacolhido no quadro de funcionários e suporte por tempo ilimitado
<b>Semente Viva</b>	OSC com modelo próprio de acolhimento	Sociologia da Infância, neurofeedback, escuta qualificada, apadrinhamento de serviços, apadrinhamento afetivos, rituais simbólicos de transição	Diálogo crítico com decisões do Judiciário, rede de saúde e adoção. Participa do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF) e do Fórum das Instituições de Acolhimento de Florianópolis (FINAF)	Contato espontâneo pós-desacolhimento	Cuidado como reparação afetiva e reconstrução subjetiva pós-trauma	Apadrinhamento afetivo, rituais de transição, escuta qualificada, assistência e apoio a mulheres imigrantes
<b>Casa da Criança (Santo Amaro)</b>	OSC com serviço de acolhimento e contraturno escolar com articulação comunitária	Voluntariado corporativo, oficina de projeto de vida, psicoterapia, articulação territorial preventiva	Presença ativa no SGD e fóruns, parcerias com escolas e empresas privadas	Construtores do Amanhã com fortalecimento da cidadania e empregabilidade	Fortalecimento de vínculos, acompanhamento individualizado, blog informativo	Projeto Construtores do Amanhã, atuação ético-afetiva, monitoramento dos resultados de acolhimento

Instituição	Modelo Institucional e Histórico	Metodologias e Práticas de Cuidado	Relação com o Sistema de Justiça e Redes	Pós-Desacolhimento e Autonomia	Proteção contra a Violência	Programas ou Serviços em Destaque
<b>Childhood Brasil</b>	OSC internacional com atuação no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e na construção de políticas públicas de prevenção e escuta protegida	Protocolos de escuta protegida, formação de redes, advocacy, centro de atendimentos integrados	Atuação com MPF, CNJ e organizações internacionais, qualificação técnica e ética do SGD, participa da Coalizão Brasileira pelo Fim das Violências Contra Crianças e Adolescentes, do Pacto Nacional pela Primeira Infância e da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes		Lei da Escuta Protegida, Centro de Atendimentos Integrados, formações de redes socio-assistenciais, campanhas públicas, produção de conteúdos técnico-pedagógicos	Programas Na Mão Certa, Turismo Sustentável e Infância, Grandes Empreendimentos
<b>Instituto C</b>	OSC com projetos de Proteção Social Básica voltada ao fortalecimento familiar em situação de vulnerabilidade e de saúde	Triagem diagnóstica, metas familiares, apoio individual e em grupo, fortalecimento de vínculos sociais e comunitários entre as famílias, reflexão e consciência de seus direitos e como acessá-los.	Encaminhamento para os serviços de proteção especial que complementam a proteção social básica oferecida		Abordagem preventiva, tendo a família como elemento central no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	Plano de autonomia familiar, sistema de monitoramento, atendimento em saúde, parentalidade, acompanhamento individual familiar, reforço escolar e terapia em grupo para crianças
<b>Instituto Fazendo História</b>	OSC nacional focada em formação técnica e metodologia replicável de Família Acolhedora, projetos de qualificação do acolhimento e pós-desacolhimento	Atuação em prol da não institucionalização, promoção de vínculos duradouros, trabalho com literatura e construção de narrativas	Atuação em redes, conselhos, comissões; influência sobre políticas públicas	Grupo Nós, com plano de autonomia para jovens que passaram pelo acolhimento	Enfrentamento das violências institucionais e emocionais com foco em vínculos e autoestima	Grupo Nós, Família Acolhedora, Fazendo Minha História; consultorias, advocacy e produção e disseminação de conhecimento

Instituição	Modelo Institucional e Histórico	Metodologias e Práticas de Cuidado	Relação com o Sistema de Justiça e Redes	Pós-Desacolhimento e Autonomia	Proteção contra a Violência	Programas ou Serviços em Destaque
<b>Lar Casa Bela</b>	OSC que migrou do serviço de Casa-Lar para modelo de Família Acolhedora	Seleção e formação contínua de famílias acolhedoras, supervisão técnica, mediação de brincadeiras e escuta pelo orientador social, rituais de passagem para o acolhimento e desacolhimento	Apoio e diálogo direto com o SGD e o sistema judiciário e serviços de proteção local		Prevenção à negligência por meio de vínculos afetivos, formação técnica e apoio às famílias	Transições acompanhadas, materiais de sensibilização, monitoramento dos dados do serviço, acompanhamento individualizado, cuidado com a equipe
<b>Lar Santa Mônica</b>	Associação religiosa com Casa-Lar, especializado em meninas vítimas de violência sexual	Equipe multidisciplinar exclusivamente feminina, foco em atividades educativas, assistência médica e saúde mental	Referência local na Vara da Infância para vítimas de abuso	Projeto ir ao Encontro com capacitação profissional e promoção de empregabilidade a partir dos 14 anos	Combate à revitimização de vítimas de violência sexual, com acolhimento por equipe exclusivamente feminina	Projeto Aprendendo e Ensi- nando, Comendo Certo, Projeto Vida Acolhida, Projeto Viva Melhor e Projeto Ir ao Encontro
<b>MOCA</b>	OSC com SAICA e múltiplos serviços em rede de assistência social básica e de assistência social especial de média e alta complexidade, com forte atuação territorial	Escuta ativa, acolhimento, acompanhamento individualizado, priorização da autonomia dos sujeitos atendidos e vinculação comunitária. CCA, CDI, SASF, República para Adultos, Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ) entre outros serviços	Presença ativa no SGD; participação na Conferência Lúdica da Assistência, mediação de fluxos complexos de acolhimento	Atividades voltadas para a autonomia, como projetos de vida e inserção no mercado de trabalho	Atuação em prevenção, proteção, inclusão e promoção da melhoria de vida da população, com prioridade para a infância e adolescência em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social	Álbum de memórias, integração com a comunidade e o território, oferta de múltiplos serviços de prevenção e proteção social

Instituição	Modelo Institucional e Histórico	Metodologias e Práticas de Cuidado	Relação com o Sistema de Justiça e Redes	Pós-Desacolhimento e Autonomia	Proteção contra a Violência	Programas ou Serviços em Destaque
<b>Ficar de Bem</b>	OSC com Casa de Acolhimento e Casa de Passagem. Serviços de alta complexidade com atuação preventiva e comunitária	Educação Positiva, Política de Proteção Interna (PPI), liberdade responsável, valorização do diálogo, apadrinhamento afetivo, formações continuadas	Presença ativa no SGD e em articulações locais, projeto Acolhendo o Futuro viabilizado pelo Ministério Público do município de São Bernardo do Campo	Desacolhimento gradual e assistido; inserção profissional, moradia assistida e apoio emocional	Casa de Passagem, serviço especializado de abordagem social de criança e adulto (SEAS), cursos em escolas e comunidades	Casa de Passagem, Residência Inclusiva, atendimento ao agressor para rompimento do ciclo de violência, serviço de convivência, atendimento a mulheres, gestão de unidades do Bom Prato
<b>Aldeias Infantis SOS</b>	OSC internacional com foco em acolhimento infantil em Casa Lar, acolhimento familiar e de meninas gestantes; advocacy; trabalho com refugiados em situação de emergência	Oito dimensões de cuidado: moradia, parentalidade, saúde, educação, documentação, geração de renda e trabalho, vínculos comunitários, e proteção	Forte atuação em conselhos e fóruns, produção de pareceres técnicos. Participa do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e do CONANDA	Transição assistida com apoio à autonomia e projetos de vida. República Jovem, Casa de Oportunidades, Youth Can!	Prevenção do rompimento de vínculos e fortalecimento familiar e comunitário, atenção à maternagem, fluxo de resposta e cuidado com acolhimento, e advocacy para qualificar políticas protetivas	Família Acolhedora, acolhimento de meninas gestantes e acolhimento familiar, Casa de Oportunidades, YouthCan!, atendimento a imigrantes, formações para seus profissionais, produção e disseminação de conhecimento
<b>PADIN Ceará</b>	Política pública estadual articulada ao programa Mais Infância Ceará	Visitas domiciliares, encontros coletivos, mobilização comunitária e formação continuada das supervisoras e agentes de desenvolvimento infantil	Política em articulação com as Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, com apoio das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) e com o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Educação Infantil		Prevenção primária com visitas domiciliares e apoio à parentalidade com conteúdos temáticos. Permite mapear fragilidades e acionar, quando necessário, os Conselhos Tutelares, CRAS ou CREAS	Atuação individualizada e comunitária, formação técnica com escalabilidade, sistema com rastreamento de fatores de risco para violência

Instituição	Modelo Institucional e Histórico	Metodologias e Práticas de Cuidado	Relação com o Sistema de Justiça e Redes	Pós-Desacolhimento e Autonomia	Proteção contra a Violência	Programas ou Serviços em Destaque
<b>Instituto Liberta</b>	OSC nacional de atuação em advocacy e campanhas de conscientização a respeito da violência sexual infantil	Advocacy, produção e disseminação de conhecimento, campanhas de conscientização	Atuação em redes, conselhos, comissões; influência sobre políticas públicas		Prevenção a partir da conscientização da sociedade e dos poderes públicos e privados a respeito da violência sexual infantil	Papo Liberta; #TáNaHora; produção de pesquisas; campanhas
<b>Fundação José Luiz Setúbal</b>	OSC nacional, composta por três instituições que complementam a atuação de cuidado e proteção à infância através de advocacy, pesquisas e cuidado médico e assistencial	Advocacy, pesquisas, estudos científicos, apoio técnico e financeiro a organizações que atuam no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, identificação de riscos e respostas protetivas	Articulação com o Sistema de Justiça e a rede socioassistencial. Integra a coordenação colegiada da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes		Pesquisa, mobilização social, intervenções territoriais, fortalecimento da rede de proteção e qualificação das políticas públicas	Fórum de Políticas Públicas de Saúde na Infância; NACRI; participação no Projeto EI-3; Programa Saúde na Infância; Programa Comunidades Saudáveis

# Agrupamento Estratégico das Instituições

A diversidade das instituições analisadas neste benchmark revela diferentes funções no ecossistema de proteção da infância e adolescência no Brasil. Para além da análise ética e relacional, também é possível organizar as instituições a partir de uma perspectiva mais funcional e pragmática, considerando o tipo de intervenção, o público prioritário e o papel institucional dentro da rede de cuidado e proteção.

Este agrupamento não pretende hierarquizar ou simplificar a riqueza das experiências, mas sim evidenciar suas sinergias, complementariedades e potenciais de troca e cooperação, tornando o mapeamento mais útil para gestores públicos, conselhos, financiadores e organizações que buscam referências operacionais e parcerias complementares.

## Grupos Estratégicos:

### GRUPO 1 – Prevenção Familiar e Comunitária

- ▶ **Instituições:** PADIN, Instituto C, Childhood Brasil, Aldeias Infantis SOS Brasil, MOCA, Ficar de Bem, Casa da Criança e do Adolescente, Fundação José Luiz Setúbal.
- ▶ **Foco:** Atuação junto a famílias e comunidades em risco, com o objetivo de evitar a institucionalização de crianças e prevenir casos de violência e negligência.
- ▶ **Função estratégica:** Reduzem vulnerabilidades por meio de visita domiciliar, planos familiares, parentalidade positiva, campanhas de conscientização, pesquisas, serviços de prevenção, com atividades comunitárias e articulação em rede territorial.

### GRUPO 2 – Serviços de Acolhimento Direto

- ▶ **Instituições:** Semente Viva, Lar Santa Mônica, Lar Casa Bela, Casa da Criança e do Adolescente, Instituto Fazendo História, Santa Fé, Aldeias Infantis SOS Brasil, MOCA, Ficar de Bem.
- ▶ **Foco:** Acolhimento institucional ou familiar com foco na escuta, no vínculo e na proteção integral.
- ▶ **Função estratégica:** Executam serviços diretos de acolhimento com metodologias que priorizam estabilidade emocional, segurança e desenvolvimento humano.

### GRUPO 3 – Atenção à Autonomia e Pós-Desacolhimento

- ▶ **Instituições:** Santa Fé (Construindo Pontes), Instituto Fazendo História (Grupo Nós), Aldeias Infantis SOS Brasil, Ficar de Bem.
- ▶ **Foco:** Apoio à transição para a vida adulta e acompanhamento de desacolhidos.
- ▶ **Função estratégica:** Garantem continuidade do cuidado após o desligamento formal, com mentorias, moradias assistidas e suporte educacional e afetivo.

### GRUPO 4 – Advocacy, Metodologia e Incidência

- ▶ **Instituições:** Childhood Brasil, Instituto Fazendo História, Aldeias Infantis SOS Brasil, Instituto Liberta, PADIN, Fundação José Luiz Setúbal.
- ▶ **Foco:** Influência em políticas públicas, desenvolvimento de metodologias próprias, formação da rede e articulação nacional.
- ▶ **Função estratégica:** Produzem conhecimento técnico, formam agentes do SGD e fortalecem políticas públicas por meio de evidências e metodologias.

### GRUPO 5 – Proteção à Maternidade Precoce

- ▶ **Instituições:** Santa Fé (Casa Vovó Ilza), Aldeias Infantis SOS Brasil.
- ▶ **Foco:** Acolhimento de meninas mães com seus bebês, com cuidado integral e planejamento da maternidade como projeto de vida.
- ▶ **Função estratégica:** Rompem com modelos tradicionais de abrigo ao reconhecer o binômio mãe- bebê como núcleo de cuidado, propondo nova tipificação e atenção especializada.

A classificação das catorze experiências em cinco grupos funcionais traduz o ciclo completo de proteção integral previsto pelo ECA: **Prevenir (Grupo 1) → Acolher (Grupo 2) → Sustentar a autonomia (Grupo 3) → Influenciar políticas (Grupo 4) → Oferecer resposta especializada a públicos de alta vulnerabilidade (Grupo 5).**

- ▶ **Coerência sistêmica** — Cada grupo resolve um “ponto de estrangulamento” distinto da rede: prevenir a ruptura familiar, qualificar o acolhimento, evitar o retorno à vulnerabilidade, produzir normas e dar resposta a casos extremos.
- ▶ **Visão panorâmica de lacunas** — O quadro e as entrevistas também revelam onde há déficit (pós-desacolhimento e maternagem protegida), orientando investimentos públicos e privados.
- ▶ **Complementaridade operacional** — Instituições de grupos diferentes podem firmar acordos de cooperação sem sobrepor competências (ex. Ficar de Bem fortalece as famílias, Santa Fé acolhe, IFH acompanha desacolhidos, Childhood forma a rede).

Em síntese, o agrupamento funciona como **mapa estratégico**: aponta quem faz o quê, destaca sinergias possíveis e explicita onde políticas públicas carecem de reforço. Ao alinhar práticas concretas aos grandes marcos legais (ECA · LOAS · Lei 13.431), ele oferece um roteiro objetivo para ampliar impacto coletivo e qualificar a resposta brasileira à violência contra crianças, adolescentes e meninas-mães.

## Tabela consolidadora dos grupos estratégicos

#	Grupo Estratégico	Foco Institucional (ideia-força)	Instituições	Diferencial / Boas Práticas-âncora
1	<b>Prevenção Familiar e Comunitária</b>	Evitar institucionalização; Fortalecer vínculos parentais e redes territoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ PADIN</li> <li>▶ Instituto C</li> <li>▶ Childhood</li> <li>▶ Aldeias Infantis SOS</li> <li>▶ MOCA</li> <li>▶ Ficar de Bem</li> <li>▶ FJLS</li> <li>▶ Casa da Criança e do Adolescente</li> </ul>	Visitação domiciliar; Planos familiares de autonomia; Trilhas de parentalidade; Serviços e atividades comunitárias; Diagnóstico e acompanhamento de vulnerabilidades e situações de risco
2	<b>Serviços de Acolhimento Direto</b>	Acolher com vínculo, escuta ativa e preparação para autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Semente Viva</li> <li>▶ Lar Santa Mônica</li> <li>▶ Lar Casa Bela</li> <li>▶ Casa da Criança e do Adolescente</li> <li>▶ Santa Fé</li> <li>▶ Instituto Fazendo História</li> <li>▶ Aldeias Infantis SOS</li> <li>▶ MOCA</li> <li>▶ Ficar de Bem</li> </ul>	Acolhimento institucional e familiar; Rotina doméstica participativa; Educador-tutor
3	<b>Atenção à Autonomia e Pós-Acolhimento</b>	Acompanhar jovens desacolhidos; Apoiar moradia, estudo e trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Santa Fé (Construindo Pontes)</li> <li>▶ Instituto Fazendo História (Grupo Nós)</li> <li>▶ Aldeias Infantis SOS</li> <li>▶ Ficar de Bem</li> </ul>	Apoio a autonomia dos adolescentes acolhidos e acompanhamento no pós-desacolhimento
4	<b>Advocacy, Metodologia e Incidência</b>	Produzir conhecimento, formar rede, influenciar políticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Childhood Brasil</li> <li>▶ Instituto Fazendo História</li> <li>▶ Aldeias Infantis SOS</li> <li>▶ Instituto Liberta</li> <li>▶ PADIN</li> <li>▶ FJLS</li> </ul>	Influência em políticas públicas, desenvolvimento e disseminação de metodologias, formação da rede
5	<b>Proteção à Maternidade Precoce</b>	Acolhimento especializado para meninas-mães e bebês	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Santa Fé</li> <li>▶ Aldeias Infantis SOS</li> </ul>	Plano de maternagem; Dupla mãe-bebê como unidade de cuidado; Advocacy por nova tipificação

# Achados Transversais e Síntese de Boas Práticas

A matriz comparativa (p. 100) e o agrupamento estratégico das instituições mostra que, apesar das diferenças de porte, localização e modalidade de serviço, todas as instituições compartilham um mesmo alicerce: a ética do cuidado. Esta ética, desenvolvida por autoras como Joan Tronto (1993, 2013), Carol Gilligan (1982), Virginia Held (2006) e Leonardo Boff (1999), compreende o cuidado como uma prática política, relacional e transformadora. Ela se opõe a modelos tecnocráticos e punitivos, e propõe uma forma de atuação que parte da escuta, da presença e da corresponsabilidade.

O cuidado, tal como evidenciado nas experiências analisadas, não é apenas um serviço prestado: é um modo de estar com o outro. Ele se revela tanto no micro (interações entre educadores, acolhidos e seus familiares), quanto no macro (defesa de políticas públicas integradas e intersetoriais).

Assim, este capítulo oferece uma visão panorâmica das principais lições extraídas do benchmark de catorze organizações brasileiras que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O objetivo é duplo:

- ▶ **Inspirar a prática** — apresentar soluções testadas em campo que podem ser replicadas ou adaptadas por outras instituições, gestores públicos e financiadores;
- ▶ **Orientar a formulação de políticas** — indicar evidências concretas de abordagens que reduzem a violência, fortalecem vínculos e promovem autonomia.

Para facilitar a leitura por públicos diversos (gestores, técnicos, conselheiros, doadores e estudantes), as boas práticas foram agrupadas em blocos temáticos. Cada bloco se abre com um texto explicativo, seguido de uma tabela enxuta que resume — em três colunas — a descrição da prática, exemplos institucionais e, sempre que pertinente, o artigo-âncora da legislação brasileira (ECA, LOAS ou Lei 13.431) que lhe dá suporte.

## Escuta participativa, Vínculo e Cuidado no contexto de acolhimento

No centro de toda intervenção bem-sucedida está a construção de relações de confiança. Escutar crianças e adolescentes, reconhecer sua voz e garantir a presença de um adulto de referência são pré-condições para qualquer processo de reparação ou desenvolvimento. Este bloco apresenta práticas que transformam o acolhimento em experiência relacional, não meramente assistencial.

- ✓ Promover estratégias de atenção individualizada dentro do contexto institucional, para que as crianças e jovens tenham algum adulto de apoio e referência, como a figura do educador-tutor e da mãe social ou criar momentos e atividades específicas rotineiras que envolvam uma atenção individualizada.
- ✓ Promover espaços participativos de escuta democrática entre as crianças e jovens acolhidos para que possam expressar seus receios e conquistas, bem como para resolver conflitos internos da casa, como o exemplo das assembleias.
- ✓ Criar rituais de celebração, de chegada e de despedida dentro das instituições de acolhimento, como forma de promoção do cuidado, da acolhida afetiva e de memórias positivas durante o processo de institucionalização. Entre as práticas citadas nessa pesquisa de benchmark, temos: preparação do prato predileto do recém-chegado; comemoração de aniversário individualizada e com temática de escolha do aniversariante, com possibilidade de receber amigos de fora da casa; atividades lúdicas de aproximação com a família adotiva; produção de livro ou álbum de memórias de vida; atividades diversas de apoio emocional no processo de despedida com a instituição ou com a família acolhedora.
- ✓ Os rompimentos fazem parte da trajetória de vida e são comuns em situações de acolhimento institucional e familiar. Trabalhar de forma técnica e cuidadosa esse processo, criando rituais de despedida, por exemplo, corrobora para evitar sentimentos de abandono entre as crianças e os adolescentes acolhidos.
- ✓ Buscar ao máximo garantir que a estrutura das instituições de acolhimento se assemelhe a um lar. Isso inclui: ter rotinas e responsabilidades internas (arrumar a cama, ir/acompanhar no mercado e participar de outras atividades domésticas, estabelecer rotinas de higiene, estudos, refeição etc.); permitir que as crianças e adolescentes participem das decisões que os envolva no cotidiano da casa; ofertar, quando possível e considerando o interesse de cada um, atividades fora do ambiente institucional; manter a estrutura interna das casas, com móveis, utensílios e decoração como uma casa familiar e que permita expressar as individualidades dos acolhidos.

Micro-prática	Descrição	Exemplos	Base legal
<b>Vínculo individual</b>	Adulto fixo que acompanha a criança em todo o percurso institucional e se torna sua referência durante o processo de acolhimento	<b>Educador-tutor</b> (Santa Fé, Semente Viva, Ficar de Bem, Casa da Criança e do Adolescente, MOCA), <b>Mãe-social</b> (Aldeias Infantis SOS, Lar Santa Mônica), <b>Família acolhedora</b> (Lar Casa Bela, Instituto Fazendo História, Santa Fé)	<b>ECA</b> Art. 92, III e §7º
<b>Escuta participativa</b>	Reuniões onde acolhidos decidem rotinas, resolvem conflitos	<b>Assembleias</b> (Santa Fé)	<b>ECA</b> Art. 100, parágrafo único, XII
<b>Rituais de transição</b>	Cerimônias de chegada /despedida. Evita sentimentos de abandono entre as crianças e os adolescentes acolhidos que criam memória afetiva	Santa Fé, Lar Casa Bela, Instituto Fazendo História, Semente Viva, Lar Santa Mônica, MOCA, Lar Casa Bela	<b>ECA</b> Art. 92, VIII
<b>Ambiente similar a um lar</b>	Casa com móveis familiares, rotina doméstica participativa	Santa Fé, Semente Viva, Lar Santa Mônica, MOCA, Ficar de Bem, Casa da Criança e do Adolescente, Aldeias Infantis SOS	<b>ECA</b> Art. 92, III e §7º

## Primeira Infância e Maternagem

Os primeiros anos de vida moldam capacidades cognitivas, emocionais e sociais. Quando o afastamento familiar é inevitável, serviços precisam garantir estímulos adequados, estabilidade de vínculo e, no caso das meninas-mães, condição digna para exercer a maternagem. As práticas aqui descritas apontam caminhos para evitar institucionalizações e apoiar o binômio mãe-bebê.

- ✓ O vínculo familiar e a atenção individualizada são importantes para o desenvolvimento e são previstos em lei como melhor alternativa à institucionalização em casos de afastamento da família de origem. Assim, a promoção de programas que evitam a institucionalização, como o Família Acolhedora ou estratégias de promoção do vínculo familiar como a Guarda Subsidiada, garantem esse direito.
- ✓ Acolhimento institucional com estrutura específica para meninas-mães e seus bebês, promovendo cuidado exclusivo e diferenciado para a promoção da maternagem e para o desenvolvimento saudável da primeira infância.

Micro-prática	Descrição	Exemplos	Base legal
<b>Família acolhedora e Guarda Subsidiada</b>	Evitar a institucionalização e promover o acolhimento familiar ou pela família extensa com apoio financeiro	Lar Casa Bela, Santa Fé, Instituto Fazendo História; Aldeias Infantis SOS	<b>ECA</b> Art. 34
<b>Acolhimento mãe-bebê</b>	Estrutura exclusiva para meninas-mães e filhos	Santa Fé (Casa Vovó Ilza), Aldeias Infantis SOS (Casa em Campinas)	<b>ECA</b> Art. 19, §§5º-6º

## Pós-desacolhimento e Transição à Autonomia

A ruptura do acolhimento, se mal planejada, pode levar o jovem de volta ao ciclo de violência e exclusão. Programas de mentoria, moradia assistida, inserção laboral e acompanhamento pós-desacolhimento mostraram-se cruciais para sustentar a autonomia. O bloco apresenta instrumentos e parcerias que prolongam o cuidado para além da instituição.

- ✓ Projetos de transição para a autonomia com plano de desacolhimento, acompanhamento educacional, preparação para o trabalho e para a cidadania colaboram para evitar casos de vulnerabilidade e repetição de violências.
- ✓ Promover projetos e políticas públicas de acompanhamento dos jovens desacolhidos e/ou de seus familiares após o desacolhimento, como uma forma de garantia da manutenção do cuidado e da rede de apoio.
- ✓ Moradias assistidas, como repúblicas financiadas pelo município ou outras formas de auxílio residencial, colaboram para a construção de autonomia de jovens que passaram pelo acolhimento e não possuem fortes vínculos familiares. O acompanhamento nessas residências é feito por uma equipe reduzida, comparado às casas de acolhimento, promovendo a autonomia desses indivíduos, mas ainda oferecendo apoio necessário ao longo desse processo, de maneira a lhes dar suporte socioemocional.
- ✓ Estabelecer parcerias com empresas e instituições de ensino que possam promover oportunidades às crianças, aos adolescentes e seus familiares em prol do seu desenvolvimento e autonomia.

Micro-prática	Descrição	Exemplos	Base legal
<b>Plano de desacolhimento</b>	Metas em educação, trabalho e moradia	Casa da Criança e do Adolescente; Semente Viva; MOCA; Lar Santa Mônica; Ficar de Bem; Santa Fé; Instituto Fazendo História; Aldeias Infantis SOS	<b>ECA</b> Art. 92, VIII <b>Res. CNAS</b> 109/09
<b>Mentoria para jovens que saíram da casa após a maioridade</b>	Acompanhamento pós-desacolhimento	IFH – Grupo Nós; Santa Fé – Construindo Pontes; Aldeias Infantis SOS	<b>ECA</b> Art. 92, VIII
<b>Repúblicas/ moradia assistida</b>	Casa semiautônoma c/ tutor	Aldeias Infantis SOS; Ficar de Bem (República Jovem)	<b>Res. CNAS</b> 109/09
<b>Empregabilidade via parcerias</b>	Encaminhamento para vagas de trabalho e/ ou bolsas para jovens desacolhidos	Santa Fé, MOCA, Aldeias Infantis SOS, Instituto Fazendo História; Ficar de Bem; Semente Viva; CCASA; Lar Santa Mônica	<b>Res. CNAS</b> 109/09

## Qualificação Profissional e Padronização

Serviços de acolhimento lidam diariamente com histórias traumáticas e alta complexidade. Equipes bem formadas, supervisionadas e valorizadas garantem a coesão metodológica e reduzem rotatividade, fator crítico para manter vínculos afetivos. As práticas listadas demonstram caminho para profissionalizar sem perder o cuidado e a empatia necessária nesse trabalho.

- ✓ Na intenção de evitar rompimento de vínculos, o processo de seleção e acompanhamento dos profissionais, bem como as famílias acolhedoras, devem ser feitos com rigorosidade de modo a manter a coesão metodológica e o bem-estar da criança e do adolescente.
- ✓ Promover formações e capacitações contínuas de maneira a manter a equipe sempre atualizada sobre as evidências científicas do campo em que atuam e das legislações que permeiam a defesa da criança e do adolescente.
- ✓ Devido à complexidade do trabalho de acolhimento e ao custo emocional envolvido nas práticas cotidianas, é importante haver práticas de supervisão externa contínuas que permitam a reflexão laboral.
- ✓ Criar mecanismos de valorização dos profissionais, para que estejam bem e saudáveis para lidarem com os desafios do dia a dia.

Prática	Descrição	Exemplos	Observação
<b>Seleção rigorosa</b>	Entrevista, formação, acompanhamento de profissionais e voluntários	Instituto Fazendo História, CCASA; Semente Viva; MOCA; Aldeias Infantis SOS; Lar Santa Mônica; Ficar de Bem; Santa Fé	Reduz ruptura de vínculo
<b>Formação continuada</b>	Trilhas, capacitações baseadas em evidência	PADIN, Instituto Liberta, Instituto Fazendo História, Childhood, Santa Fé, Semente Viva, Ficar de Bem, Casa da Criança e do Adolescente, Lar Santa Mônica, Lar Casa Bela, Instituto C, Aldeias Infantis SOS, MOCA	Orientações técnicas do CONANDA
<b>Supervisão externa</b>	Espaço de reflexão do trabalho cotidiano	Santa Fé; Instituto Fazendo História	Coesão metodológica e prática reflexiva
<b>Valorização da equipe</b>	Atividades de valorização aos profissionais da instituição	Semente Viva; Lar Casa Bela; Instituto C; CCASA; Instituto Fazendo História	Valorização do campo de assistência social

## Prevenção e Enfrentamento da Violência

A proteção integral exige ações comunitárias, escuta protegida e mobilização de crianças, famílias e vizinhança. Este bloco reúne experiências de prevenção primária e protocolos de atendimento que reduzem revitimização e quebram o silêncio em torno da violência.

- ✓ Aplicação e expansão da política de Escuta Protegida, com equipe técnica e multidisciplinar, que protegem a criança após o episódio de violência, de maneira a prevenir a revitimização.
- ✓ Promover espaços de escuta e participação de crianças e adolescentes, fortalecendo sua voz nas decisões que lhes dizem respeito – tanto em âmbito institucional, como as assembleias, como em termos estruturais, a partir da promoção de fóruns ou outras atividades cívicas de mobilização das próprias crianças.
- ✓ Promover mecanismos de intervenção familiar e programas comunitários de enfrentamento à vulnerabilidade e aos riscos de violência infantil, que apoiem as famílias e as crianças, de maneira a prevenir a institucionalização.
- ✓ Projetos que buscam criar mecanismos de apoio e acompanhamento familiar, como visita domiciliar, quando realizados com empatia e sem preconceitos, corroboram para a criação de confiança entre a família e o SUAS, prevenindo e identificando situações de violências.

✓ Promover projetos e políticas públicas em prol da parentalidade positiva desde a primeira infância como forma de prevenção a casos de violência e negli-

gência. Nesse sentido, programas de formação que envolvam famílias, escolas e agentes comunitários tem maior potencialidade de atuação.

Prática	Descrição	Exemplos	Base legal
<b>Escuta protegida</b>	Espaços de escuta protegida que evitam a revitimização da criança e do adolescente	Childhood; Ficar de Bem; Aldeias Infantis SOS; Ficar de Bem	Lei nº 13.431/2017 Arts. 7º-12
<b>Participação infantil</b>	Espaços de escuta infantil, como as assembleias; projetos e campanhas com foco na escuta de crianças e adolescentes; participação em conferências e outros espaços formais com protagonismo infantojuvenil.	Santa Fé; Instituto Fazendo História; Instituto Liberta; Childhood, Aldeias Infantis SOS; MOCA	ECA Art. 100 Lei nº 13.257/2016
<b>Programas comunitários</b>	Apoio às famílias em suas vulnerabilidades e na promoção do desenvolvimento infantil	Instituto C; MOCA; PADIN; Ficar de Bem, Aldeias Infantis SOS; Childhood; Casa da Criança e do Adolescente; Fundação José Luiz Setúbal	LOAS Art. 2º II
<b>Visitação domiciliar</b>	Ações territoriais com apoio e monitoramento familiar em prol do desenvolvimento infantil e na prevenção à violência	PADIN; Ficar de Bem; Lar Casa Bela; Santa Fé; Instituto Fazendo História; Aldeias Infantis SOS; Ficar de Bem; Semente Viva; CCASA; MOCA; Lar Santa Mônica	Lei nº 13.257/2016
<b>Parentalidade positiva</b>	Formação de pais, escola e comunidade sobre formas de violência e negligência e estímulo ao desenvolvimento infantil	PADIN; Ficar de Bem, Aldeias Infantis SOS, Instituto C	Lei nº 13.257/2016

## Advocacy e Incidência política

Transformar boas práticas em políticas públicas escaláveis requer articulação legislativa, participação em conselhos e produção de evidências. O bloco mostra como organizações utilizam campanhas, relatórios e diálogos com o poder público para ampliar impacto e conquistar direitos.

- ✓ Promover articulação direta com o poder público por meio de proposição, acompanhamento e análise crítica de projetos de lei, além da participação de audiências públicas e conferências municipais, estaduais e federais.
- ✓ Promover e pressionar politicamente por espaços de atenção especializada conforme as necessidades das crianças e adolescentes institucionalizados, como meninas-mães, bebês e PCDs.
- ✓ Promover a articulação intersetorial da rede, para fortalecer as ações e o debate, como a participação em conselhos, fóruns e movimentos.
- ✓ Promover a implementação e o monitoramento de projetos previstos em lei, como o Família Acolhedora e a Lei da Escuta Protegida.
- ✓ Produzir campanhas públicas de sensibilização a partir de parcerias e/ou de uso estratégico das redes sociais e mídias tradicionais para dar visibilidade a temática de proteção infantil.
- ✓ Produzir e disseminar conhecimento – como relatórios, cartilhas, diagnósticos e materiais informativos e de formação – para promover a pauta e impulsionar capacitações.

Estratégia	Como ocorre	Exemplos
Ação legislativa	Proposição / monitoramento de políticas públicas	Santa Fé; Childhood; Instituto Liberta; Aldeias Infantis SOS; Instituto Fazendo História; Lar Casa Bela
Articulação intersetorial	Participação em CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), CNJ (Conselho Nacional de Justiça) entre outras parcerias públicas e privadas	Santa Fé; CCASA; Instituto Fazendo História, MOCA, Instituto Liberta, Childhood, Aldeias Infantis SOS, Semente Viva; Fundação José Luiz Setúbal
Tipificação especial	Proposta de serviço mãe-bebê ou de atenção especial por faixas etárias ou PCDs	Santa Fé; Aldeias Infantis SOS; Semente Viva
Campanhas públicas	Redes sociais; mídia tradicional	Instituto Liberta; Childhood; CCASA; Lar Casa Bela; Ficar de Bem; Instituto C; Instituto Fazendo História; Aldeias Infantis SOS; Fundação José Luiz Setúbal
Produção e disseminação de conhecimento	Monitorar, sistematizar e divulgar dados de atuação e promoção de pesquisas que fortaleçam a temática	Instituto Fazendo História; Childhood; PADIN; Ficar de Bem; Instituto C; Aldeias Infantis SOS; CCASA; Semente Viva; Instituto Liberta; Fundação José Luiz Setúbal

## Sustentabilidade Institucional

Sem recursos e gestão eficiente, mesmo a melhor metodologia se esgota. Diversificar receitas, manter transparência e transformar conhecimento em fonte de renda são estratégias que garantem sustentabilidade dos recursos. Este bloco destaca soluções de captação, gestão e replicabilidade digital.

- ✓ Diversificação de fontes de renda: emendas parlamentares, editais públicos e privados, doações de pessoas físicas e jurídicas, notas fiscais, bazares, eventos, busca ativa via telemarketing, oferta de serviços e consultorias.
- ✓ Manter a gestão em dia: manutenção periódica das instalações da instituição, reavaliação de fornecedores, análise de cotações entre outras organizações administrativa colaboram para reduzir os gastos.
- ✓ Produzir e divulgar conhecimento e boas práticas colaboram para o fomento do debate e atraí novos parceiros. A transparência da gestão traz credibilidade aos financiadores.
- ✓ Criar estratégias de replicabilidade da metodologia, como a promoção de formações, atividades e campanhas de maneira online como forma de disseminação da temática e de fortalecimento institucional.

Dimensão	Boas práticas	Exemplos
Diversificação de receita	Editais, emendas, doações, bazares, notas fiscais, eventos	Santa Fé; Semente Viva; Casa da Criança e do Adolescente MOCA; Ficar de Bem; Instituto C; Childhood; Lar Casa Bela; IFH; Lar Santa Mônica; Instituto Liberta; Aldeias Infantis SOS

# Recomendações de políticas públicas e atuação filantrópica

Os achados do benchmark indicam que a qualidade do acolhimento não depende apenas de “boas intenções”, mas de desenho institucional, governança, força de trabalho, fluxos de rede e financiamento. Por isso, as recomendações abaixo se dirigem principalmente a políticas públicas e à filantropia estratégica, com foco em assegurar proteção integral, evitar revitimização e ofertar acolhimento especializado para meninas gestantes e mães, conforme o marco legal vigente (ECA, LOAS e Lei da Escuta Protegida).

## Recomendações de políticas públicas

- ▶ Ampliar o financiamento no SUAS (e arranjos interfederativos), e expansão de metodologias centradas em vínculo, escuta e continuidade do cuidado, incluindo parâmetros mínimos para estabilidade de equipe, supervisão e gestão de caso. O maior investimento é primordial para a qualificação dos fluxos de prevenção, detecção e resposta a violências.
- ▶ Mapear lacunas de oferta territorial e barreiras de acesso a direitos (saúde, educação, creche, renda, moradia) para famílias em situação de vulnerabilidade social e jovens mães em acolhimento, orientando pactuações intersetoriais e investimento público/filantrópico.
- ▶ Viabilizar a tipificação e/ou o atendimento especializado em acolhimentos que atendam transição para a vida adulta, o cuidado de PCDs e na gestação e maternidade na adolescência, incluindo o cuidado conjunto mãe-bebê, quando for o melhor interesse da gestante e da criança.

- ▶ Padronizar e financiar protocolos intersetoriais para gestação na adolescência em contexto de acolhimento: pré-natal e puerpério, saúde mental e trauma, prevenção de novas violências, acesso à educação e à educação infantil para o bebê, e apoio à parentalidade.
- ▶ Estruturar políticas de transição à vida adulta e pós-desacolhimento como política pública (e não como projeto pontual), garantindo moradia assistida, renda, inserção laboral, continuidade escolar e suporte para cuidado infantil, com prioridade para egressos(as) e jovens mães.
- ▶ Criar mecanismos de fortalecimento do Programas de Família Acolhedora, Guarda Subsidiada e outras alternativas familiares, ampliando cobertura, qualificação e suporte financeiro, reduzindo o uso do acolhimento institucional na primeira infância e em situações em que há possibilidade segura de cuidado em família.
- ▶ Implementar política nacional de valorização e desenvolvimento da força de trabalho do cuidado: formação inicial e continuada (ética do cuidado, trauma, adolescência, desigualdades de raça e gênero, supervisão técnica periódica e suporte emocional, reduzindo rotatividade e violência institucional.
- ▶ Incorporar indicadores de “ética do cuidado” em instrumentos de gestão, monitoramento de dados e avaliação da qualidade do atendimento – tempo de permanência, reintegração, adoção, reacolhimento, trajetórias escolares, maternidade na adolescência, violências – integrando sistemas (CadSUAS, SIPIA, saúde, justiça) com governança de dados e privacidade.
- ▶ Garantir fluxos de escuta protegida e atendimento a vítimas/testemunhas de violência alinhados à Lei nº 13.431/2017, evitando múltiplas narrativas e revitimização, e assegurando resposta rápida e coordenada da rede.

## Recomendações para filantropia estratégica

- ▶ Priorizar financiamento plurianual e flexível para fortalecimento institucional de serviços (governança, gestão de pessoas, formação, supervisão e qualidade do cuidado), evitando ciclos curtos que aumentam rotatividade e precarização.
- ▶ Apoiar e financiar o pós-desacolhimento como agenda estruturante que evita a revitimização e rompe ciclos intergeracionais de vulnerabilidade: moradia, mentoria, transição escola-trabalho, saúde mental e redes de apoio.
- ▶ Apoiar a expansão de modelos de acolhimento especializado para meninas gestantes e mães, com desenho de implementação e métricas de bem-estar (mãe e bebê), para apoiar escalabilidade responsável.
- ▶ Apoiar a criação de infraestrutura de evidências: indicadores, protocolos, manuais, instrumentos de monitoramento e trilhas formativas abertas, com licenças que permitam adoção e replicabilidade por municípios, estados e OSCs.
- ▶ Apoiar redes de aprendizagem e circulação de conhecimento, com cooperação entre serviços e territórios, incluindo intercâmbios técnicos, formações e comunidades de prática, reduzindo assimetrias regionais e acelerando aprendizado do campo.
- ▶ Fomentar advocacy e produção de evidências para atualização normativa e cofinanciamento do SUAS, e para integração SUAS-SUS-Justiça na agenda de violência.
- ▶ Investir em prevenção na comunidade (educação sexual baseada em direitos, prevenção de violência, apoio a famílias) e na mudança cultural de compreensão e enfrentamento a violências, articulada com políticas públicas e com salvaguardas para não expor crianças e adolescentes a riscos adicionais.

# Conclusão

O benchmark mostra que, quando a ética do cuidado deixa de ser apenas princípio e se transforma em prática organizacional — com escuta qualificada, vínculo estável e corresponsabilidade — ela opera como uma tecnologia social replicável, capaz de elevar a qualidade do acolhimento, reduzir danos de trajetórias marcadas por violações e sustentar transições mais protegidas para a vida adulta.

Um aprendizado central do mapeamento é que nenhuma prática funciona isoladamente: os melhores resultados emergem quando prevenção, acolhimento, autonomia/pós-desacolhimento e advocacy se articulam como um circuito de cuidado contínuo — combinando micropráticas (rotinas, adulto de referência, rituais, assembleias) com governança de rede, formação e incidência por direitos.

Ao mesmo tempo, o relatório explicita gargalos de política pública e de investimento: pós-desacolhimento e maternagem protegida permanecem subfinanciados e pouco estruturados, apesar de serem decisivos para romper ciclos de violência e evitar reinstitucionalizações e trajetórias de vulnerabilização prolongada.

Assim, o cuidado precisa ser tratado como política transversal, com governança, financiamento, indicadores e responsabilidades claras entre Estado e sociedade civil.

Por isso, a conclusão deste relatório é um chamado à coordenação: gestores públicos, conselhos de direitos, sistema de justiça, organizações executoras e filantropia devem operar como comunidade de prática e de responsabilização, orientada por um padrão mínimo comum de cuidado — que previna antes da ruptura, acolha com dignidade, acompanhe até a autonomia e proteja de casos de reincidência.



## Referências Bibliográficas

Boff, L. (1999). *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Vozes.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artes Médicas.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-digital/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-digital/ECA2021_Digital.pdf)

Brasil. (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm)

Brasil. (2017). Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. *Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei da Escuta Protegida)*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm)

Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: CNAS.

Fisher, B., & Tronto, J. C. (1990). *Toward a feminist theory of caring*. In E. K. Abel & M. K. Nelson (Eds.), *Circles of care: Work and identity in women's lives* (pp. 35–62). State University of New York Press.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Anuário brasileiro de segurança pública 2023*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Gilligan, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Harvard University Press.

Gomes, R. V. (2022). Pobreza (não) é motivo de acolhimento: Uma análise do acolhimento institucional e o dever de proteção integral. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 4(3), 81–104.

Held, V. (2006). *The ethics of care: Personal, political, and global*. Oxford University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019 (Notas técnicas)*. IBGE. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf)

Instituto Datafolha. (2018). *Percepção da sociedade a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes [Pesquisa de opinião encomendada pelo Instituto Liberta; relatório não publicado]*. Instituto Datafolha.

Instituto Liberta. (2022). *Apresentação para o site [Apresentação]*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de <https://liberta.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Apresentac%CC%A-7a%CC%83o-para-o-site.pdf>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Atlas da violência 2025*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>

Neill, A. S. (1960). *Summerhill: A radical approach to child rearing*. Hart Publishing.

Secretaria do Tesouro Nacional. (s.d.). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi): Consulta FINBRA – Contas Anuais [Base de dados]*. Recuperado em 9 de janeiro de 2026, de [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)

Tronto, J. C. (1993). *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. Routledge.

Tronto, J. C. (2013). *Caring democracy: Markets, equality, and justice*. New York University Press.

Wallon, H. (2007). *A evolução psicológica da criança (13ª ed.)*. Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1988). *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional (D. Castro, Trad.)*. Artmed.

Winnicott, D. W. (2005). *A família e o desenvolvimento individual (3ª ed.)*. Martins Fontes.



**Pensi**  
Instituto de  
Pesquisa e Ensino



Fundação  
**José Luiz  
Setúbal**



**santa fé**